



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"**

Câmpus de Marília

JULIANE GREEN RODRIGUES

**A contribuição sociológica para os conflitos escolares: um estudo a partir do
programa Conviva São Paulo-SP**

Marília

2025

JULIANE GREEN RODRIGUES

A contribuição sociológica para os conflitos escolares: um estudo a partir do programa Conviva.São Paulo-SP.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Marília. Área de Concentração: Ensino de Sociologia.

Orientadora: Prof^a Dra: Ana Paula Cordeiro.

Linha de Pesquisa: EDUCAÇÃO, ESCOLA E SOCIEDADE

MARÍLIA

2025

R696c Rodrigues, Juliane Green
A contribuição sociológica para os conflitos escolares:
um estudo a partir do programa Conviva São Paulo - SP /
Juliane Green Rodrigues. -- Marília, 2025
112 p.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual
Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências,
Marília
Orientadora: Ana Paula Cordeiro
1. Conflitos escolares. 2. Programa Conviva-SP. 3.
Juventude. 4. Sociologia da educação. 1. Título.

A contribuição sociológica para os conflitos escolares: um estudo a partir do programa Conviva.São Paulo-SP

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional (Profsocio) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Marília. Área de Concentração: Ensino de Sociologia Linha de pesquisa: Educação, Escola e Sociedade

Banca examinadora:

Prof(a). Dr(a). Ana Paula Cordeiro (Orientadora)
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília

Prof(a).Dr(a). Maria Valeria Barbosa
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília

Prof(a).Dr(a). Eva Aparecida da Silva
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara

Marília, 15 de maio de 2025.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Irene Ferraz Rodrigues (que infelizmente não poderá ver essa conquista, pois faleceu em 2022, vítima de um câncer) e Adelson Green Rodrigues. Os dois sempre me apoiaram e me ensinaram o valor da educação. Tenho certeza de que estaria muito orgulhosa, pois sempre lutou muito para que eu e minhas irmãs pudéssemos ter acesso à educação de qualidade.

À Minha irmã Bruna, ela sempre esteve presente neste trabalho e me ajudou a refletir em muitos momentos.

À minha irmã Amanda pelo apoio.

Ao meu companheiro de vida, Marcos Munute, que sempre fez a parte dele como pai para que eu pudesse conquistar meus sonhos.

À FFC, pela oportunidade de realizar o mestrado e pelo crescimento como pessoa e academicamente.

Agradeço aos professores Sueli Guadalupe de Lima Mendonça, Cauê Flor, Maria Valéria Barbosa, Fábio Ocada, Rosangela Vieira de lima, Angélica Lovatto, Marcelo Totti, Luís Antônio pelas contribuições e reflexões em relação ao ensino de sociologia. Agradeço também aos meus colegas de mestrado que sempre me apoiaram nos momentos mais difíceis.

À minha grande amiga Thaisa Albuquerque Reino, que além de me incentivar, veio comigo fazer um segundo mestrado.

À Maria de Lourdes, minha sogra, por toda ajuda com as crianças.

Ao Fábio Lippa, por entender a importância do trabalho de pesquisa, realizou ajustes institucionais em nosso horário no núcleo pedagógico da Diretoria de Ensino de José Bonifácio, e viabilizou nossa presença nas aulas, muito obrigada!

À Cleide Fernandes que me ajudou quando eu mais precisava, cuidou da minha bebê de 1 ano para que eu fosse para outra cidade fazer as aulas do mestrado.

À minha orientadora, Ana Paula Cordeiro, que sempre me auxiliou, me ajudou a concretizar meu sonho.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

Esta pesquisa analisa os conflitos escolares na Escola Estadual Pedro Brandão dos Reis, localizada em José Bonifácio (SP), a partir dos registros da plataforma PLACON do programa Conviva- SP nos anos de 2022 e 2023. O estudo investiga como os conflitos escolares refletem desigualdades estruturais (como racismo, machismo e homofobia) e são gerenciados pela política educacional paulista. Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso com abordagem quanti-qualitativa, utilizando análise documental dos registros da plataforma PLACON, revisão bibliográfica e crítica às diretrizes do Programa Conviva SP. Os resultados revelam que: (1) a maioria dos conflitos é classificada genericamente como "questões disciplinares" (75% em 2022; 57% em 2023), ocultando suas raízes sociais; (2) há subnotificação significativa (35% dos dias sem registros em 2022); e (3) o programa prioriza registros burocráticos em detrimento de ações pedagógicas transformadoras. Conclui-se que a mediação de conflitos exige uma abordagem sociológica crítica, articulando a disciplina de Sociologia à justiça restaurativa, para desnaturalizar violências simbólicas e promover convivência democrática.

Palavras-chave: Conflitos escolares; Programa Conviva-SP; Sociologia da educação; Juventude.

ABSTRACT

This research analyzes school conflicts at Pedro Brandão dos Reis State School, located in José Bonifácio (São Paulo, Brazil), based on records from the PLACON platform of the Conviva-SP program during the years 2022 and 2023. The study investigates how school conflicts reflect structural inequalities—such as racism, sexism, and homophobia—and how they are managed by São Paulo’s educational policy. Methodologically, it is a case study with a quantitative and qualitative approach, using document analysis of the PLACON platform records, literature review, and critical examination of the Conviva-SP Program guidelines. The results reveal that: (1) most conflicts are broadly classified as “disciplinary issues” (75% in 2022; 57% in 2023), masking their social roots; (2) there is significant underreporting (35% of school days had no entries in 2022); and (3) the program prioritizes bureaucratic reporting over transformative pedagogical actions. It is concluded that conflict mediation requires a critical sociological approach, integrating the Sociology discipline with restorative justice, to denaturalize symbolic violence and promote democratic coexistence.

Keywords: School conflicts; Conviva-SP Program; Sociology of education; Youth.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Porcentagem de estudantes que relataram envolvimento em situações de bullying, Brasil, 2019.....	25
Figura 2 – Foto amplamente divulgada na época do massacre da rosa branca nas grades da escola.....	28
Figura 3 - Forma de condução do estudo de caso	46
Figura 4 - Tela inicial de registros de ocorrências na plataforma PLACON.....	58
Figura 5 - Tipos e natureza de ocorrências.....	60
Figura 6 - Panorama geral das ocorrências no ano de 2022.....	61
Figura 7 - Panorama geral das ocorrências no ano de 2023.....	62
Figura 8 - Preenchimento das ocorrências no sistema 2022.....	63
Figura 9 - Preenchimento das ocorrências no sistema 2023.....	63
Figura 10 - Ocorrências registradas na PLACON 2022.....	64
Figura 11 - Ocorrências registradas na PLACON 2023.....	64
Figura 12 - Tipos de ocorrências 2022	65
Figura 13 - Tipos de ocorrências 2023	66
Figura 14 – Danos e outros crimes contra o patrimônio 2022.....	67
Figura 15 - Danos e outros crimes contra o patrimônio 2023.....	67
Figura 16 - Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal).....	68
Figura 17 - Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal) 2023.....	68
Figura 18 - Consumo/Venda de álcool e outras drogas 2022.....	69
Figura 19 - Consumo/Venda de álcool e outras drogas 2022.....	70
Figura 20 - Questões disciplinares 2022	71
Figura 21- Questões disciplinares 2023	71
Figura 22 - Cenário comparativo das ocorrências de 2022-2023 quanto a notificação.	78
Figura 23 - Panorama geral de ocorrências 2022-2023.....	78
Figura 24 - Relatório de registro de ocorrências para status.....	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resumo comparativo entre os autores.....	85
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONVIVA SP	Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar de São Paulo
EE	Escola Estadual
FFC	Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP)
GDAE	Gestão Dinâmica de Administração Escolar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PCNP	Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico
PEC	Professor Especialista de Currículo
PEI	Programa de Ensino Integral
PLACON	Plataforma de Convivência Escolar
PMEC	Professor Mediador Escolar e Comunitário
PROFSOCIO	Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional
ROE	Registro de Ocorrências Escolares
SED	Secretaria Escolar Digital
SEDUC-SP	Secretaria da Educação do Estado de São Paulo
SPEC	Sistema de Proteção Escolar
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UE	Unidade Escolar
UNESP	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E EDUCAÇÃO: OS DESAFIOS DA ESCOLA EM UMA SOCIEDADE DESIGUAL	19
1.1 OS DESAFIOS E CONFLITOS NA JUVENTUDE	34
1.1.1 Quem são os jovens?.....	35
1.1.2 Por que estudar os jovens?.....	36
1.2 REFLEXÕES SOBRE DIVERSIDADE, ADVERSIDADE E VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE E NA ESCOLA	40
2 ESTUDO DE CASO DOS CONFLITOS ESCOLARES ATRAVÉS DO PROGRAMA CONVIVA SP E PLATAFORMA PLACON	43
2.1 DE ONDE PARTIMOS: DOCUMENTOS ANALISADOS, PLATAFORMA E FERRAMENTAS	46
2.1.1 O Programa Conviva SP	47
2.1.2 Plataforma PLACON	49
2.1.3 SED.....	50
2.1.4 Registros na Placon.....	51
2.2 ANÁLISE DOS DADOS DA PLACON.....	51
2.2.1 O público: EE Pedro Brandão dos Reis	56
2.3 MANUAL DO USUÁRIO PARA PLACON E NAVEGAÇÃO PELA PLATAFORMA	58
2.4 Dados encontrados na EE Pedro Brandão dos Reis	61
3 CONFLITOS ESCOLARES SOB A LENTE SOCIOLÓGICA	75
3.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	77
3.2 QUESTÕES DISCIPLINARES.....	83
3.3 AGRESSÕES, AMEAÇAS E OUTROS PROBLEMAS DE CONVIVÊNCIA (VIOLÊNCIA INTERPESSOAL).....	86
3.4 O PAPEL DA SOCIOLOGIA	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	95
ANEXOS	103

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo central investigar os conflitos escolares da E.E. Pedro Brandão dos Reis a partir de uma abordagem sociológica, analisando os registros da plataforma Conviva (PLACON) referentes aos anos de 2022-2023. Partindo da premissa de que os conflitos no ambiente escolar não são meros episódios isolados, mas manifestações de relações sociais historicamente construídas, este trabalho busca refletir sobre suas causas estruturais, realizar um mapeamento dos conflitos escolares ocorridos na escola amostral, avaliar a atuação do Programa Conviva SP e propor estratégias pedagógicas, a partir da disciplina de Sociologia, para sua mediação no ensino médio.

A motivação para esta pesquisa surge de minha trajetória profissional como professora da rede estadual paulista, na qual pude observar, ao longo dos anos, como os ambientes escolares muitas vezes reproduzem e até mesmo naturalizam expressões de violência. Essas vivências despertaram em mim a necessidade de investigar criticamente as relações de poder e a reprodução de violência simbólica nos ambientes escolares, compreender seus mecanismos e buscar alternativas para transformar essas dinâmicas.

Durante minha trajetória como professora de Sociologia na rede estadual de São Paulo (2009–2025), vivenciei diversas situações que evidenciaram a urgência de novas abordagens para os conflitos escolares. Essas experiências revelaram, de forma concreta, as limitações da rede no enfrentamento de situações conflituosas, especialmente aquelas marcadas por questões de ordem social. Em muitas ocasiões, presenciei posturas que reforçavam estereótipos e preconceitos — inclusive por parte de gestores e do próprio Professor Mediador Escolar e Comunitário (PMEC), tema que será aprofundado ao longo deste texto.

Em 2019, assumi a direção da E.E. Pedro Brandão dos Reis, escola que será estudada ao longo desta pesquisa. Nesta condição, permaneci até o final do mesmo ano. Essa experiência me proporcionou compreender que os conflitos na unidade escolar são de tipos variados, mas, apesar disso, existia algo em comum que chamava a atenção. Por meio da reflexão sobre aquela realidade, foi possível perceber que eram necessárias abordagens que respeitassem as diferenças; era preciso mudar as estratégias para a promoção de um ambiente que contemplasse tantas diversidades.

Assim, foi possível perceber a existência de conflitos que tinham como origem o racismo, machismo, ódio de classe, orientação sexual, intolerância religiosa, dentre outras intolerâncias.

Após ser aprovada em processo seletivo da rede estadual, em 2021, fui designada para o cargo de Professora Coordenadora do Núcleo Pedagógico de Convivência (PCNP), função que exerci até 2024. De acordo com a Resolução SEDUC nº 50 (SÃO PAULO, 2020), o PCNP de Convivência, atualmente denominado Professor Especialista de Currículo (PEC) de Convivência, atua na Diretoria Regional de Ensino como mediador entre as escolas e a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP). Entre suas atribuições, destacam-se: a promoção de um ambiente escolar seguro, por meio de ações contra o bullying e a prevenção de conflitos, e o acompanhamento dos registros de ocorrências na Plataforma de Convivência Escolar (PLACON).

Apesar de estar vinculada à Diretoria de Ensino de José Bonifácio, no exercício da função de PEC na área de Convivência, mantive, de forma contínua, meu vínculo com a sala de aula. Isso se deve ao fato de possuir dois cargos efetivos na rede estadual paulista, o que me permitiu seguir lecionando a disciplina de Sociologia no período noturno até o presente momento. Ressalta-se, no entanto, que a unidade escolar na qual atualmente leciono não corresponde àquela utilizada como objeto de análise nesta pesquisa.

Cabe esclarecer que, atualmente, permaneço designada na Diretoria de Ensino, exercendo a função de Professora Especialista de Currículo, vinculada ao Programa Multiplica SP. No desempenho dessa função, sou responsável pela formação continuada de professores das disciplinas de Sociologia e de Liderança que atuam como multiplicadores do programa — ou seja, docentes que promovem formações com seus pares da rede estadual nesses componentes curriculares, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Multiplica SP.

Essas vivências corroboraram as inquietações previamente formuladas acerca das estratégias adotadas pela rede no enfrentamento dos conflitos escolares. A partir dessa constatação, emergiu a necessidade de uma investigação mais aprofundada sobre os desafios estruturais, institucionais e formativos que ainda se impõem como obstáculos à consolidação de uma cultura escolar pautada na mediação, no diálogo e na justiça restaurativa, rompendo, assim, com práticas historicamente marcadas pela

punição e pela reprodução de desigualdades, conforme abordado ao longo do texto por Bourdieu (2004).

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como propósito investigar os modos como os conflitos escolares são interpretados, classificados e registrados sob uma perspectiva sociológica, tomando como campo empírico a Escola Estadual Pedro Brandão dos Reis, vinculada à rede pública do estado de São Paulo. A escolha da unidade escolar se justifica não apenas pela experiência da autora como docente da rede, mas, sobretudo, por sua breve gestão na referida escola, em 2019, o que possibilitou uma imersão na realidade institucional e nas múltiplas expressões dos conflitos ali presentes.

Neste sentido, a análise volta-se, em especial, para o reconhecimento de relações marcadas por discriminações estruturais, como o racismo, o sexismo, a intolerância religiosa, a homofobia e outras formas de opressão que atravessam as relações escolares, muitas vezes de maneira silenciosa ou naturalizada, de acordo com Ribeiro (2017). Partindo dessa realidade concreta, propõe-se a identificação e a análise das lacunas existentes nas práticas institucionais, com o objetivo de fomentar reflexões aprofundadas acerca da necessidade de formulação de políticas e estratégias pedagógicas que reconheçam tais fatores como elementos estruturantes dos conflitos que emergem no ambiente escolar, contribuindo, desse modo, para a promoção de uma convivência escolar mais justa, democrática e inclusiva.

A pesquisa propõe uma reflexão que ultrapassa as representações imediatas dos conflitos escolares, ao buscar compreender suas raízes estruturais e simbólicas. Parte-se da premissa de que os conflitos escolares são sintomas de desigualdades sociais mais amplas. Este estudo busca responder: (a) Que tipos de conflitos predominam nos registros do PLACON? (b) Como o Conviva SP atua em sua mediação? (c) Que alternativas a Sociologia pode oferecer?

Sendo assim, é válido ressaltar que conflitos no ambiente escolar representam um grande desafio para a educação no Brasil, fato que não é diferente na rede pública do estado de São Paulo, objeto de estudo desta pesquisa. Nesse sentido, o tratamento inadequado da diversidade no ambiente escolar pode gerar discriminações que, muitas vezes, são naturalizadas por docentes e estudantes, conforme aponta Bourdieu (1992). Essa realidade exige que seja realizada uma abordagem que supere a simples contenção de danos das tensões existentes no ambiente escolar,

necessitando estabelecer compreensão sociológica crítica capaz de tornar evidente as dinâmicas de poder e os mecanismos de reprodução das desigualdades que se fazem presentes no ambiente escolar. Nesse contexto, foi criado o programa Conviva SP, implementado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEDUC SP), no ano de 2019.

O programa Conviva SP nasce como uma tentativa institucional de enfrentar os desafios relacionados à convivência no espaço escolar. Por meio de ferramentas como a plataforma PLACON, que consiste em um sistema de registro de ocorrências escolares; orientações e diretrizes expedidas por meio de protocolos, manuais, resoluções e formações. O programa busca mapear e mediar conflitos, com o objetivo de promover um ambiente escolar mais seguro e acolhedor.

No entanto, observa-se que, na prática, as ações desenvolvidas pelo Conviva SP têm se mostrado insuficientes para abordar as causas estruturais dos conflitos, uma vez que, muitas vezes, priorizam medidas paliativas e, por vezes, punitivistas em detrimento de abordagens mais reflexivas. Essa limitação corrobora a crítica de Tognetta (2022), sobre como políticas educacionais focadas exclusivamente em competências socioemocionais podem obscurecer as raízes sociais dos conflitos. Abramovay (2006) adverte que abordagens superficiais falham em enfrentar as dinâmicas culturais da violência escolar.

No cenário contemplado, a presente pesquisa elege como objeto de estudo os registros de ocorrências realizados na plataforma PLACON pela Escola Estadual Pedro Brandão dos Reis, localizada no município de José Bonifácio, no período de 2022 a 2023. A escolha desta unidade escolar se justifica por três motivos principais: primeiro, por tratar-se da única escola exclusiva de Ensino Médio na cidade, concentrando assim um perfil específico de estudantes e a presença da disciplina de Sociologia; segundo, pela diversidade social e cultural devido ao fato de receber estudantes da cidade toda e por vezes da região; e terceiro, pela experiência profissional da pesquisadora nesta unidade escolar, que permitiu uma compreensão aprofundada de sua dinâmica interna.

A pesquisa fundamenta-se na premissa de que os conflitos escolares não constituem episódios pontuais, mas revelam dinâmicas subjacentes a relações sociais estruturalmente complexas. Como destacam Charlot (2002) e Sposito (2001), a violência na escola reflete, em grande medida, a violência da sociedade. Essa

perspectiva dialoga com Tognetta (2022), que identifica a vulnerabilidade do entorno social como fator determinante para as dinâmicas escolares, exigindo a integração da escola com o restante da rede de proteção para enfrentar problemas estruturais. Fato observado no trecho abaixo:

Da mesma forma, vimos que outras manifestações de caráter perturbador estavam presentes nas escolas paulistas: docentes e membros das equipes gestoras queixando-se das transgressões e a desobediência às regras. Contudo, são as alunas e os alunos que destacam as situações de humilhação vividas frequentemente nas relações com suas professoras, professores e gestores, da mesma forma que o corpo discente é o que mais concebe como negativas as formas pelas quais a escola se utiliza para resolver conflitos. Os dados indicaram a vulnerabilidade do entorno social onde as escolas estão inseridas, revelando o quanto tais apontamentos poderiam contribuir para políticas sociais implementadas com a articulação da rede de proteção nesses espaços mais vulneráveis" (Tognetta, 2022, p. 4)

Nessa perspectiva, é possível afirmar que a humilhação institucional relatada por alunos em Tognetta (2022), exemplifica o que Bourdieu (1992) chamou de 'violência simbólica' legitimada no espaço escolar. Sendo assim, há muito o que se transformar no Programa Conviva SP para que a escola cumpra efetivamente seu papel social. No entanto, conforme evidenciam os dados desta pesquisa, o programa - ao priorizar registros burocráticos de ocorrências e formações superficiais em competências socioemocionais - reforça a lógica reprodutivista.

Do ponto de vista metodológico, a análise dos resultados será conduzida com base nos pressupostos da análise de conteúdo, conforme delineado por Bardin (2004). O processo compreenderá a elaboração de um guia analítico, a leitura minuciosa dos materiais e a subsequente análise do conteúdo coletado por meio da plataforma PLACON. O estudo se desenvolve em três eixos complementares: 1) a análise documental dos registros de ocorrências na plataforma PLACON, que permitirá mapear e classificar os tipos de conflitos mais frequentes na escola pesquisada; 2) a revisão crítica das diretrizes e ações do Programa Conviva SP, com especial atenção às suas estratégias de mediação de conflitos; e 3) a fundamentação teórica em autores da sociologia da educação que discutem as relações entre violência, escola e sociedade, com destaque para as contribuições de Bourdieu (1992), Dayreel (2007), Chrispino (2007), Abramovay (2006), Tognetta (2022) entre outros.

A relevância desta pesquisa se manifesta em três dimensões principais. No plano acadêmico, o estudo contribui para preencher uma lacuna significativa na

produção científica sobre o Programa Conviva SP, ainda pouco estudado na literatura especializada. Na esfera das políticas públicas, os resultados podem oferecer subsídios para a reformulação e reflexão das estratégias de mediação de conflitos na rede estadual paulista. Por fim, no campo pedagógico, a pesquisa busca desenvolver propostas concretas que possam auxiliar os educadores e gestores no enfrentamento cotidiano dos conflitos escolares, tomando como base as reflexões produzidas pela Sociologia para a desnaturalização das relações desempenhadas no contexto escolar.

Cabe ressaltar que esta pesquisa se insere no campo da Sociologia da Educação, adotando uma perspectiva crítica para tentar compreender os fenômenos educacionais em sua relação com a estrutura social macro. Como destacam Apple (1989) e Freire (1996), a educação não pode ser entendida como um processo neutro, mas sim como um campo de disputas onde se manifestam as contradições da sociedade. Nesse sentido, o estudo dos conflitos escolares exige abordagens que vão além da superfície dos eventos, buscando fornecer conhecimento sobre os mecanismos sociais que os produzem e reproduzem cotidianamente.

Dessa forma, a escolha pelo estudo de caso da E.E. Pedro Brandão dos Reis permite uma análise das particularidades de uma unidade escolar específica, sem perder de vista as conexões com o contexto social. Como argumenta Yin (2005), os estudos de caso possibilitam uma investigação detalhada de fenômenos complexos em seus contextos reais, especialmente quando - como no presente estudo - combinam diferentes métodos e fontes de dados.

Ao longo deste trabalho, espera-se demonstrar que os conflitos escolares, quando adequadamente compreendidos em suas dimensões estruturais, podem se transformar em oportunidades pedagógicas valiosas. Como sugerem os princípios da justiça restaurativa, o enfrentamento construtivo dos conflitos pode contribuir para a formação de sujeitos mais críticos e conscientes de seus direitos e responsabilidades sociais. Esta perspectiva se mostra particularmente relevante no contexto atual, marcado por crescentes tensões sociais e pelo desafio de construir uma escola verdadeiramente inclusiva e democrática.

Nesta perspectiva de promover reflexões sobre essa estrutura de reprodução das desigualdades no ambiente escolar, a pesquisa dialoga com as contribuições de autores como Dayrell (2007) e Costa (2007) sobre a juventude e suas relações com a escola; Bourdieu (1992) que analisa como o sistema educacional perpetua as

desigualdades sociais; Abramovay (2006), Chrispino (2007) refletem sobre conflitos no ambiente escolar; Fernandes (1970), traz as contribuições da Sociologia; Chauí (2000), analisa a temática da violência no Brasil; Tognetta (2022) reflete sobre a implementação de um programa de mediação escolar, Saviani (1991), Charlot (2000) e Candau (2012) abordam a temática indisciplina.

Esses estudos destacam a importância de compreender os significados que os próprios jovens atribuem aos conflitos escolares, superando visões estereotipadas que frequentemente criminalizam os estudantes oriundos de camadas populares. Nesse sentido, embora a presente pesquisa não inclua entrevistas com alunos, devido aos limites metodológicos definidos, a análise dos registros de ocorrência buscou promover reflexões sobre os eventos relatados pelos gestores, evidenciando a necessidade de evitar interpretações simplistas ou preconceituosas acerca dos conflitos no ambiente escolar.

No que se refere especificamente ao Programa Conviva SP, a pesquisa parte do reconhecimento de seus avanços institucionais, como a criação de sistemas de registro, formação de professores mediadores, a designação de pontos focais nas escolas e diretorias de ensino. No entanto, como será demonstrado ao longo do trabalho, persistem desafios significativos na implementação das políticas de mediação e prevenção de conflitos a partir dos dados registrados na PLACON, especialmente no que diz respeito ao enfrentamento das desigualdades estruturais que permeiam as relações escolares.

Por fim, é importante destacar que esta investigação se desenvolveu em um contexto educacional particularmente desafiador, marcado pelos impactos prolongados da pandemia de COVID-19 sobre as escolas públicas. Como apontam estudos recentes UNICEF (2022), o retorno às aulas presenciais tem sido acompanhado por um aumento significativo nos relatos de conflitos e situações de violência nas escolas, tornando ainda mais urgente a reflexão sobre estratégias eficazes de mediação e convivência escolar.

Dessa forma, espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir não apenas para o debate acadêmico, mas também para a prática cotidiana de educadores e gestores escolares, oferecendo elementos concretos para a construção de relações mais democráticas e igualitárias no espaço escolar. Como bem lembra Freire (1996), a educação é sempre um ato político, e é nessa perspectiva que este

trabalho se insere, buscando compreender os conflitos escolares não como problemas a serem erradicados, mas como expressões de contradições sociais que demandam reflexão crítica e ação transformadora.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. O capítulo 1 *“Juventude, violência e educação: Os desafios da escola em uma sociedade desigual”*. Está voltado à contextualização acerca dos principais desafios encontrados na sociedade brasileira em relação a temática conflitos, também é realizada a apresentação do Programa Conviva SP, seguido de discussão acerca das principais concepções de violência e conflitos no ambiente escolar, à luz da Sociologia da Educação. Além disso, aborda-se a temática da juventude, com ênfase nos desafios contemporâneos enfrentados pelos jovens no contexto escolar e social.

O capítulo 2 *“Estudo de caso dos conflitos escolares através do programa Conviva SP e plataforma PLACON”* detalha a metodologia adotada na pesquisa, abordando os procedimentos de coleta e processamento dos dados. São estudados os documentos do Programa Conviva SP que foram utilizados, assim como a contextualização teórica e funcional das ferramentas empregadas, como a Secretaria Escolar Digital (SED), o Portalnet, PLACON e a apresentação do Conviva SP. Em sequência, os dados brutos coletados são organizados e apresentados em gráficos, permitindo uma reflexão crítica sobre os resultados obtidos.

O capítulo 3 *“Conflitos escolares sob a lente sociológica”* realiza uma análise dos resultados obtidos a partir dos registros da plataforma PLACON, abordando o cenário dos conflitos presentes na escola pesquisada. A partir dessa análise, é promovida uma discussão crítica sobre o Programa Conviva SP, confrontando os dados empíricos com o referencial teórico previamente estabelecido. O estudo promove reflexões epistemológicas acerca de questões centrais discutidas ao longo da pesquisa. Ao final, são apresentadas as considerações finais, seguidas de propostas de intervenção pedagógica a partir do uso da disciplina de Sociologia, com o objetivo de subsidiar práticas educacionais que contribuam para a resolução de conflitos no ambiente escolar.

1 JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E EDUCAÇÃO: OS DESAFIOS DA ESCOLA EM UMA SOCIEDADE DESIGUAL

A análise do contexto social atual traz luz sobre a importância da consolidação da educação como instrumento fundamental para o enfrentamento das desigualdades que permeiam a sociedade. Bourdieu (1992), afirma que a educação é considerada imprescindível para a conquista de transformação social e esta, por sua vez, está intimamente relacionada à capacidade de analisar e compreender fenômenos sociais. Sendo assim, a Sociologia pode funcionar como um aporte para esse tipo de transformação tornando-a viável:

A Sociologia, como um conteúdo a ser trabalhado no interior da escola, precisa ter essa preocupação de selecionar os conteúdos culturais que são próprios de sua área, pelos quais os estudantes possam agir, assimilando conhecimentos e desenvolvendo capacidades que lhes permitam compreender o mundo em que vivem e nele se inserirem ativamente (Mendonça, 2011, p. 348).

No entanto, a compreensão sobre a importância do conhecimento como ferramenta essencial para o desenvolvimento pessoal e social não é amplamente reconhecida pela maioria dos jovens. Muitos ainda não percebem o valor que a aquisição contínua de conhecimento pode trazer, não apenas para suas próprias vidas, mas também para a construção de uma sociedade mais justa, participativa e igualitária. A falta dessa percepção impede a plena realização do potencial coletivo e democrático da juventude. Mendonça afirma que:

O projeto burguês de educação é fortemente marcado como elemento de racionalização da vida econômica, da produção, do tempo e do corpo dos trabalhadores. A estes, um modelo de escola destinado às atividades mais básicas do conhecimento – ler, escrever e contar – em contraposição à escola de caráter mais geral, clássica e científica destinada às elites dirigentes. Essa dualidade não atravessa a história de modo linear. É na existência das contradições que se forjam as necessidades sociais e suas possibilidades de superação (Mendonça, 2011, p. 346).

O Brasil se caracteriza por possuir intenso histórico de lutas de classes, sendo palco de conflitos sociais marcados por interesses de classes sociais antagônicas. Vale ressaltar que tal cenário contribui para a consolidação de grande desigualdade social que se apresenta de ordem estrutural, permeando a vida cotidiana dos indivíduos. Assim, é fundamental estabelecer reflexões a respeito das práticas adotadas pela educação para combater a reprodução das desigualdades oriundas da sociedade capitalista no ambiente escolar, as quais, por vezes, são responsáveis por

instigar situações de violência. Galtung (1985) aborda a violência estrutural como um fenômeno enraizado na organização social, que se expressa através de relações de poder assimétricas e na desigual distribuição de oportunidades vitais entre os indivíduos. Para o autor, essa forma de violência é invisibilizada por estar naturalizada nas estruturas da sociedade, perpetuando injustiças que transcendem a violência direta. Desta forma, a escola, em cumprimento de sua função social, deve ser espaço que proporcione o rompimento com essa estrutura, o que exige, conforme Manacorda (1991), uma reflexão crítica sobre seu papel político-ideológico:

Parece-nos, no entanto, que justamente essa realidade obriga a ajustar as contas seriamente com a exigência marxiana de não admitir na escola o discutível, aquilo que possa permitir conclusões de grupo. Porque, se é verdade, como dizia Lênin, que a escola separada da política é uma mentira e uma hipocrisia, se é verdade que toda escola é ideologicamente orientada, queiram ou não todos aqueles que atuam em seu interior ou que a julgam do exterior, é também verdade que, tanto mais por razão, se torna necessário determinar de que modo e até que ponto esse tipo de compromisso social da escola deva ou possa realizar-se (Manacorda, 1991, p.109).

É de amplo conhecimento que a sociedade capitalista é composta por muitas contradições. Porém, para questionar as condições objetivas que estão postas e realizar reflexões sobre as coordenadas ideológicas hegemônicas que dominam as estruturas de poder, é primordial deslocar o eixo das coordenadas ideológicas hegemônicas para coordenadas ideológicas contra hegemônicas e emancipatórias. Sendo assim, faz-se necessário o reconhecimento do papel social da escola na formação dos jovens.

Marx (2013) afirma que a sociedade de classes é tanto produto quanto produtora de desigualdade social, explicando como o capitalismo estabelece e sustenta divisões de classe, nas quais a burguesia (classe dominante) explora o proletariado (classe trabalhadora) por meio do controle dos meios de produção e da extração da mais-valia. Essa dinâmica de exploração perpetua a desigualdade e os conflitos de classe, tornando necessária a desnaturalização das relações estabelecidas na sociedade de classes. Cabe ressaltar, ainda, que para alcançar mudanças de paradigma, a escola deve ser um espaço para reflexões e práticas de ordem social. Como bem colocado por Freire (1996), a escola deve constituir-se como espaço de reflexão e práticas transformadoras.

Nesse contexto, é preciso observar como os desequilíbrios sociais retratados no corpo deste texto impactam a vida dos jovens brasileiros, sobretudo os mais vulneráveis. Souza (2017) afirma que a perpetuação das desigualdades econômicas

e sociais gera um ambiente propício à violência, visto que a exclusão social e a falta de oportunidades criam condições de vida desesperadoras para grande parte da população, levando ao aumento de atos violentos.

Chauí (2011) dedica-se a analisar a temática da violência no Brasil e retrata como problema central o fato de que a violência não é reconhecida em sua origem e naquilo que verdadeiramente a define - qualquer prática ou ideia que reduza uma pessoa à condição de objeto, que viole interna e externamente o ser de alguém e que perpetue relações sociais marcadas por profunda desigualdade econômica, social e cultural. Contudo, a autora define violência como:

A palavra violência vem do latim vis, força, e significa: 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; 5) conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror (Chauí, 2011, p. 379).

Dessa forma, Chauí (2011) afirma que, mais grave do que a violência em si, são as narrativas construídas para justificá-la, as quais, ao invés de enfrentar suas causas estruturais, naturalizam-na como fenômeno inevitável. Essas explicações, embasadas em discursos que reproduzem violência simbólica (BOURDIEU, 1989), acabam por legitimar as desigualdades sociais que lhes deram origem, criando um ciclo vicioso de opressão.

A violência consolida-se como um problema frequente em nossa sociedade. Os brasileiros de 15 a 29 anos estão particularmente mais sujeitos à violência física, psicológica e sexual. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), mais de um quarto desses jovens (27%) afirmou ter sido vítima de algum tipo de agressão nos doze meses anteriores. Os dados mostram que os jovens estão significativamente mais expostos à violência. Durante o período analisado, 30,15% de todos os casos de violência notificados envolveram indivíduos entre 15 e 29 anos. Dentre esses, a maior taxa de ocorrência foi observada entre adolescentes de 15 a 19 anos, com 397 casos por 100 mil habitantes. Em todas as regiões do Brasil, adolescentes dessa faixa etária foram as principais vítimas de violência. Além disso, a maioria das vítimas jovens (73%) é do sexo feminino.

Segundo dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2010), os homicídios afetam predominantemente adolescentes residentes em comunidades populares e periferias. Jovens negros do sexo masculino apresentam especial vulnerabilidade, representando mais da metade dos casos de homicídio registrados no Brasil em 2010. Desse total, 76,6% das vítimas eram negras (pretas e pardas) e 91,3% eram do sexo masculino. Entre os jovens brancos, a violência atinge com maior intensidade as mulheres, que correspondiam a 70,6% das vítimas, enquanto os homens brancos representavam 29,4% dos casos. A população indígena também apresenta elevada vulnerabilidade à violência, frequentemente associada à percepção de inferioridade e diferença por parte dos agressores.

Sendo assim, a violência é uma problemática a ser enfrentada pela sociedade e pela escola. É viável reconhecer que a sociedade atual é fruto de inúmeras transformações ocorridas no processo histórico da humanidade, o que resulta em realidades diversas e extremamente desiguais - fato que pode ser vetor de conflitos, como é o caso do Brasil. Bourdieu (1992) afirma que essa configuração social se reflete diretamente na educação, pois tal condição desemboca no ambiente escolar, reproduzindo os conflitos existentes na sociedade. Esse cenário dificulta o alcance de um dos grandes desafios da escola moderna: garantir acessibilidade e qualidade de ensino, conforme previsto no § 3º do artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).

Ao analisar a legislação educacional, constata-se que esta determina à escola a obrigatoriedade de constituir-se como ambiente inclusivo, no qual o respeito à diversidade deve ser prioridade, promovendo valores como liberdade e tolerância.

Observando esse artigo, percebe-se que a legislação determina que a escola seja um ambiente inclusivo, onde o respeito à diversidade seja prioridade, promovendo liberdade e tolerância. A Sociologia, enquanto disciplina desempenha um papel crucial ao fomentar a reflexão sobre essa demanda urgente no espaço escolar. Fernandes (1970), argumenta que a educação sociológica capacita os indivíduos não apenas a entenderem, mas também a valorizarem e respeitarem as diferenças, essenciais para uma convivência democrática e justa. A integração da Sociologia no currículo escolar não apenas forma os alunos sobre as estruturas sociais que perpetuam desigualdades, mas também os empodera para serem agentes de mudança, promovendo uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Segundo Certeau (1996), as relações estabelecidas no contexto social fundamentam-se em estruturas de desigualdade na apropriação do poder. O autor denomina essa dinâmica como uma organização social entre dominantes e dominados. Consideram-se dominantes os grupos que controlam e regulam os instrumentos de poder conforme seus interesses particulares. Já os dominados são aqueles que não conseguem confrontar a estrutura de poder estabelecida nas diversas sociedades. Geralmente, os dominados constituem a maior parte da população, incluindo minorias que coexistem de forma desarticulada no mesmo tecido social. Contudo, essa desigualdade que se coloca na sociedade brasileira é naturalizada, fato que acaba corroborando com formas de violências silenciadas:

[...] estruturada pela matriz senhorial da Colônia, disso decorre a maneira exemplar em que faz operar o princípio liberal da igualdade formal dos indivíduos perante a lei, pois no liberalismo vigora a idéia de que alguns são mais iguais do que outros. As divisões sociais são naturalizadas em desigualdades postas como inferioridade natural (no caso das mulheres, dos trabalhadores, negros, índios, imigrantes, migrantes e idosos), e as diferenças, também naturalizadas, tendem a aparecer ora como desvios da norma (no caso das diferenças étnicas e de gênero), ora como perversão ou monstruosidade (no caso dos homossexuais, por exemplo). Essa naturalização, que esvazia a gênese histórica da desigualdade e da diferença, permite a naturalização de todas as formas visíveis e invisíveis de violência, pois estas não são percebidas como tais (Chauí, 2000, p. 55 e 56).

É possível perceber, por meio de reflexão sobre a citação anterior, que as minorias fazem parte dos grupos considerados como mais frágeis na perspectiva de Certeau (1996). Dessa forma, podem ser reconhecidas como dominadas. De acordo com Guimarães (1999), "minorias" são grupos que, mesmo não sendo numericamente menores, são percebidos como socialmente inferiores e enfrentam discriminação e exclusão, fatores que limitam sua plena participação na sociedade. Essa marginalização é frequentemente legitimada por estereótipos e preconceitos que naturalizam a desigualdade, inclusive no ambiente escolar.

Giddens (2005) analisa a natureza das atitudes preconceituosas e as dificuldades inerentes à convivência humana com diferentes etnias. O autor elenca duas possíveis explicações para essa problemática: parte do pressuposto de que o pensamento preconceituoso é construído a partir de estereótipos e afirma que a desvalorização do outro constitui uma estratégia de conflito entre grupos distintos. Para ilustrar essa dinâmica, Giddens (2005) utiliza o termo "bode expiatório", demonstrando como determinados grupos - como protestantes, judeus, italianos,

negros africanos, ciganos e outros - foram historicamente estigmatizados ao assumirem esse papel indesejado na sociedade ocidental.

A Sociologia, em expansão significativa nos últimos anos, tem despertado consciências ao demonstrar que há alternativas viáveis e que o destino não é uma fatalidade inevitável. Ela capacita indivíduos a fazerem escolhas informadas e a questionarem tudo o que é considerado como pré-estabelecido. Abaixo, um trecho que respalda esta afirmação sobre a Sociologia:

O que faz o método sociológico? Permite analisar as contradições existentes nos diversos planos de atividade humana, com diferentes olhares e, com isso, desvendar o que se passa na realidade social. O ensino de Sociologia poderia contribuir nessa perspectiva, como, por exemplo, pela análise da própria instituição escolar e de seu entorno, para dar início à construção de sentidos individuais, dirigidos à sua verdadeira função social: produzir e socializar conhecimentos (Mendonça, 2011, p. 348 e 349).

Sendo assim, é fundamental estabelecer uma reflexão sobre as práticas educacionais para combater a reprodução da violência oriunda de conflitos sociais no ambiente escolar. Evidencia-se a necessidade dessa ressignificação das relações escolares por dois motivos principais: (1) a desvalorização da educação como consequência de processos de alienação; e (2) a presença significativa de conflitos decorrentes da diversidade sociocultural nas unidades escolares, os quais, frequentemente, recebem manejo inadequado.

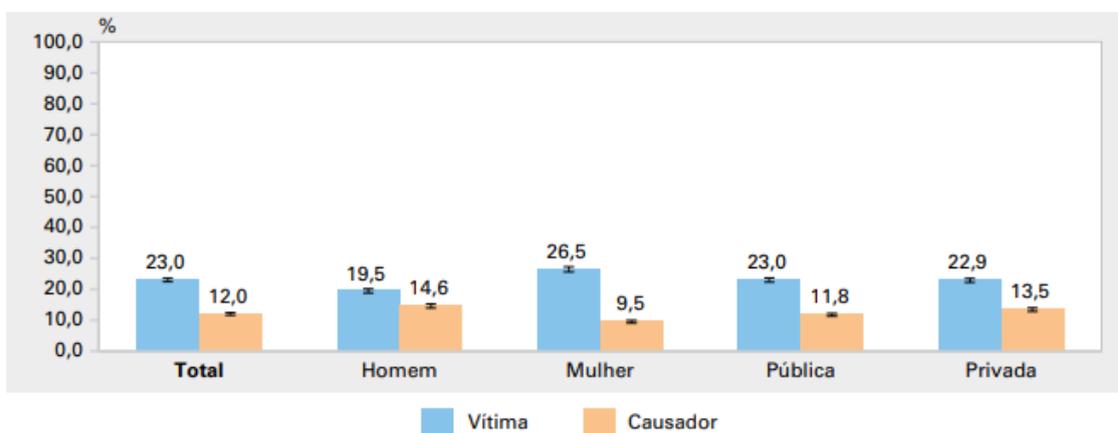
Nos últimos anos, houve um significativo retrocesso nas conquistas sociais, o que intensificou o cenário de desigualdades e conflitos, acarretando o aumento da violência no ambiente escolar, conforme dados do Instituto Ayrton Senna em parceria com a Secretaria de Educação (SEDUC). No entanto, ainda são observadas atitudes que fomentam ações contrárias à cultura da não violência. A pesquisa revelou que 5,7% dos estudantes avaliados relataram testemunhar violência psicológica com muita frequência. Além disso, 3,8% afirmaram presenciar violência física em casa regularmente. Nesse contexto, os alunos mais afetados são os do 5º ano do ensino fundamental, segundo o levantamento, esses dados corroboram com as análises de Abramovay (2006) sobre a violência como fenômeno multifatorial que transcende os muros escolares.

O levantamento aponta que aproximadamente 67% dos estudantes consideraram-se pouco ou nada capazes de exercer a competência de tolerância à frustração. Em outras palavras, demonstram dificuldade em controlar e lidar com a raiva e a irritação em situações adversas. A autoconfiança foi a segunda competência

mais mencionada pelos participantes como área de maior dificuldade.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2019), conforme ilustrado na Figura 1, 12,0% dos estudantes brasileiros de 13 a 17 anos relataram ter praticado bullying no ambiente escolar, enquanto 23,0% declararam terem se sentido ofendidos ou humilhados por colegas em duas ou mais ocasiões nos 30 dias anteriores à pesquisa. Os três principais motivos relatados para as agressões foram: aparência corporal (16,5%), aparência facial (11,6%) e cor ou raça (4,6%). A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar PENSE (2019) considerou em sua metodologia termos como "esculachar", "zoar", "mangar", "intimidar" ou "caçoar", que foram posteriormente categorizados como manifestações de bullying, evitando assim a utilização direta do termo. O Gráfico 1 apresenta a distribuição desses dados, mostra o percentual de escolares de 13 a 17 anos, com indicação de 95% de intervalo de confiança, por posição assumida na efetivação da prática de bullying, segundo sexo e a dependência administrativa da escola.

Figura 1 – Porcentagem de estudantes que relataram envolvimento em situações de bullying, Brasil, 2019.



Fonte: IBGE (2019).

Conforme Costa (2019) e Galdino (2020), o conflito constitui uma característica inerente ao comportamento humano, podendo manifestar-se de forma construtiva ou destrutiva, frequentemente decorrente de divergências e desavenças. Moore (1996) afirma que os conflitos podem ser classificados em: (1) estruturais, relacionados a aspectos negativos do comportamento; (2) de valores, envolvendo concepções de vida e ideologias distintas; (3) de relacionamento, associados a emoções, percepções ou falhas comunicacionais; (4) de interesse, referentes às expectativas individuais; e

(5) informacionais, baseados em dados insuficientes ou interpretações divergentes.

Nesse sentido, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP) vem sinalizando o reconhecimento da problemática apontada no corpo deste texto por meio da criação de programas que visam abordar a convivência e a proteção escolar. Em 2019, foi concebido e elaborado o Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar (Conviva SP), substituindo os projetos e ações do programa em andamento, o Sistema de Proteção Escolar (SPEC). Nesse sentido, o Conviva SP, por meio da Resolução SE nº 48, de 2019, substituiu o SPEC, que havia sido criado pela Resolução SE nº 19, de 12 de fevereiro de 2010.

O SPEC havia sido criado com a justificativa de garantir o direito público subjetivo do aluno à educação, apontando como prerrogativa para isso a promoção de um ambiente escolar democrático, tolerante, pacífico e seguro. Dessa forma, era reconhecida como responsabilidade da Administração Pública zelar pela integridade física dos alunos e servidores nos estabelecimentos da rede estadual de ensino, bem como pela conservação e proteção do patrimônio escolar. Ressaltava-se que as escolas deveriam promover modelos de convivência pacífica e democrática, tal como práticas efetivas de resolução de conflitos, com respeito à diversidade e ao pluralismo de ideias.

O trecho abaixo traz parte do texto da resolução que instituiu o SPEC como programa de proteção escolar da rede paulista. São Paulo (Estado). Resolução SE nº 19, de 12 de fevereiro de 2010:

Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Proteção Escolar, que coordenará o planejamento e a execução de ações destinadas à prevenção, mediação e resolução de conflitos no ambiente escolar, com o objetivo de proteger a integridade física e patrimonial de alunos, funcionários e servidores, assim como dos equipamentos e mobiliários que integram a rede estadual de ensino, além da divulgação do conhecimento de técnicas de Defesa Civil para proteção da comunidade escolar (São Paulo, 2010).

De fato, é necessário reconhecer que essa iniciativa representou um marco significativo, indicando a preocupação da rede pública estadual em relação à condução dos conflitos escolares. Assim foi admitido que os conflitos de menor gravidade deveriam ser solucionados dentro das escolas, através do processo de mediação e das práticas restaurativas, inicialmente conduzido pelo Professor Mediador Escolar e Comunitário (PMEC). O objetivo era que os alunos envolvidos nos conflitos refletissem sobre suas ações, promovendo mudança de consciência e comportamento, portanto a ideia é de que essa mediação pudesse contribuir para a

construção de um ambiente escolar mais harmonioso:

A iniciativa de instituir uma função específica de um profissional que fosse responsável por mediar conflitos, promover a educação preventiva e restaurativa, estabelecer parcerias entre a instituição escolar, seus sujeitos e a rede de proteção social nas escolas da rede pública do Estado de São Paulo, visando à redução da violência na escola, representa o reconhecimento, pelo poder público, da interferência que a violência causa à ação educativa (Carvalho, 2013, p. 22).

A implementação do Sistema de Proteção Escolar (SPEC) representava uma iniciativa educacional que desafiava as práticas frequentemente adotadas pelas escolas de maneira autocrática e excludente, como: a punição de alunos por meio de suspensões, expulsões e transferências compulsórias. Com a mediação, as escolas passariam a contar com um profissional - o Professor Mediador Escolar e Comunitário (PMEC). Sendo assim, a partir da publicação dessa legislação, as instituições de ensino públicas do Estado de São Paulo deveriam contar com docentes capacitados para desenvolver ações de mediação de conflitos escolares pelo viés da justiça restaurativa. Essa abordagem alinha-se aos princípios de Justiça Restaurativa propostos por Zehr (2012), que enfatizam a reparação de danos e o diálogo entre as partes envolvidas no conflito.

O SPEC permaneceu em vigor até o final de 2019, quando surgiu a demanda de elaborar um novo programa que concebesse a escola como ambiente seguro e acolhedor. A necessidade de mudança tornou-se ainda mais evidente após o episódio ocorrido em Suzano SP, na Escola Estadual Raul Brasil. Na manhã de 13 de março de 2019, Guilherme Tauci Monteiro, então com 17 anos, e Luiz Henrique de Castro, de 25 anos - ambos ex-alunos da instituição - adentraram pelo portão principal encapuzados e cometeram um ataque violento. O episódio resultou em oito vítimas fatais no local, incluindo cinco estudantes e dois funcionários da escola, além do tio de um dos atiradores, que foi atingido antes da investida contra a instituição. Outras onze pessoas ficaram feridas. Ao final do ataque, Guilherme disparou contra Luiz Henrique e, em seguida, contra si mesmo, totalizando dez mortes. Diante dessa tragédia, a SEDUC-SP reconheceu a urgência de adotar medidas mais assertivas para a promoção da convivência escolar:

Rhyllary Barbosa, de 16 anos, se lembra de cada detalhe daquele dia. Dos barulhos de tiro, das pessoas correndo, da força que precisou ter quando cruzou Luiz Henrique no corredor, com quem teve um conflito corporal por alguns segundos. (Brasil de fato, 2020).

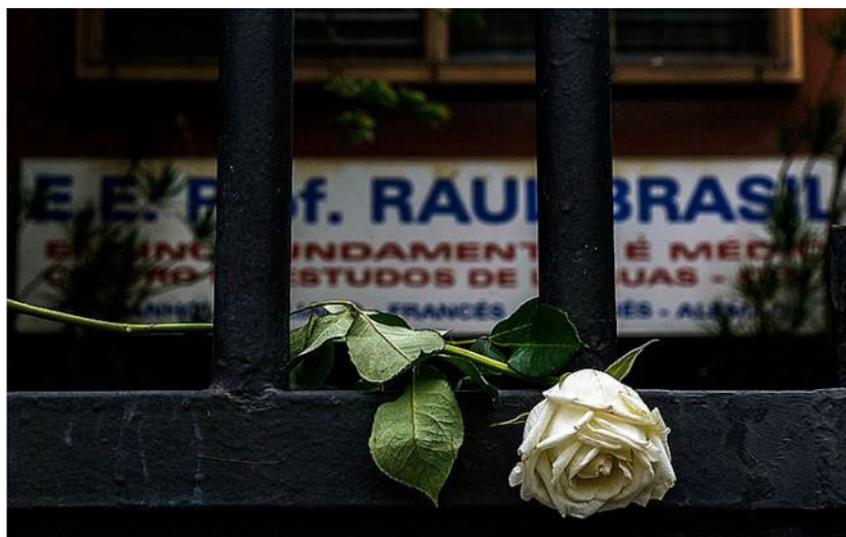
De acordo com as investigações, o ataque foi inspirado no massacre de

Columbine, ocorrido vinte anos antes, planejado por dois ex-alunos da Columbine High School, nos Estados Unidos. O atentado em Suzano também foi meticulosamente planejado com meses de antecedência, o que suscitou um amplo debate público sobre a influência de fóruns extremistas na internet e destacou a problemática da violência tanto no ambiente escolar quanto em outros contextos sociais. Conforme apontado no trecho abaixo:

Inspirado no massacre de Columbine – conforme aponta a investigação – ocorrido há 20 anos e planejado por dois ex-estudantes da Columbine High School, nos Estados Unidos, o atentado em Suzano também foi pensado com meses de antecedência e trouxe à tona uma discussão pública sobre fóruns extremistas na internet, e, principalmente, sobre a violência dentro e fora do espaço escolar (Brasil de fato, 2020).

Abramovay (2015), pesquisadora da violência escolar há mais de duas décadas, aponta que as relações padronizadas e distantes no ambiente educacional impediram a Escola Estadual Raul Brasil de identificar comportamentos preocupantes durante o período em que Guilherme Tauci Monteiro e Luiz Henrique de Castro frequentaram a instituição. Embora as motivações do crime não tenham sido totalmente esclarecidas, registros indicam que um dos agressores teria sofrido bullying na própria escola onde ocorreu o ataque. Essa situação ilustra o que a autora destaca como dificuldade em perceber sinais de alerta, reflexo do que Debarbieux (2001) denomina "cegueira institucional" frente à violência escolar latente.

Figura 2 – Foto amplamente divulgada na época do massacre da rosa branca nas grades da escola.



O massacre trouxe muitos questionamentos públicos sobre o que levaria os garotos a cometer a chacina, planejada com meses de antecedência / Miguel Schincariol/AFP

Fonte: Miguel Schincariol.

Todavia, tais eventos não devem ser motivo para pânico, uma vez que apresentam baixa frequência no contexto brasileiro. No entanto, configuram-se como alerta para a necessidade de maior atenção aos sinais manifestados por alunos que enfrentam dificuldades e requerem apoio integral, tanto no âmbito familiar quanto escolar. O Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar (Conviva) foi implementado como resposta ao episódio ocorrido em Suzano, com os seguintes objetivos: (1) transformar as escolas em ambientes seguros mediante a participação ativa da comunidade escolar; (2) identificar e acolher emoções e conflitos de natureza social no espaço educacional; e (3) estabelecer parcerias com grêmios estudantis para fomentar um clima de corresponsabilização horizontal, promovendo o protagonismo juvenil. Inicialmente a ideia era desenvolver lentamente um programa que tivesse como premissa esses elementos, um projeto piloto já estava em curso, conforma afirma o trecho:

Considerando esses aspectos, entre outros, era importante, para nós, dar vida ao Projeto “A Convivência como Valor nas Escolas Públicas: implantação de um Sistema de Apoio entre Iguais (SAI)”, aprovado em 2019, pelo Edital de Pesquisa/FIS/FCC3. Este Projeto tinha de início a intenção de ser desenvolvido em três escolas-polo, selecionadas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP) (Tognetta; Abdalla, 2022, p. 6).

Contudo, a partir do massacre de Suzano, o projeto piloto foi expandido para toda a rede como plano de ação do governo de São Paulo:

Fato é que a proporção tomada a partir da experiência do massacre em Suzano, em que dois adolescentes entraram na escola e mataram dez pessoas (TOGNETTA; FODRA; BONI, 2020), fez com que o projeto, cujo potencial era ser replicado e multiplicado para outras escolas depois de sua comprovação, se tornasse presente, para além das três escolas-polos, num cenário de escalas que envolvesse toda a rede de ensino de São Paulo com suas mais de 5000 escolas (Tognetta; Abdalla, 2022, p. 6).

O Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar (Conviva SP), que desenvolvia iniciativas e atividades pedagógicas com o objetivo de fomentar um ambiente escolar positivo, solidário, inclusivo e acolhedor. Sua abordagem priorizava o desenvolvimento de habilidades socioemocionais para a resolução consensual de conflitos, o respeito à diversidade e a valorização das diferenças. Abaixo o artigo que instituiu o Conviva SP como Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar:

Artigo 1º - Fica instituído o CONVIVA SP - Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar, no âmbito da Rede Pública Estadual de

Educação de São Paulo, cujos objetivos são: I - Oferecer política estruturada de atendimento multiprofissional aos estudantes da rede de ensino estadual, com vistas à melhoria da aprendizagem; II - Estabelecer estratégias de apoio e acompanhamento às equipes docentes e dirigentes no processo ensino-aprendizagem, priorizando os educandos que apresentem dificuldades no processo de escolarização; III - Contribuir para um clima escolar positivo por meio de ambiente de aprendizagem colaborativo, solidário e acolhedor; IV - Contribuir para a melhoria de indicadores de permanência de aproveitamento escolar; V - Promover e articular a participação ativa da família na vida escolar dos estudantes da rede de ensino estadual; VI - Articular e fortalecer a rede de proteção social no entorno da comunidade escolar, com aproximação entre os serviços de assistência e saúde mental. (Resolução 48, 2019, p.1).

Assim como o SPEC utilizava o Registro de Ocorrências Escolares (ROE), o Conviva SP operava por meio da Plataforma de Convivência Escolar (PLACON). Ambas constituíam ferramentas digitais disponíveis aos gestores escolares para registro de ocorrências e não ocorrências em suas respectivas unidades de ensino. Dessa forma, eram gerados bancos de dados com registros classificados como conflitos escolares. A proposta consistia em que as instituições de ensino promovessem ações preventivas após a análise de seus indicadores, permitindo, por meio do estudo dos dados, identificar os perfis de conflitos mais recorrentes e planejar ações de conscientização específicas. Conforme análise de Oliveira (2021), sistemas de registro como ROE e PLACON representam avanços na gestão democrática escolar, permitindo a transformação de dados brutos em indicadores para políticas públicas educacionais.

O Conviva SP foi implementado em 2020. Embora apresentasse propostas promissoras para a área educacional, enfrentou imediatamente os desafios impostos pela pandemia de COVID-19. Com o surgimento de demandas mais urgentes, o programa perdeu força e foco, retornando apenas nos anos subsequentes de forma gradual e limitada. Após a mudança de governo estadual em 2022, o Conviva foi reintegrado em 2023 com modificações significativas em sua estrutura, assumindo uma abordagem mais punitivista e repressiva. A gestão do programa deixou de contar com psicólogos e profissionais da educação, sendo progressivamente assumida por militares de diversas corporações. Dessa forma, na atual gestão governamental, o programa adotou uma vertente completamente distinta de sua concepção original. O trecho a seguir exemplifica as informações apresentadas anteriormente:

Tendo em vista a instituição do CONVIVA SP - Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar no âmbito da Rede Estadual de Educação, por meio da Resolução SE 48/2019, que se compõe por projetos e ações articuladas e interdependentes, considerando, especialmente, a dimensão Segurança Escolar, conforme Artigo 2º, inciso IV: Segurança Escolar:

projetos e ações que prioritariamente zelem pela integridade física dos alunos, servidores da rede estadual de ensino e da comunidade escolar, bem como pela conservação e proteção do patrimônio escolar. O CONVIVA SP, juntamente com a Polícia Militar, orienta as Unidades Escolares e Diretorias de Ensino em relação aos procedimentos de proteção e segurança a serem adotados nas situações de urgência e emergência descritas neste protocolo (Protocolo 179, 2023, p.4).

Contudo, observa-se que a tentativa de padronização de ações para situações conflituosas revela uma abordagem que visa à supressão dos conflitos escolares, sem considerar adequadamente os fatores geradores ou as distintas realidades presentes no âmbito do Estado de São Paulo. Essa estratégia, ao priorizar a uniformização de condutas, desconsidera a complexidade inerente aos contextos educacionais diversos. Como argumenta Abramovay (2015), políticas educacionais que ignoram as especificidades locais tendem a ampliar e não resolver as tensões no ambiente escolar.

Essa realidade conflituosa, presente nos espaços escolares, demanda intervenções adequadas para ressignificar as relações de forma humanizada. Conforme Pistrak (2005), a escola, enquanto instituição educadora, alcança seus objetivos pedagógicos quando estabelece conexões entre as aprendizagens formais e os aspectos da vida cotidiana de seus estudantes. Nessa perspectiva, é fundamental que a escola cumpra sua função social atuando como espaço de articulação, possibilitando aos jovens reconhecerem-se como agentes transformadores da sociedade conforme aborda Saviani (1991). Como destacam Pistrak (2005) e Saviani (1991), a efetividade da ação escolar está intrinsecamente vinculada à sua capacidade de dialogar com as realidades sociais, princípio que fundamenta a concepção de educação integral proposta por Teixeira (1950).

No entanto, tal conquista subordina-se à existência de um ambiente escolar atraente, enriquecedor e democrático. Assim, de acordo com Bourdieu (1992), para o desenvolvimento de uma prática escolar pautada em valores democráticos, torna-se importante realizar as seguintes reflexões: temos uma escola reprodutora ou transformadora? A escola mantém as desigualdades sociais ou as transforma, cumprindo a missão de reduzir as diferenças sociais?

De acordo com Carneiro (2001), o reconhecimento da diversidade cultural, étnica e social do Brasil deve ser acompanhado por esforços concretos para enfrentar a discriminação e promover a igualdade. Isso inclui a implementação de políticas públicas eficazes, a promoção de uma educação inclusiva e o empoderamento das

minorias para que participem plenamente da sociedade. Na visão da autora, apenas por meio dessas ações coordenadas é possível construir um Brasil mais justo e democrático.

No campo da educação, Carneiro (2001) defende a inclusão de conteúdos que reflitam a história e a cultura afro-brasileira como forma de combater os preconceitos e promover o respeito à diversidade. A autora enfatiza que a educação inclusiva é fundamental para a transformação social. Como argumenta Carneiro (2001), a escola possui um papel estratégico na formação de valores e atitudes capazes de promover a equidade e construir uma sociedade mais justa, atuando como espaço privilegiado de desconstrução de preconceitos e reprodução de desigualdades. Para exemplificar, cita a implementação de leis como a Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, representando um passo importante nesse sentido.

Diante disso, é possível reconhecer que, conforme enfatizado no corpo deste texto, muitos autores acreditam que a escola constitui um ambiente propício para a desnaturalização de concepções que reproduzem preconceitos e reforçam as desigualdades. Sendo assim, para alcançar transformações sociais - sobretudo em relação às desigualdades, que são simultaneamente produto e produtoras da sociedade capitalista - é fundamental a contribuição de uma educação pautada em princípios democráticos e emancipatórios. Freire (1996), aponta que a educação verdadeiramente transformadora requer a conscientização crítica sobre as estruturas opressoras da sociedade. Nesse sentido, torna-se imprescindível que o ambiente escolar desenvolva trabalhos voltados para a conscientização sobre as desigualdades de classe originárias da sociedade capitalista, bem como sobre suas estruturas de manutenção. O trecho abaixo corrobora a ideia desenvolvida:

“Todavia, para alcançar transformações sociais, sobretudo em relação a desigualdade - produto e produtora - da sociedade capitalista, é fundamental a contribuição de uma educação baseada em princípios democráticos e emancipatórios. É importante que no ambiente escolar sejam realizados trabalhos para tomada de consciência das desigualdades de classes oriundas da sociedade capitalista bem como suas estruturas de manutenção.

Desse modo, adentrar a escola, visando a enfrentar a complexidade do real, exige ir além do pedagógico e do sociológico/político. Na crise atual, a restrição a um dos aspectos impede a possibilidade de superação dos problemas. Somente uma articulação entre essas duas diferentes dimensões – inseparáveis, porém com suas especificidades – poderá fazer avançar o processo da construção do novo na escola. Um caminho possível, por um lado, é a análise sociológica dessa instituição. Por outro, é o trabalho direto com estudantes em sala de aula, buscando articular na prática o sociológico

e o pedagógico, por meio de atividades com possibilidades de novos significados e sentidos (Mendonça, 2011, p. 354 e 355).

Dessa forma, a Sociologia pode servir como aporte teórico, viabilizando a desnaturalização e a compreensão da realidade social. Freire (1987) destaca que a educação constitui, antes de tudo, um ato político e, portanto, uma ferramenta para a transformação social. No entanto, o autor evidencia que a opressão e a manipulação inerentes à sociedade de classes impedem que a maioria dos jovens perceba a educação como um instrumento de emancipação, muito menos que identifiquem a manipulação como um dos mecanismos de sustentação da sociedade capitalista. Como analisa o autor:

O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência (Marx, 2008, p 47).

Karl Marx (1818-1883), embora não tenha produzido obras dedicadas exclusivamente à educação, ressaltou em seus escritos a importância da educação para a superação da sociedade de classes, deixando contribuições significativas sobre a relação entre educação e sociedade. Na obra *Manifesto do Partido Comunista*, publicada em 1848, Marx e Engels abordam a relevância do ensino público gratuito para os trabalhadores, visando à formação do homem omnilateral. Esse conceito refere-se a uma formação humana integral e emancipada, em oposição ao homem unilateral - produto do trabalho alienado, da divisão social do trabalho e das relações de exploração características da sociedade capitalista.

Nesse sentido, a educação é um vetor fundamental para transformações sociais fundamentais e a conquista de uma sociedade mais justa e igualitária. Tornar-se, desse modo, imprescindível o rompimento com a unilateralidade construída pela sociedade burguesa para a manutenção da alienação e limitação do homem na sociedade capitalista. Nesse contexto, Freire (1980) destaca que a educação tem o papel de libertar os sujeitos e dar condições para compreender o contexto social em que se encontram inseridos:

A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “des-vela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens (Freire, 1980, p. 26).

Assim, é fundamental estabelecer reflexões a respeito das práticas adotadas pela educação para combater a reprodução das desigualdades oriundas da sociedade capitalista no ambiente escolar. A sociedade capitalista é composta por muitas contradições. Para questionar as condições objetivas que estão postas e realizar reflexões em relação às coordenadas ideológicas hegemônicas que dominam as estruturas de poder, é primordial deslocar o eixo das coordenadas ideológicas hegemônicas para coordenadas ideológicas contra-hegemônicas e emancipatórias.

Para realizar uma análise crítica da sociedade de classes - que produz e é produzida pela desigualdade social -, o instrumental teórico elaborado por Marx (2006) é adequado para embasar o conhecimento sociológico aplicado nesse contexto, a fim de desnaturalizar as relações estabelecidas na sociedade de classes. Nesse sentido, cabe ressaltar que, para alcançar mudanças de paradigma, a escola deve ser um espaço para reflexões e práticas de ordem social. Sendo assim, para provocar transformações no ambiente escolar, é preciso compreender quem são os jovens que o habitam. A seguir, refletiremos sobre esse aspecto.

1.1 OS DESAFIOS E CONFLITOS NA JUVENTUDE

O presente excerto pretende abordar as condições de existência que estão postas aos jovens na sociedade brasileira contemporânea. Propõe-se analisar as relações que são estabelecidas em nossa sociedade com o público-alvo deste trabalho, observando suas fragilidades e pontos de atenção, para que este deixe de ser invisível e torne-se sujeito protagonista de sua própria existência. É preciso ressaltar que, no Brasil, o jovem só foi reconhecido como sujeito dotado de direitos quando ocorreu a aprovação do Estatuto da Juventude, em 2013. Tal cenário deixa escancarado o contexto de negação do jovem como sujeito social na sociedade brasileira. Sendo assim, este assumiu, durante muito tempo, o papel de total invisibilidade.

Esta parte da pesquisa tem como objetivo explorar os desafios enfrentados pelos jovens contemporâneos e a necessidade de lutas por reconhecimento, espaço e políticas públicas que atendam às suas reais necessidades. Propõe-se examinar o papel da educação na transformação da negação que os jovens sofreram enquanto sujeitos ao longo da história deste país, buscando identificar caminhos necessários

para romper com esse ciclo social que tende a inferiorizá-los e limitá-los a um papel secundário na vida adulta. Portanto, a análise aborda a importância de questionar e quebrar as estruturas que relegam os jovens a uma posição de coadjuvantes, buscando entender como a sociedade pode reconhecer e lidar com questões que verdadeiramente importam para esse grupo específico. Em suma, é preciso destacar a necessidade de desenvolver uma abordagem mais inclusiva e participativa em relação à juventude, promovendo a conscientização sobre suas demandas e aspirações.

1.1.1 Quem são os jovens?

Definir quem são os jovens no Brasil e suas características não é uma tarefa simples, pois ao nos referirmos a esses grupos, estamos tratando de sujeitos no plural e, conforme apontado por Tonella e Dourado (2021), abordar a temática exige romper com as definições tradicionais às quais estamos habituados. O trecho ilustra essas ideias:

Os resultados apresentados indicam que a juventude brasileira é heterogênea, foi tardiamente reconhecida como sujeito de direito pelo estado brasileiro e que suas formas de participação política ocorrem pela contestação de rua, sem fortes vínculos com as instituições tradicionais, partidos políticos, movimento estudantil ou movimentos sociais (Tonella; Dourado, 2021, p.61).

Opta-se, portanto, por abordar as juventudes no plural, adotando a perspectiva de que essa categoria social não é estritamente definida pela idade, conforme destacado por Souza e Paiva (2012):

Não existe uma concepção social única que caracterize e delimite o grupo geracional no qual os jovens estão inseridos, visto que se trata de uma categoria em permanente construção social e histórica. Assim, cabe falar em diferentes juventudes, que possuem a construção da identidade como questão central, mas que se destacam no imaginário social a partir de múltiplas referências da sociedade (Souza; Paiva 2012, p. 353-354).

Nesse sentido, Tonella e Dourado (2021), apontam que pesquisas atuais sobre a juventude no Brasil reconhecem sua formação plural e heterogênea, destacando as condições históricas que a moldaram como um agente social que desempenharam papéis específicos e distintos na história política do país desde a década de 1960 até o presente momento.

Nos últimos tempos surgiram esforços de pesquisadores e institutos para se chegar a um consenso sobre o que é ser jovem, Novaes (2021), destaca que nos últimos dez anos, estabeleceu-se um extenso diálogo entre a Secretaria Nacional da Juventude e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com o objetivo de incentivar o desdobramento mais detalhado dos grupos etários, visando uma atenção mais específica aos jovens, relata que seminários foram realizados com objetivo de desmembrar as faixas etárias:

considerar mais, não só de 15 a 18 anos, que é definido pelo Brasil como área da juventude, mas também os três segmentos internos, que são de 15 a 18 anos, de 19 a 24 anos e de 25 a 29 anos. Essa ideia de jovem-adolescente, jovem-jovem e jovem-adulto muda muito os problemas da juventude. (Novaes, 2021, p.6).

Portanto, torna-se evidente que a noção da ideia de jovem está em construção, e passar por amplo debate sociológico. A definição do que significa ser jovem no Brasil enfrenta diversos obstáculos, deixando claro que ainda não há consenso a ser seguido neste momento.

Entendemos, assim, que “construir uma definição da categoria juventude não é fácil, principalmente porque os critérios que a constituem são históricos e culturais” Dayrell (2003). Nesse contexto, é fundamental considerar com atenção as distintas características que compõem as diversas concepções de juventude no plural:

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta (Dayrell, 2003, p.42).

A partir desse debate, compreendemos a juventude como integrante de um processo mais abrangente na formação de sujeitos, porém, com particularidades que marcam a experiência de cada indivíduo, representando um estágio específico, mas não se limita a uma mera transição pois possui importância intrínseca. Esse processo é influenciado pelo contexto social específico em que ocorre e pela qualidade das interações proporcionadas por esse ambiente.

1.1.2 Por que estudar os jovens?

Certamente, a urgência em estabelecer reflexões sobre a condição atual dos jovens no Brasil envolve uma série de aspectos, entre eles: econômicos, sociais e políticos. Refere-se, sobretudo, ao reconhecimento de múltiplas realidades que compõem a condição de ser jovem. “É preciso considerar que, no Brasil, a ampla extensão do território, o quadro de diversidade cultural e de desigualdades sociais exige um esforço para demonstrar a existência de juventudes brasileiras, no plural” (Tonella; Dourado, 2021, p. 63).

Em linhas gerais, diversos fatores impactam esses grupos, sendo a desigualdade socioeconômica presente no Brasil um elemento que afeta diretamente os jovens, especialmente os economicamente desfavorecidos, restringindo suas oportunidades de acesso à educação, emprego e qualidade de vida. Conforme aponta o questionamento da pesquisadora Artes (2015), levantou a hipótese de que o ensino médio pudesse ser um filtro que impedia os jovens mais pobres e muitas vezes negros a acessar níveis mais altos de escolaridade, segundo Senkevics (2020), atualmente, podemos retomar essa discussão reafirmando que a preocupação da autora possuía razões para existir. Concluímos a reflexão, antecipando o que foi desenvolvido nesta seção, e sim, o Ensino Médio ainda atua como um filtro de acesso ao Ensino Superior, embora não seja o fator mais crucial para toda a juventude. No entanto, sua barreira continua sendo de grande relevância, especialmente para jovens de segmentos sociais menos privilegiados.

Assim, as reflexões são essenciais para abordar as disparidades socioeconômicas e repensar políticas públicas para distribuições mais equitativa de recursos no âmbito da escola pública, nesse contexto, esses jovens também acabam enfrentam altas taxas de desemprego devido à falta de experiência e oportunidades limitadas, de acordo ainda com Senkevics (2020), esse público acaba ocupando postos de trabalho com condições precárias e estão sujeitos ao pagamento de baixos salários. Para Novaes (2021), o trabalho se coloca como eixo central de preocupação de muitos jovens, pois possuem muita preocupação com o mundo do trabalho e as incertezas do futuro. Desse modo faz-se urgente estabelecer reflexões sobre políticas de emprego e programas de capacitação para melhorar a inserção no mercado de trabalho.

Não se pode deixar de citar que é de amplo conhecimento que a qualidade da educação impacta diretamente o futuro dos jovens, sendo assim refletir sobre o

sistema educacional torna-se vital para propor melhorias necessárias, garantindo acesso a uma educação de qualidade que prepare os jovens para os desafios futuros, segundo Senkevics (2020), houveram nítidas ampliações de acesso às instituições de ensino no intuito de amenizar desigualdades existentes em nossa sociedade, porém, tais políticas não foram suficientes para garantir qualidade na educação ofertada, nem gerar condições igualitárias de acesso e permanência:

Escolarizar a população não significa, necessariamente, eliminar ou mesmo reduzir desigualdades de acesso ou de conclusão. Essas dinâmicas confrontam-se com a estratificação social e, ao gerar resultados, não o fazem igualmente para todos os segmentos sociais (Senkevics, 2020, p. 333).

Diante disso, Senkevics (2020) afirma que a intenção é abordar as barreiras, tanto novas quanto antigas, que afetam a escolarização da juventude, para que seja planejado explorar as disparidades socioeconômicas, raciais e de gênero que persistem e impactam o acesso à educação.

A falta de políticas públicas adequadas aos jovens pode tornar-se um fator de exposição a vulnerabilidades deixando-os suscetíveis a ambientes marcados pela violência e insegurança. Tal reflexão sobre políticas públicas de segurança é necessária para criar comunidades mais seguras e proporcionar um ambiente propício ao desenvolvimento dos jovens. Conforme o exposto abaixo é possível reconhecer a quais condições de vulnerabilidades os jovens pobres estão expostos por não tem seus direitos básicos garantidos:

Nesse sentido é fundamental pensar políticas especificamente voltadas para juventude negra, que é protagonista de um triste e alarmante cenário no Brasil contemporâneo: mais de 23 mil jovens negros entre 15 e 29 anos são assassinados por ano. As séries do Mapa da Violência, feitas desde 1998 por Waiselfsz mostram a agudez desse quadro e no mapa de 2016, que trabalhou com informações de 2014, um dado chama particularmente atenção: apesar dos jovens serem 26% da população total do Brasil, em 2014, eles foram 58% das vítimas de homicídios cometidos com armas de fogo. Desses jovens assassinados, 77% são negros (Waiselfsz 2016: 49 e 55). Para período de 2016 a 2020, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública inventariou que, entre os jovens de 09 a 19 anos, 80% das 35 mil mortes ocorridas neste período foram de adolescentes negros, a maior parte por armas de fogo e em crimes de rua (Tonella; Dourado, 2021, p.68).

Nesse contexto de reflexão, é fundamental destacar que um instrumento de transformação valioso é a iniciação política e conscientização desses sujeitos, pois refletir sobre o envolvimento político dos jovens é crucial para garantir sua representatividade e participação ativa na tomada de decisões, logo promover a consciência cívica contribui para o desenvolvimento de uma sociedade democrática e engajada. A promulgação do Estatuto da Juventude em 2013, foi um ponto de partida

de inserção e reconhecimento do jovem como ator político, foi constituído tentando levar em conta as diversidades do universo juvenil, Novaes (2021). O exposto abaixo corrobora tal afirmação:

Já que o Estatuto da Juventude fala em 11 direitos, e esses direitos nunca estarão em um lugar. Esses direitos vão ter a ver com os setores, têm a ver com causas. Se você analisar os 11 direitos, você os localiza em Ministérios, em Secretarias, em causas da sociedade civil, já que aqueles 11 direitos que vão dar o desenvolvimento integral do PROJOVEM. Qual seria o papel da Secretaria da Juventude naquela hora? Seria justamente fornecer para esses lugares todos, onde se realizam as políticas de juventude, uma tecnologia social de atendimento à juventude. Uma tecnologia social é um nome que se usa até para convencer as pessoas, até para seduzir as pessoas, a tecnologia social parece uma coisa tão simples. Mas no fundo o que inseriu? O que inseriu essa tecnologia social? Maneiras de ensinar, de lidar com dados quantitativos, produzir dados quantitativos, lidar com dados qualitativos, se informar, ter uma relação com a diversidade, sistematizar com as experiências localizadas. Em 2013, justamente quando o Estatuto é promulgado, quando ele se transforma em Lei, era isso que estava em curso. Justamente era essa a ideia de desenvolvimento de uma tecnologia social de atendimento da juventude, que levasse em conta todos esses outros elementos que pudessem ser colocados à disposição da sociedade. Inclusive, tinha uma ideia muito forte que não era para colocar à disposição só do mundo público, não da política pública no sentido de que o estado tem um papel: na sua formatação, na sua interpretação e na sua avaliação. (Novaes, 2021, p. 11).

Nesse cenário conflituoso, surge a oportunidade de desenvolver políticas que contradigam as orientações predominantes e simplificadoras dos fenômenos sociais, mostra-se crucial ir além das abordagens centradas em segurança pública e assistência social ao lidar com as políticas federais destinadas aos jovens. Sposito (2001) relata que apesar das dificuldades para expandir os recursos orçamentários para políticas sociais, reconhece que o desafio principal reside em integrar as políticas de juventude a uma agenda mais abrangente de direitos públicos de natureza universal.

Outro fator que nos leva à necessidade de estudar os jovens é indubitavelmente a comunicação. Não se pode ignorar a alta conectividade dos jovens e a facilidade com que suas culturas fluem, rompendo barreiras tradicionais de comunicação. Este é mais um alerta para repensar como alcançar esses grupos e compreender a forma como pensam e sentem o mundo, especialmente quando a sociedade ainda está predominantemente vinculada a meios de comunicação tradicionais. Novaes (2021), indica que uma forma de chegar próximo à compreensão da realidade dos jovens é acompanhá-los pelas redes sociais, ressalta que esses veículos de comunicação

configuram amplo repertórios para pesquisas científicas compondo um extenso banco de dados de natureza quantitativa e qualitativa:

Outra estratégia também que está em questão hoje é usar as redes sociais e o que é dito nas redes sociais como mais uma fonte de pesquisa. Se os jovens estão vivendo uma interação entre o mundo virtual e o mundo presencial, eles também se expressam através das redes sociais (Novaes, 2021.p.7)

No entanto, ressalta-se que as redes sociais podem criar outras barreiras e filtros por não estabelecer adequadamente o que é público e privado, fato que acaba gerando confusão para muitos usuários das redes sociais. Novaes (2021) conclui afirmando que as redes sociais são muito importantes para gerar uma aproximação do universo jovem desde que não seja a única fonte utilizada.

É válido salientar a importância de reconsiderar e colocar a juventude como tema central de reflexão para o futuro, sublinhando sua posição como um canal de conexão com as questões ambientais do planeta. Refletir sobre a relação dos jovens com essas questões é crucial para promover a conscientização e assegurar a sustentabilidade de longo prazo do país. Em síntese, abordar a relevância de considerar os jovens como agentes ativos na sociedade não apenas beneficia essa faixa etária, mas também contribui para uma sociedade mais justa, inclusiva e preparada para enfrentar os desafios do presente e do futuro.

1.2 REFLEXÕES SOBRE DIVERSIDADE, ADVERSIDADE E VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE E NA ESCOLA

Esta reflexão foi desenvolvida com o objetivo de abordar e analisar a condição de invisibilidade que afeta uma considerável parcela dos jovens brasileiros, pois quando não são tratados de maneira em que suas particularidades e necessidades sejam levadas em consideração, esses jovens parecem viver sem serem notados, tornando-se, assim, invisíveis para aqueles que sustentam as estruturas e as dinâmicas sociais. Contudo, isso não consiste em um fato isolado, pois repercute na forma como os indivíduos sociais os percebem enquanto sujeitos.

As considerações apresentadas evidenciam a exigência de reflexões em diversos aspectos, visando reconhecer os jovens como protagonistas de suas próprias narrativas. Além disso, ressalta-se a importância e a necessidade de estudar os jovens de forma mais aprofundada, considerando a complexidade da situação. O panorama

exposto enfatiza a urgência de reexaminar e redesenhar estratégias que assegurem visibilidade e políticas públicas justas destinadas a essa parcela da população:

A ausência de políticas públicas transversais – emprego e renda, segurança pública, igualdade racial, política para mulheres, educação, saúde, cultura, entre outras - que tratem a juventude em sua totalidade e que garanta proteção e empoderamento está distante de sua efetivação. O que temos de concreto é uma sociedade que enxerga jovens e adolescentes como um problema social, considera a punição como o caminho a ser seguido e sistematicamente se omite em relação as ações violentas praticadas contra a juventude negra e periférica (Tonella; Dourado, 2021, p.73).

Nesse sentido, o propósito foi destacar a diversidade de formas de vivenciar a juventude no Brasil contemporâneo e documentar os vários motivos pelos quais a juventude brasileira precisa ser foco de reflexão elaboração de políticas públicas que reconheçam as diversidades e adversidades impostas à condição de ser jovem no Brasil. Isso inclui examinar as diversas demandas que impactam as articulações institucionalizadas no subsistema de políticas para a juventude, abrangendo a análise do papel das Conferências Nacionais e do Conselho Nacional da Juventude. Conclui-se que os caminhos a serem percorridos continuam desafiadores e sem definições claras.

Neste contexto, é fundamental reconhecer que as políticas públicas voltadas para a juventude no Brasil precisam ir além de uma abordagem generalizada, contemplando as especificidades de diferentes grupos jovens que enfrentam condições distintas de vida, muitas vezes marcadas por desigualdades sociais, econômicas e culturais. A juventude brasileira, em sua diversidade, vive situações de vulnerabilidade que exigem não apenas ações imediatas, mas também uma reflexão profunda sobre as estruturas sociais que perpetuam essas condições. Ao analisar o papel das Conferências Nacionais e do Conselho Nacional da Juventude, fica claro que, apesar de avanços em termos de representação e elaboração de políticas públicas, ainda existem lacunas significativas na implementação de ações que efetivamente atendam às demandas dessa faixa etária.

Sendo assim, o ambiente escolar deve ser estruturado de maneira a abordar adequadamente as diversas representações de diversidade presentes no universo da juventude. A escola tem a responsabilidade de ser um espaço que não só promova a luta contra a exclusão, mas também atue ativamente na conquista da igualdade de direitos e na valorização da representatividade. Ao fazer isso, contribui para a

formação de cidadãos conscientes, que respeitam as diferenças e trabalham pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O estudo analisa como as violências sofridas por jovens afetam o ambiente escolar, mostrando seus impactos tanto no desenvolvimento pessoal dos estudantes quanto nas relações coletivas dentro da escola. No capítulo seguinte, realizaremos o letramento no contexto do programa conviva SP, conheceremos um pouco mais sobre o objeto de estudo e faremos a exposição dos dados brutos coletados na plataforma PLACON.

2 ESTUDO DE CASO DOS CONFLITOS ESCOLARES ATRAVÉS DO PROGRAMA CONVIVA SP E PLATAFORMA PLACON

Este capítulo tem como objetivo apresentar e detalhar os instrumentos analisados durante esta pesquisa. Para tanto, realizou-se a análise do programa Conviva SP e da plataforma PLACON por meio de um estudo de caso. A finalidade concentra-se em desenvolver uma explicação aprofundada sobre suas características e funcionalidades. A partir desse estudo, torna-se possível compreender a forma como os conflitos eram gerenciados e categorizados até o ano de 2023 nas unidades escolares paulistas. Para isso, utilizaram-se e compararam-se os dados registrados na PLACON pela escola referentes aos anos de 2022 e 2023.

A primeira etapa deste trabalho consistiu em contextualizar o problema e realizar um levantamento bibliográfico, com o objetivo de fundamentar a estrutura conceitual e teórica apresentada. Essa etapa foi importante para a reflexão sobre os conceitos que envolvem as dinâmicas dos conflitos existentes no ambiente escolar. Dessa forma, busca-se que a reflexão possa gerar insights sobre o papel da Sociologia nesse cenário. Embora esteja listada como etapa inicial, trata-se de uma fase contínua que, portanto, seguirá até a conclusão do trabalho.

Neste capítulo, apresentam-se os dados brutos coletados na plataforma PLACON, razão pela qual caracterizamos a pesquisa como de natureza quantitativa, mas também qualitativa. Dialogando com Lakatos e Musgrave (1979), compreendemos que os dados quantitativos funcionam como ferramentas dentro de um programa de pesquisa, cujo valor depende de sua contribuição para o progresso teórico, não sendo decisivos por si só. Nesse sentido, o Capítulo 3 analisará os dados coletados à luz das contribuições teóricas de Bourdieu (1992), Simmel (1983), Rayo (2004), Abramovay (2006) e Tognetta (2022), entre outros, o que consolida o caráter qualitativo da investigação.

O estudo de caso foi escolhido para esta pesquisa por se tratar de uma ferramenta metodológica de investigação científica que, segundo Ventura (2007), permite adquirir conhecimentos sobre o fenômeno estudado por meio da exploração aprofundada de um único caso. O caso investigado será a E.E. Pedro Brandão dos Reis, com ênfase na análise dos registros de ocorrências escolares dos anos de 2022 e 2023, disponíveis na Plataforma PLACON. O objetivo dessa escolha é explorar as

informações registradas, possibilitando uma análise reflexiva e a comparação das ocorrências e eventos escolares ao longo desse período.

Esta pesquisa caracteriza-se como revisão de literatura e estudo de caso, de natureza quanti-qualitativa. A escolha por esse tipo de pesquisa decorre da necessidade de compreender o fenômeno em seu contexto específico e realizar análises a partir de uma perspectiva integrada Godoy (2005). Nesse sentido, ao destacar a relevância da flexibilidade metodológica na pesquisa social, Vieira (2004) afirma:

Além disso, ela ajuda o pesquisador a avançar em relação às concepções iniciais ou a revisar sua estrutura teórica. Mesmo tendo uma natureza mais subjetiva, a pesquisa qualitativa oferece maior flexibilidade para a adequação da estrutura teórica ao estudo do fenômeno administrativo ou organizacional que deseja (Vieira, 2004, p. 18).

Para tal finalidade, este estudo de caso visa mapear as ocorrências registradas pela escola na Plataforma PLACON, analisando documentos expedidos pelo Programa Conviva para traçar um perfil dos conflitos desta unidade escolar. A partir das informações coletadas sobre o enfrentamento dos conflitos, será realizada, no terceiro capítulo, uma revisão de literatura para promover reflexões acerca dos achados científicos sobre a temática. Para isso, optou-se pelo estudo de caso, pois:

A observação tem um papel essencial no estudo de caso. Quando observamos, estamos procurando apreender aparências, eventos e/ ou comportamentos. A observação pode ser de caráter participante ou não-participante. Quando o pesquisador atua apenas como espectador atento, temos o que se convencionou chamar de observação não-participante. Baseado nos objetivos da pesquisa e num roteiro de observação, o investigador procura ver e registrar o máximo de ocorrências que interessam ao seu trabalho. Na observação participante, o observador deixa de ser o espectador do fato que está sendo estudado. Nesse caso, ele se coloca na posição dos outros elementos envolvidos no fenômeno em questão. Este tipo de observação é recomendado especialmente para estudos de grupos e comunidades (Godoy, 1995, p. 27).

Na educação, Yin (2005) afirma que esse tipo de recurso metodológico vem sendo aplicado e considerado adequado, pois, por meio dele, pode-se obter um 'retrato vivo da realidade', considerando a diversidade de interesses e interpretações. Caracteriza-se por ser uma estratégia investigativa que permite análises mais focalizadas e compreensivas de determinadas situações, processos e/ou práticas profissionais. Segundo Yin (2005), o estudo de caso tem natureza empírica e investiga quase sempre um fenômeno contemporâneo da vida real, desde que as fronteiras desse fenômeno e o contexto em que se insere sejam bem definidos. Assim, tem por

objetivo investigar questões não totalmente definidas, de forma a estimular a compreensão e a formulação de hipóteses.

Neste caso, foi usada uma abordagem de caráter qualitativo e quantitativo. A pesquisa qualitativa, aplicada à base de dados de ocorrências escolares para a classificação de conflitos, justifica-se pela necessidade de compreender as dinâmicas e experiências que cercam esses incidentes, indo além dos números e estatísticas. Essa abordagem não só ajuda a identificar padrões e categorias de conflitos, mas também a compreender as emoções e significados que esses eventos têm para a comunidade escolar. Além disso, pode revelar fatores subjacentes, como questões de bullying, relações sociais e influências do ambiente escolar, essenciais para o desenvolvimento de intervenções mais eficazes e sensíveis às realidades vividas pelos estudantes.

A pesquisa também possui caráter quantitativo em virtude do processamento dos dados coletados e sua tradução em porcentagens, o que traz um panorama estatístico. Em suma, esse método misto busca oferecer uma visão holística dos conflitos escolares, contribuindo para a promoção de um ambiente educacional mais seguro e inclusivo.

Conforme mencionado anteriormente, o universo estudado neste trabalho é a Escola Estadual Pedro Brandão dos Reis, instituição de ensino médio situada na cidade de José Bonifácio, no interior do Estado de São Paulo, vinculada à Diretoria Regional de Ensino local. A escola está localizada em um bairro central da cidade, característica que a torna um ponto de referência e acolhimento para estudantes provenientes de diversos bairros, refletindo uma grande diversidade socioeconômica, cultural e demográfica. Essa configuração faz da unidade escolar um ambiente dinâmico e multifacetado, onde diferentes realidades convivem e interagem diariamente.

A partir de todo o contexto de diversidade e conflito, foi realizado um mapeamento, estudo e tabulação das ocorrências escolares que esta instituição registrou na plataforma PLACON nos anos letivos de 2022 e 2023. A finalidade foi reunir, comparar, analisar e sistematizar estudos e pesquisas sobre conflitos escolares. Foram analisados estudos e literatura sobre conflitos escolares, com a finalidade de realizar abordagens por meio de perspectivas sociológicas para buscar

identificar como poderiam contribuir para um melhor desempenho do Programa Conviva SP. Esta pesquisa foi conduzida nas seguintes fases ilustrada pela Figura 3:

Figura 3 - Forma de condução do estudo de caso.



Fonte: Própria autora.

2.1 DE ONDE PARTIMOS: DOCUMENTOS ANALISADOS, PLATAFORMA E FERRAMENTAS.

Foram analisadas as ocorrências registradas na Plataforma PLACON pela E.E. Pedro Brandão dos Reis nos anos letivos de 2022 e 2023. Também foi realizado o estudo do documento norteador, intitulado 'PLACON - Plataforma Conviva SP: Manual do Usuário (Perfil Diretoria de Ensino e Escola)' e do Protocolo nº 179. Assim, foi possível realizar o cruzamento das informações com as principais orientações do Programa Conviva SP, responsável por administrar os conflitos e o clima escolar nas unidades escolares paulistas. Todo o estudo foi respaldado pelas resoluções e protocolos de conduta expedidos pelo Programa. Conforme abordado:

Tendo em vista a instituição do CONVIVA SP - Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar no âmbito da Rede Estadual de Educação, através da Resolução SE 48/2019, que se compõe por projetos e ações articuladas e interdependentes, considerando, especialmente, a dimensão Segurança Escolar, conforme: Artigo 2º, inciso IV: Segurança Escolar: projetos e ações que prioritariamente zelem pela integridade física dos alunos, servidores da rede estadual de ensino e da comunidade escolar, bem como pela conservação e proteção do patrimônio escolar (São Paulo, 2022).

A citação acima foi publicada em documento oficial e visava orientar condutas a serem tomadas em relação a conflitos e segurança nas instituições de ensino de

São Paulo. Foi enviada por meio de boletim semanal da Subsecretaria, documento que fornece diretrizes sobre diversos assuntos para a rede de ensino.

Dado esse contexto, a informação veiculada pertence ao Protocolo nº 179, que se configura por diversas orientações a serem seguidas pelas unidades escolares em situações de vulnerabilidade. Conforme o próprio nome sugere, trata-se de um procedimento padrão que as escolas devem seguir em diferentes situações do cotidiano escolar no que diz respeito a conflitos. O Protocolo nº 179 foi um dos documentos analisados por esta pesquisa, assim como as resoluções que fundamentam as ações do Programa Conviva SP.

2.1.1 O Programa Conviva SP

Como fundamento teórico-metodológico para análise das diretrizes, objetivos e ações do Programa Conviva SP, adotamos como referência normativa a Resolução SEDUC nº 48, de 1º de outubro de 2019, documento que formalmente institui o programa no âmbito da rede estadual paulista. Conforme o trecho:

Resolução 48, de 1-10-2019 Institui o CONVIVA SP - Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar no âmbito da rede estadual de educação e dá outras providências* O Secretário de Estado da Educação, considerando que: - a escola é uma das principais instituições sociais e que por isso o sistema escolar tem sido desafiado a conciliar o conteúdo trabalhado em sala de aula com o contexto social de seu educando e de seu entorno;- o cotidiano escolar é permeado por uma diversidade de desafios que envolvem questões sociais para as quais o conhecimento pedagógico não é suficiente; - a necessidade de posicionamento ativo a favor da equidade e justiça social também no que se refere ao processo de aprendizagem; - os significativos indicadores de desequilíbrio ainda presentes no ambiente escolar e requerem a implementação de uma cultura de paz e evidenciam a necessidade de expansão da ação educacional por meio de articulação com as redes de proteção à criança e ao adolescente. (Resolução 48, de 1-10-2019, que institui o programa CONVIVA SP (São Paulo, 2019, p. 1).

Para uma compreensão integral da Plataforma PLACON, faz-se necessária a apresentação do Programa Conviva SP e de suas diretrizes institucionais, uma vez que a plataforma se constitui como ferramenta operacional deste programa. Sendo assim, segundo a Resolução SEDUC-SP nº 48/2019, o Programa Conviva SP configura-se como uma resposta aos diversos desafios enfrentados pelo ambiente escolar na atual conjuntura. Por meio do reconhecimento de que a escola é um ponto central de articulação social, o programa foi idealizado para integrar ações que vão

além do aspecto exclusivamente pedagógico, abrangendo as múltiplas dimensões da convivência no contexto escolar.

A estrutura do programa estava organizada em quatro eixos centrais: (1) Convivência e Colaboração, voltado à promoção de ambientes escolares positivos e à mediação de conflitos; (2) Articulação Pedagógica e Psicossocial, com foco no diagnóstico e intervenção multidisciplinar de fatores que afetam o processo educativo; (3) Proteção e Saúde, que fortalece a conexão entre escola e redes locais de apoio; e (4) Segurança Escolar, que assegura a integridade física e patrimonial como condição básica para o aprendizado.

A gestão do programa estava estruturada em três níveis: central, alocado na SEDUC-SP, composto por um comitê gestor responsável pela definição de diretrizes; nas diretorias regionais de ensino, com equipes de profissionais compostas por PCNPs de Convivência e Supervisor de Ensino responsável pela pasta, estes eram encarregados de adaptar as diretrizes de acordo com as especificidades locais; e nas unidades escolares, que seriam responsáveis por implementar os Planos Anuais de Melhoria da Convivência, com acompanhamento e avaliação contínuos dos resultados. Sendo assim, para auxiliar nesta missão, era designado um vice-diretor de escola e, em algumas escolas, um professor orientador de convivência, este último variou muito de acordo com resoluções ao longo dos anos.

A plataforma PLACON, consistia em sua ferramenta tecnológica central, era especificamente voltada para registros de ocorrências que aconteciam nos espaços escolares, foi sucessora do ROE. Nesse sentido, o programa se consolida como uma política pública de caráter estrutural, ao integrar, de forma sistêmica, ações de prevenção, monitoramento e intervenção.

Segundo a Resolução SEDUC nº 48/2019, o Programa Conviva SP reconhece a convivência democrática como eixo estruturante da qualidade educacional, promovendo uma articulação inédita entre as dimensões pedagógica, psicossocial e protetiva na rede estadual paulista. Sendo assim, esse é o objetivo central apresentado pelo Programa Conviva SP: consolidar clima escolar harmonioso nas escolas por meio de ações integradas que garantam ambientes educativos seguros, acolhedores e propícios ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Assim, o Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar - Conviva SP, instituído pela Resolução SEDUC nº 48, de 1º de outubro de 2019, com alterações

introduzidas pela Resolução SEDUC nº 49, de 3 de outubro de 2019 São Paulo, substituiu o Sistema de Proteção Escolar (SPEC). Entre seus objetivos principais estava 'contribuir para um clima escolar positivo, por meio de ambiente de aprendizagem colaborativo, solidário e acolhedor' (São Paulo, 2019, p. 37). Posteriormente, o programa sofreu novas alterações que modificaram seu direcionamento original.

2.1.2 Plataforma PLACON

PLACON é uma abreviação para plataforma CONVIVA SP, isso significa que é uma parte do programa, parte essa destinada especificamente aos registros e oficialização das ocorrências existentes nos ambientes escolares. Ficando denominada, após a criação do CONVIVA SP, de sistema integrado de registros escolares e substituiu o antigo sistema de registros de ocorrência o ROE:

Tendo em vista a instituição do CONVIVA SP – Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar, o sistema eletrônico de registro de ocorrências escolares está sendo reformulado de maneira a atender adequadamente as necessidades dos órgãos centrais, regionais e Unidades Escolares. Primeiramente, cabe informar que o ROE (Registro de Ocorrências Escolares) passa a ser denominado PLACON (Plataforma CONVIVA - Sistema Integrado de Registros Escolares). O sistema permanece sendo um instrumento de registro on-line, acessível pelo <http://portalnet.educacao.sp.gov.br> (São Paulo, 2019).

Nesse sentido, a secretária da educação de SP afirma por meio de comunicado 179, que o principal objetivo das adaptações no sistema de ocorrências escolares foi desejando que a PLACON se tornasse uma ferramenta voltada ao aprimoramento do clima e a convivência nas escolas. Além de fomentar esforços na tentativa de garantir a proteção de alunos, funcionários, professores, gestores e da comunidade escolar como um todo. Sendo assim, destacam que as mudanças no sistema foram pensadas para que se pudessem fazer análises de dados e monitoramento de ocorrências, visando o desenvolvimento de planos de melhoria e ações integradas.

A integração da Plataforma PLACON com a Secretaria Escolar Digital (SED) constituiu em uma ação essencial para aprimorar a cultura dos registros das ocorrências escolares possibilitando a gestão das ocorrências pelas instituições de ensino. Essa conexão proporcionou um acompanhamento mais eficaz das situações que afetavam o ambiente escolar, facilitando o planejamento de ações pontuais. Além disso, a nova funcionalidade permitiu que as ocorrências fossem acessadas

diretamente no portal sed.educacao.sp.gov.br, na seção “Gestão Escolar”, promovendo maior transparência e garantindo acesso facilitado.

2.1.3 SED

A Plataforma SED foi criada em 2014 e oficialmente instituída em 2016, conforme a Resolução SE 36, de 25 de maio de 2016. Esta plataforma tem como finalidade informatizar e sistematizar procedimentos técnicos e administrativos relacionados aos registros de dados e informações de alunos e servidores.

Ao mesmo tempo, buscava-se gerar maior celeridade na emissão de documentos, facilitando o acesso às informações. Outro ponto importante é a criação de mecanismos que permitam aos pais ou responsáveis acompanhar a trajetória escolar dos alunos de maneira transparente, ágil e segura, promovendo um ambiente de maior envolvimento e confiança entre a escola e as famílias.

Dessa forma, a SED é adaptada para atender diferentes perfis de usuários. Para os pais e responsáveis, por exemplo, estão disponíveis informações sobre notas e faltas dos alunos. Os estudantes, por sua vez, podem solicitar a carteirinha, criar suas contas de e-mail e emitir documentos escolares. Além do site <https://sed.educacao.sp.gov.br>, a SED podia, neste momento, ser acessada sem consumo de dados móveis através do aplicativo “Secretaria Escolar Digital”, estava disponível nas lojas de aplicativos para dispositivos com sistema operacional Android. De acordo com a Resolução SE 36, de 25 de maio de 2016:

Artigo 1º - Fica instituída, no âmbito dos sistemas informatizados da Secretaria da Educação - SE, a plataforma “Secretaria Escolar Digital” - SED, com a finalidade de oferecer mecanismos facilitadores da gestão escolar e de seu acompanhamento, que proporcionem aos educadores e profissionais de educação novas e dinâmicas possibilidades de atuação, visando, por consequência, a beneficiar os alunos com a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

§ 1º - A plataforma SED consiste numa ferramenta de gestão, com diversas dimensões, a ser utilizada pelos órgãos centrais da Secretaria da Educação, pelas Diretorias de Ensino e pelas escolas do sistema de ensino do Estado de São Paulo.

§ 2º - A plataforma SED permitirá o aperfeiçoamento da gestão e dos trabalhos por meio da incorporação de novas funcionalidades e módulos, possibilitando a inclusão de serviços inovadores, como a padronização dos procedimentos e rotinas das secretarias escolares, o acompanhamento da inserção e a validação de dados e informações na plataforma.

§ 3º - O acesso à plataforma informatizada SED dar-se-á por meio do link <https://sed.educacao.sp.gov.br> (São Paulo, 2016, p. 27)

Assim, os diferentes servidores também possuem perfil de acordo com sua ocupação na rede paulista, inclusive é acessada por alunos e responsáveis, a SED é uma plataforma com inúmeras funcionalidades e se tornou uma ferramenta de trabalho indispensável para o servidor da educação paulista.

2.1.4 Registros na Placon

A equipe gestora, composta pelo dirigente regional, supervisores de ensino, diretores, vice-diretores, coordenadores pedagógicos e gerentes de organização escolar, teve acesso aos registros pelo PortalNet e pela SED, sendo que o acesso ao Portalnet somente era possível quando solicitado à diretoria de ensino em que a unidade escolar se encontrava jurisdicionada. Contudo, a visualização dos registros poderia ser feita pela Secretaria Digital SED, mas o registro só era realizado pelo PortalNet e com a senha do responsável pelos registros. Todavia, faz-se importante destacar que os registros eram feitos sempre pelo mesmo servidor e quando esse se encontrava na instituição. Muitas vezes essa situação fazia com que as ocorrências se acumulassem e não fossem tão fidedignas aos fatos, ficando as ocorrências subnotificadas.

2.2 ANÁLISE DOS DADOS DA PLACON

A condução deste estudo ocorreu em cinco etapas, sendo elas: (1) definição da estrutura conceitual-teórica; (2) planejamento do caso; (3) coleta de dados da Plataforma PLACON; (4) análise dos dados; e (5) mapeamento e conclusão. Na primeira fase, foi realizada a contextualização do problema, bem como a revisão bibliográfica, o que serviu para um melhor entendimento das questões inerentes à pesquisa.

Na segunda fase, de planejamento do caso, ocorreu a definição da unidade de estudo e do protocolo de pesquisa. Desta forma, optou-se pelo estudo de caso da E.E. Pedro Brandão dos Reis, pertencente à Diretoria de Ensino de José Bonifácio, no estado de São Paulo. O protocolo de pesquisa foi desenvolvido com auxílio da literatura, selecionando-se as ferramentas e o plano a serem seguidos durante todas as demais fases. A pesquisa contou com a fase de mapeamento dos tipos de conflitos existentes na amostra, bem como com o mapeamento e análise dos registros de

ocorrências. Para isso, utilizou-se a análise e comparação das informações registradas na Plataforma PLACON durante os anos de 2022 e 2023.

A terceira fase, de coleta de dados, correspondeu ao registro, estudo e obtenção dos resultados. A quarta etapa, de análise de dados, consistiu em examinar e organizar as informações em formatos de fácil visualização, classificando-as conforme bibliografia específica. Após a coleta, os dados foram sistematicamente examinados e categorizados.

Propõe-se, portanto, que os professores de Sociologia façam reformulações de seus planos de aulas, considerando a realidade social em que estão inseridos, bem como os marcadores sociais que contribuem para o surgimento de tensões nesse contexto. Essas adaptações devem orientar-se pelo estudo de teorias sociológicas aplicadas às temáticas emergentes e à formação política dos estudantes, com o objetivo de promover uma visão de mundo pautada por valores democráticos e pelo respeito à diversidade. Após a análise e classificação dos conflitos, procedeu-se à revisão de literatura e análise documental sobre o Programa Conviva SP, completando assim o ciclo investigativo.

Metodologicamente a análise dos resultados, seguirá os princípios da análise de conteúdo proposta por Bardin (2004). O processo incluirá a elaboração de um guia de análise, a leitura dos materiais e a análise do conteúdo coletado na plataforma PLACON. Essa abordagem visa explorar as particularidades das representações do tema. A análise de conteúdo, desenvolvida nos EUA, surgiu para entender comunicações em um contexto behaviorista, auxiliando o governo a interpretar políticas estrangeiras através de documentos como imprensa e rádio. Bardin (2004) define essa metodologia como um conjunto de técnicas sistemáticas para examinar mensagens, focando na presença e ausência de elementos significativos.

A pesquisa foi estruturada com categorias baseadas nos objetivos estabelecidos, visando análise e mapeamento de conflitos escolares. A análise se divide em três etapas: a pré-análise, que sistematiza as ideias iniciais; a exploração do material, que identifica conceitos relevantes; e a organização dos dados, que relaciona as descobertas com os objetivos da pesquisa, culminando em conclusões fundamentadas na interpretação dos dados da PLACON, documentos do Conviva e literatura revisada durante o estudo. Após, temos a parte da exploração que foca em organizar os dados coletados em gráficos e a interpretação dos dados brutos que

ocorre brevemente abaixo de cada gráfico e a interpretação dos dados ocorre no terceiro capítulo que está dedicado à análise crítica.

Do ponto de vista ético, a pesquisa foi conduzida em conformidade com as diretrizes para trabalhos acadêmicos, preservando o anonimato dos envolvidos nos registros analisados pois são informações que não estavam disponíveis. De acordo com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, a pesquisa foi considerada isenta da avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), uma vez que se trata de uma investigação de baixo risco, envolvendo apenas dados secundários e anônimos, sem intervenção direta nos participantes. Por não envolver diretamente alunos, O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) não se faz necessário, de acordo com a resolução:

Por fim, a Resolução Nº 738, de 01 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre uso de bancos de dados com finalidade de pesquisa científica envolvendo seres humanos, explicita que: Art. 15 Os participantes de bancos de dados de pesquisa são titulares dos seus dados e a eles devem ser assegurados os direitos fundamentais de acesso às suas informações armazenadas, a qualquer tempo. Parágrafo único. O caput do artigo não se aplica a banco de dados irreversivelmente anonimizados ou, quando os dados foram coletados de forma anônima, sem a identificação do titular. (Brasil, 2024, art. 15).

Nesta seção, descrevo o percurso desta pesquisa, começando pelo processo de coleta, organização e análise dos dados obtidos dos relatórios da Secretaria Escolar Digital do Estado de São Paulo, utilizados para elaborar gráficos e tabelas no Microsoft Word. O objetivo foi identificar padrões de ocorrências disciplinares e de violência em uma escola específica ao longo dos anos de 2022 e 2023, para gerar reflexão sobre como estavam sendo conduzidos os casos de conflitos na rede estadual paulista.

No que se refere a coleta dos dados, a fonte para pesquisa são os relatórios dos registros de ocorrências da PLACON gerados em PDF, abrangendo o período de dois anos 01/01/2022 a 31/12/2022 e 01/01/2023 a 31/12/2023. Os relatórios foram extraídos da SED, por meio do perfil institucional da pesquisadora. As variáveis analisadas foram tipo de ocorrência e natureza das ocorrências. Os registros de ocorrências escolares foram classificados em sete categorias principais, cada uma abrangendo subcategorias específicas que detalham a natureza dos incidentes.” Essa organização permite uma análise sistemática dos problemas enfrentados no ambiente educacional, facilitando a identificação de padrões e a implementação de medidas preventivas” (São Paulo, 2025).

No que tange à organização e processamento dos dados, foi realizada uma tabulação para elencar a quantidade de ocorrências pensando em tipo de ocorrência e natureza da ocorrência, os dados foram transcritos manualmente do PDF para uma planilha estruturada no Microsoft Excel, categorizando cada ocorrência por: Ano e tipo/natureza. A partir desta tabulação, foi possível observar outros pontos de análise como: ocorrências notificadas, pendentes e excluídas. Também foi possível por meio de filtragem detectar que existiam dados para quantidade de dias sem realizar ações no sistema, quantidade de dias com registros de nenhuma ocorrência, quantidade de dias com registros de ocorrência pendente e quantidade de dias com ocorrências notificadas.

Para promover a análise e visualização dos dados brutos coletados, após tabulação por meio de tabela de Excel, tornava-se necessário a organização das informações de forma que os dados se tornassem compreensíveis, sendo assim, a escolha foi organizar em gráficos pizza levando os achados acima em consideração. Então primeiro foi priorizada análise que abarcassem o panorama geral de ocorrências por ano, mostrando ocorrências notificadas, pendentes e excluídas. Este item foi ilustrado com uma imagem extraída da SED.

Na sequência foram apresentados os dados referentes quantidade de dias sem realizar ações no sistema, quantidade de dias com registros de nenhuma ocorrência, quantidade de dias com registros de ocorrência pendente e quantidade de dias com ocorrências notificadas. As informações foram organizadas em gráficos pizza para os dois anos de pesquisa.

Após, os registros de ocorrências dos dois anos de estudo foram estruturados em tipo de ocorrência com suas variantes. As categorias, já previamente definidas na plataforma PLACON, foram apenas transpostas para a pesquisa. De acordo os registros oficiais da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2025), as ocorrências escolares foram classificadas em sete categorias principais: (1) Danos e crimes contra o patrimônio, compreendendo: (1.1) vandalismo/deprecação, caracterizado por danos intencionais a instalações ou materiais escolares; (1.2) invasão, referente a acessos não autorizados ao espaço escolar; (1.3) roubo, consistindo na subtração de bens com violência ou ameaça; e (1.4) furto, entendido como subtração de bens sem violência; (2) Violência interpessoal, abrangendo: (2.1) agressão física, manifestada como violência corporal entre membros da comunidade

escolar; (2.2) agressão verbal, expressa por ofensas ou humilhações; (2.3) ameaça, configurada como intimidação verbal, escrita ou gestual; (2.4) discriminação, caracterizada por atos preconceituosos baseados em raça, gênero ou outros fatores; (2.5) bullying/humilhação sistemática, entendida como perseguição repetida; e (2.6) ação de grupos/gangues, representada por violência coletiva organizada; (3) Uso e comércio de substâncias, incluindo: (3.1) uso de álcool/tabaco/drogas lícitas, referente ao consumo nas dependências escolares; (3.2) uso de drogas ilícitas, relativo à posse ou consumo de substâncias proibidas; (3.3) venda para menores, concernente à comercialização irregular de substâncias; (3.4) tráfico de drogas, caracterizado como atividade criminosa no ambiente escolar; e (3.5) encontro de substâncias, correspondente ao achado de drogas/álcool nas dependências; (4) Posse ou encontro de armas e/ou objetos perigosos, contemplando: (4.1) posse de armas/objetos perigosos, referente à apreensão de facas, estiletes ou similares; (5) Assédio e violência sexual, envolvendo: (5.1) assédio sexual, compreendendo comportamentos indesejados de cunho sexual; e (5.2) abuso sexual/violação, caracterizado como agressão sexual grave; (6) Questões disciplinares, englobando: (6.1) indisciplina recorrente, manifestada como desrespeito repetido a normas; (6.2) uso indevido de eletrônicos, relacionado à utilização não autorizada de celulares em aula; e (6.3) saída injustificada, correspondente ao abandono de aula sem autorização; (7) Problemas de vulnerabilidade, compreendendo: (7.1) faltas não justificadas, referentes a ausências sem aval dos responsáveis; (7.2) evasão escolar, caracterizada como abandono definitivo; (7.3) maus-tratos/abandono, relativos à violência doméstica ou negligência; (7.4) desaparecimento, concernente a alunos não localizados; (7.5) violência autoinfligida, manifestada como automutilação ou tentativa de suicídio; (7.6) acidentes, envolvendo quedas ou brigas não intencionais; e (7.7) óbito, referente a casos de morte na comunidade escolar.

Contudo, é necessário reconhecer que existem limitações do método pois os dados analisados dependem da análise e classificação dos fatos por pessoas que são ideologicamente direcionadas, após é preciso inserir as informações no sistema de acordo com a possibilidades que a plataforma oferece. Outro limite observado é o recorte temporal, dois anos de análise de documentos perto de contexto histórico mais amplo da instituição pode ser pouco tempo, nesse contexto também podemos ter uma

mudança de cenário com a troca da gestão escolar, fato que ocorreu a pós o período de análise.

Para justificar as escolhas metodológicas faz-se necessário destacar o acesso aos dados públicos do objeto de pesquisa, rigor quantitativo com métodos descritivos possibilitando identificar padrões em grandes volumes de registros e a possibilidade de contribuir para possíveis políticas públicas neste sentido.

2.2.1 O público: EE Pedro Brandão dos Reis

A escola EE Pedro Brandão dos Reis, encontra-se localizada no município de José Bonifácio, no noroeste do estado de São Paulo, integra a Região Metropolitana de São José do Rio Preto e destaca-se por sua forte base agrícola, bem como pela crescente urbanização. A cidade mantém características de interior, ao mesmo tempo em que apresenta avanços nos setores de educação, saúde e serviços. Fundado no início do século XX e elevado à categoria de município em 1935, José Bonifácio homenageia em seu nome o Patriarca da Independência do Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva. Sua economia é impulsionada principalmente pela agricultura, pela pecuária e pelas indústrias do setor sucroalcooleiro, fato que justifica o conservadorismo da população local que nas últimas eleições optou por políticos conservadores.

Segundo o IBGE, em 2022, a população era de 36.633 habitantes e a densidade demográfica era de 42,59 habitantes por quilômetro quadrado. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 172 e 300 de 645. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 902 e 1727 de 5570. Quando pensamos nos dados relacionados à educação temos o seguinte cenário, ainda de acordo com dados do IBGE. Em 2010, a taxa de escolarização de crianças de 6 a 14 anos era de 99%. Em comparação com os demais municípios do estado, ocupava a 103ª posição entre 645. Já em relação aos municípios do país, estava na 610ª colocação entre 5.570. No que se refere ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em 2023, a rede pública apresentou um índice de 6,2 para os anos iniciais do ensino fundamental e 5,5 para os anos finais. Dentro do estado, essas pontuações colocavam o município nas posições 421 e 149,

respectivamente, entre 645 municípios. No cenário nacional, ocupava as posições 1.858 e 729 entre 5.570 municípios.

A Escola Pedro Brandão dos Reis, possui boa infraestrutura para atender às necessidades de seus alunos. Encontra-se na Rua Piratininga, 332, no bairro São José, a escola é uma instituição pública estadual que adotou o Programa de ensino integral (PEI) e regular noturno, com horários diurnos e noturnos. A unidade é equipada com salas de aulas climatizadas, laboratórios de ciências, biblioteca com sala de leitura, as dependências também incluem quadras de esportes cobertas e descobertas, além de refeitório que serve alimentação escolar. A acessibilidade é garantida por elevadores, rampas e banheiros adaptados.

Devido a reorganização escolar que atingiu as Escolas Estaduais paulistas em 2015, a E.E Pedro Brandão dos Reis passou a ser exclusivamente voltada ao seguimento, Ensino Médio. Dessa forma, a escola em questão passou a ser foco de estudo desta pesquisa devido a presença da disciplina de Sociologia. Serão analisados e tratados os dados das ocorrências registradas pela E.E Pedro Brandão dos Reis, registrados na Plataforma PLACON no ano de 2022 e 2021.

A escolha da escola foi motivada tanto pelo vínculo profissional da docente com a unidade quanto por seu potencial como campo de estudo sobre conflitos escolares, considerando que a instituição reúne um número expressivo de jovens oriundos de diferentes regiões da cidade, configurando um espaço marcado pela diversidade sociocultural.

A pesquisa será feita por meio de revisão de literatura com a finalidade de reunir, analisar e sistematizar os estudos e pesquisas que discutem sobre conflitos escolares, a partir de uma perspectiva sociológica, bem como buscar identificar como tais estudos podem contribuir para uma melhor compreensão do Programa Conviva SP. A escola abrange apenas alunos de ensino médio, adolescentes regularmente matriculados com idades em torno de 15 a 18 anos. No período diurno é escola de tempo integral (PEI), contudo a escola também conta com período regular noturno. No total a escola possui por volta de 800 estudantes.

O fato de ser a única escola central com oferta de ensino médio, abrange um cenário de muita diversidade que acaba gerando conflitos internos, muitas vezes esses conflitos são oriundos de questões sociais, mas a indagação é: como são

abordados os conflitos neste ambiente escolar? A abordagem tem sido suficiente para abarcar os conflitos e dar direcionamentos adequados?

2.3 MANUAL DO USUÁRIO PARA PLACON E NAVEGAÇÃO PELA PLATAFORMA

Para o uso da PLACON foi desenvolvido, em 2019, um manual do usuário intitulado como perfil escola e perfil diretoria de ensino. O manual versava sobre orientações para registros de ocorrências e condução de conflitos, direcionando comandas a serem seguidas pelas escolas de forma geral, porém não levava em consideração o contexto de cada instituição e condições em que se desenvolveram as situações conflituosas.

O documento estava organizado em fornecer orientações para os registros de ocorrências, notificação de ausência de ocorrência, pesquisa e conclusão de ocorrências, alteração de ocorrências já cadastradas, consulta de ocorrências, acesso a relatório de ocorrências e um espaço orientando sobre como realizar sugestão e suprimimento de dúvidas.

Faz se necessário destacar a forma como os registros de ocorrências eram realizados, as situações conflituosas ocorriam nas escolas e os gestores responsáveis ficavam encarregados pelo enquadramento das situações, precisavam realizar os registros dos acontecimentos na PLACON, isso de acordo com o cardápio disponibilizado pelo sistema, ou seja, era preciso encaixar o acontecimento em uma situação preexistente no sistema. O principal problema era que, muitas vezes, a situação não refletia com precisão a origem e o desenrolar dos conflitos. Como resultado, não havia preocupação com a prevenção ou ações de conscientização para tratar suas causas. O foco estava, sobretudo, em registrar os acontecimentos, alimentando a plataforma de maneira meramente formal.

Isso se confirma quando observamos como os cadastros das ocorrências eram realizados, o acesso à plataforma PLACON para registros, era realizado somente no ambiente virtual chamado gestão dinâmica de administração escolar GDAE.

Figura 4 - Tela inicial de registros de ocorrências na plataforma PLACON.

1 - Cadastro de ocorrência



Possibilita realizar o cadastramento de novas ocorrências escolares, inclusive registrar **AUSÊNCIA DE OCORRENCIA**, novo item inserido no sistema. As informações básicas para criação de uma nova ocorrência são:

- Data da Ocorrência (não serão aceitas datas posteriores à data atual); Período;
- Município (quando perfil do usuário seja Diretoria de Ensino); Tipo de Ocorrência;
- Natureza da Ocorrência

Fonte: Imagem retirada do documento plataforma conviva- PLACON, p.3, 2019.

Conforme observado acima, as orientações iniciais para registros na Plataforma PLACON apresentam um procedimento padronizado. O documento estabelece um protocolo claro para o registro de ocorrências, com as seguintes funcionalidades principais: cadastro de novas ocorrências e registro de ausência de ocorrências. Para o cadastro de ocorrências, são necessárias informações específicas: data do evento, município, tipo de ocorrência e natureza da ocorrência.

Como evidenciado no quadro abaixo, a classificação dos conflitos nos campos 'tipo de ocorrência' e 'natureza da ocorrência' pode variar conforme a interpretação do relator. Esta variação revela um aspecto fundamental: a cultura não é um elemento estático, mas sim um campo dinâmico de disputa simbólica, onde diferentes grupos sociais negociam significados.

Conforme Williams (1979) argumenta, a hegemonia cultural não se sustenta apenas pela coerção, mas também através da produção e circulação de significados que moldam a compreensão da realidade. Dessa forma, a interpretação cultural nunca é neutra - ela reflete relações de poder e ideologias, sendo constantemente renegociada nas práticas sociais. Este processo demonstra que a cultura funciona simultaneamente como espelho das estruturas materiais e como arena ativa de transformação e resistência.

Segundo o documento orientador 'PLACON - Plataforma Conviva SP: Manual do Usuário (Perfil Diretoria de Ensino e Escola)', com última atualização em 04/11/2019, o sistema prevê sete tipos de ocorrências, sendo que cada tipo se desdobra em um número variável de naturezas, conforme identificado na Figura 5 a seguir:

Figura 5 - Tipos e natureza de ocorrências

Danos e outros crimes contra o patrimônio:
↳ Vandalismo / Depredação
↳ Invasão
↳ Roubo
↳ Furto
Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal):
↳ Agressão física
↳ Agressão verbal
↳ Ameaça
↳ Discriminação
↳ Bullying / humilhação sistemática
↳ Ação violenta de Grupos / Gangues
Consumo / Venda de álcool e outras drogas:
↳ Uso de álcool, tabaco e outras drogas lícitas
↳ Uso de drogas ilícitas
↳ Venda de álcool ou tabaco para menores
↳ Tráfico / Venda de drogas ilícitas
↳ Encontro de álcool e/ou outras drogas
Posse ou encontro de armas e/ou outros objetos perigosos:
↳ Posse ou encontro de armas e/ou outros objetos perigosos
Assédio e/ou abuso sexual:
↳ Assédio e/ou abuso sexual
↳ Violência sexual e/ou estupro
Questões disciplinares:
↳ Episódio de indisciplina recorrente
↳ Utilização indevida de aparelhos eletrônicos
↳ Saída injustificada de atividade pedagógica / sala de aula
Outros problemas de vulnerabilidade:
↳ Ausência não autorizada pelos pais e/ou responsáveis
↳ Evasão
↳ Aluno vítima de maus tratos e/ou abandono
↳ Desaparecimento de aluno comunicado por familiares / responsáveis
↳ Violência autoinfligida
↳ Acidentes ou casos fortuitos
↳ Óbito

Fonte: Imagem retirada do documento plataforma conviva- PLACON, p.4, 2019.

Conforme descrito no manual, o campo 'Tipo de Ocorrência' classificava genericamente o evento a ser registrado, enquanto a 'Natureza da Ocorrência' é o campo onde a ocorrência era detalhada para se tentar explicar a situação ocorrida.

Após o preenchimento das informações básicas, o próximo passo consistia em clicar no botão 'Questionário'. O sistema então gerava automaticamente a ocorrência, vinculando-a ao tipo e à natureza previamente selecionados. Este questionário era elaborado com base nas informações fornecidas, permitindo ao usuário responder às perguntas conforme o tipo e natureza da ocorrência registrada.

Ressalta-se que, para ocorrências classificadas como criminais, conforme as diretrizes do programa Conviva SP, é obrigatória a emissão do Boletim de Ocorrência

(BO) pela escola. A seguir, apresenta-se a lista de ocorrências consideradas casos de polícia no ambiente escolar, conforme a classificação do programa Conviva em 2019.

Eram consideradas ocorrências criminais:

- Tráfico / Venda de drogas ilícitas
- Posse ou encontro de armas de fogo
- Assédio e/ou abuso sexual
- Violência sexual e/ou estupro
- Tentativa de homicídio e homicídio
- Tentativa de suicídio e suicídio
- Depredação ao patrimônio público
- Roubo ou Furto de patrimônio público

Outras ocorrências também poderiam exigir o registro do BO (Boletim de Ocorrência), dependendo da sua gravidade. Contudo, as informações são totalmente confidenciais e protegidas por lei, sendo vedado a qualquer membro da equipe repassar dados ou registros para outros órgãos ou instituições. Cada escola tem acesso exclusivo aos registros de sua própria unidade, enquanto a Diretoria de Ensino pode visualizar os registros de todas as escolas sob sua jurisdição.

2.4 Dados encontrados na EE Pedro Brandão dos Reis

Conforme os dados filtrados na PLACON, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, foram encontrados 1.725 registros de ocorrências de toda diretoria de ensino. Todas as ocorrências desse período estão devidamente contabilizadas e registradas neste relatório, que apresenta a seguinte distribuição conforme o status de notificação: 1.584 notificadas, 56 pendentes e 85 excluídas. Para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, a Diretoria de Ensino de José Bonifácio registrou um total de 3.260 ocorrências. Sendo: 3.107 notificadas, 90 pendentes e 63 excluídas.

A escola EE Pedro Brandão dos Reis, possui o seguinte cenário de registros de ocorrências para os anos de 2022-2023:

Figura 6 - Panorama geral das ocorrências no ano de 2022.

Plataforma Conviva SP - Relatório de Registro

Caso não seja informado o período de registro, a pesquisa buscará informações no período entre 01/09/2019 até data atual.

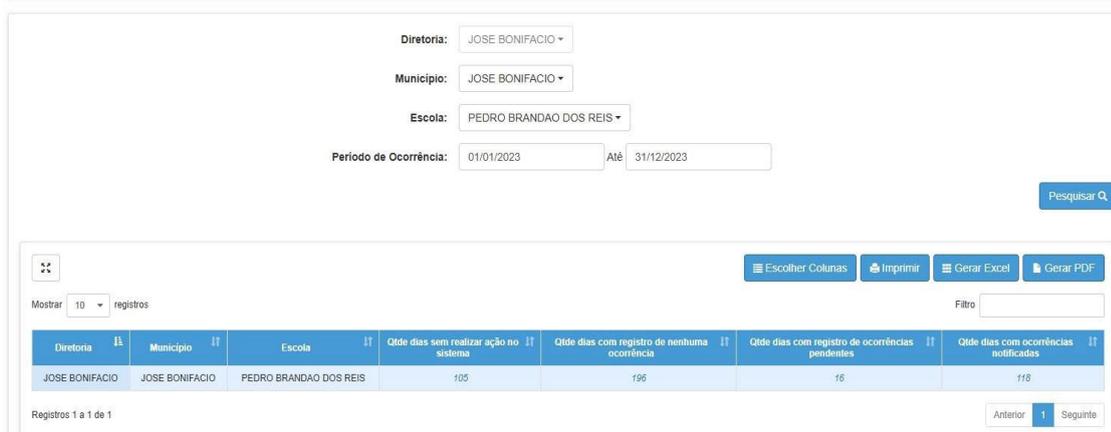


Fonte: Imagem extraída da SED.

Figura 7 - Panorama geral das ocorrências no ano de 2023.

Plataforma Conviva SP - Relatório de Registro

Caso não seja informado o período de registro, a pesquisa buscará informações no período entre 01/09/2019 até data atual.

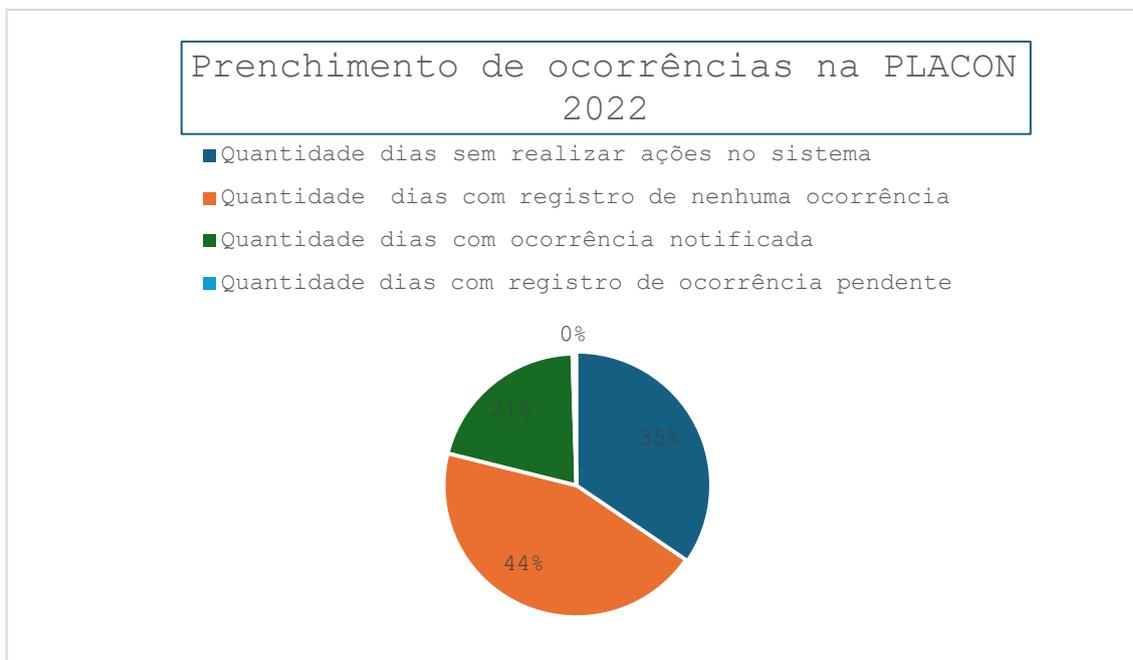


Fonte: Imagem extraída da SED.

Para além dos dados relacionados aos registros, é fundamental analisar os dados relacionados a quantidade de dias sem realizar ação no sistema, isso releva que a escola passou essa quantidade de dias que está registrado sem comunicar a existência ou ausência de ocorrências, lembrando que a comunicação é obrigatória. Foram encontrados os seguintes números em 2022 na SED referente à plataforma Placon, a escola passou 141 dias sem registrar ação no sistema, 181 dias com registros de nenhuma ocorrência, 84 dias com ocorrências notificadas e 2 dias com ocorrências pendentes (Figura 8). Em 2023, o número de dias sem realizar ação no sistema diminuiu, mas continua alto em proporção aos dias de registros. Temos 105

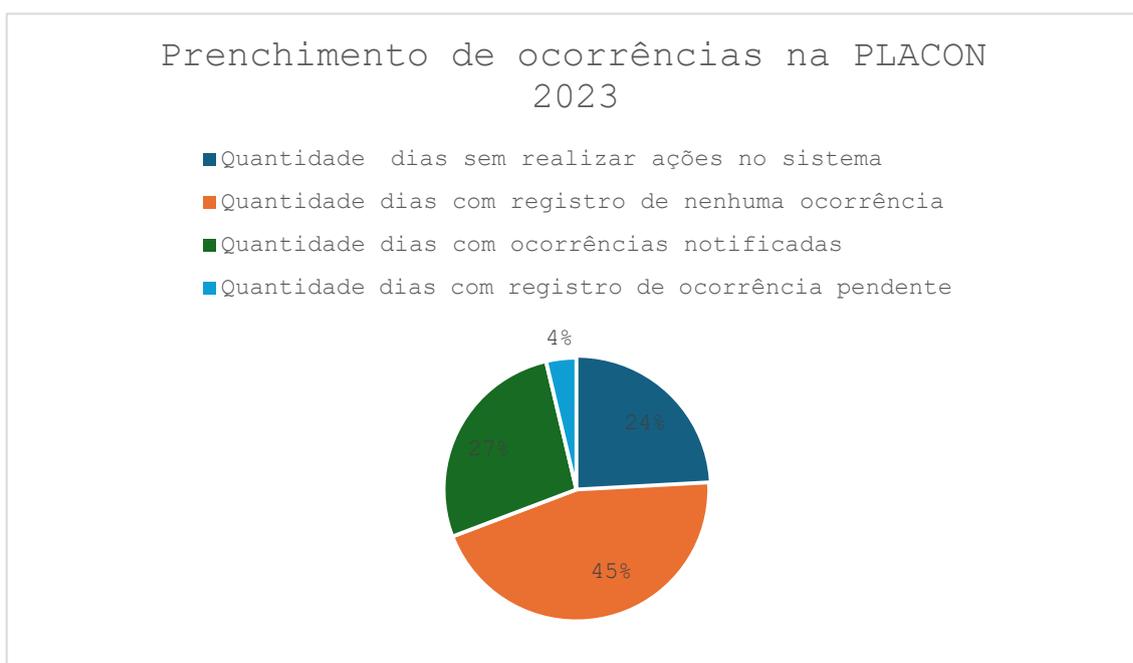
dias sem realizar ação no sistema, 196 dias com registro de nenhuma ocorrência, 16 dias com registro de ocorrências pendentes e 118 dias com ocorrências notificadas (Figura 9).

Figura 8 - Preenchimento das ocorrências no sistema 2022.



Fonte: própria autora.

Figura 9 - Preenchimento das ocorrências no sistema 2023.

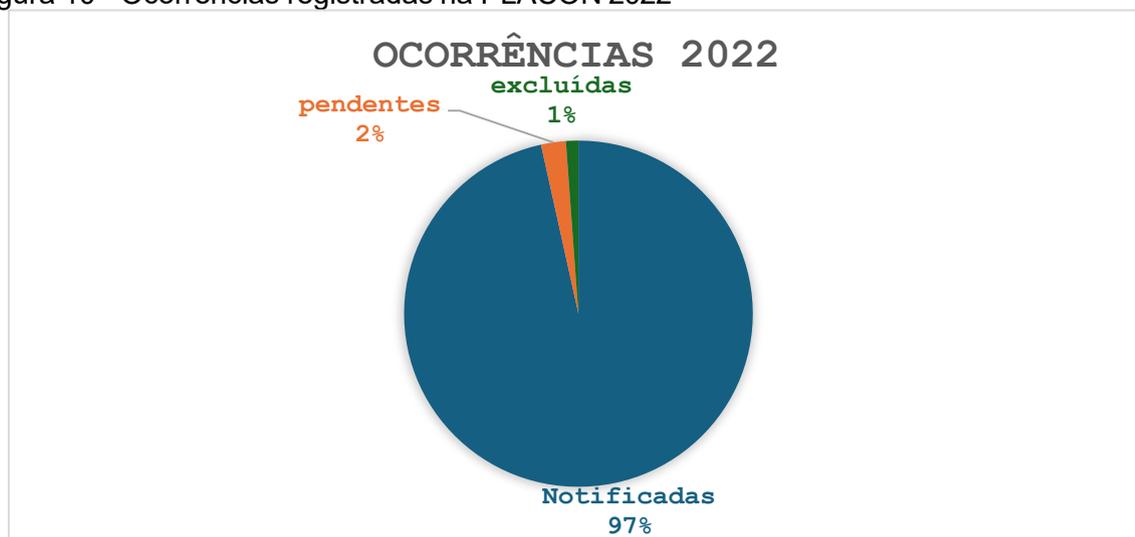


Fonte: própria autora.

Porém, é possível perceber uma inconsistência nos dados, uma vez que quando o sistema aponta ocorrências pendentes e notificadas ele está se referindo a dias de ocorrências quando na verdade o dado é para apontar quantidades de ocorrências. Isso foi possível observar realizando uma análise do que estava no sistema, pois existem dias com mais de uma ocorrência registrada e o total para os dois anos é o mesmo notificado em quantidade de dias com ocorrências notificadas. Constata-se que os dados de registros não são fidedignos à realidade da escola.

Os achados para 2022, são nesse cenário um total de 87 ocorrências. Sendo 84 notificadas, 2 pendentes e 1 excluída (Figura 10).

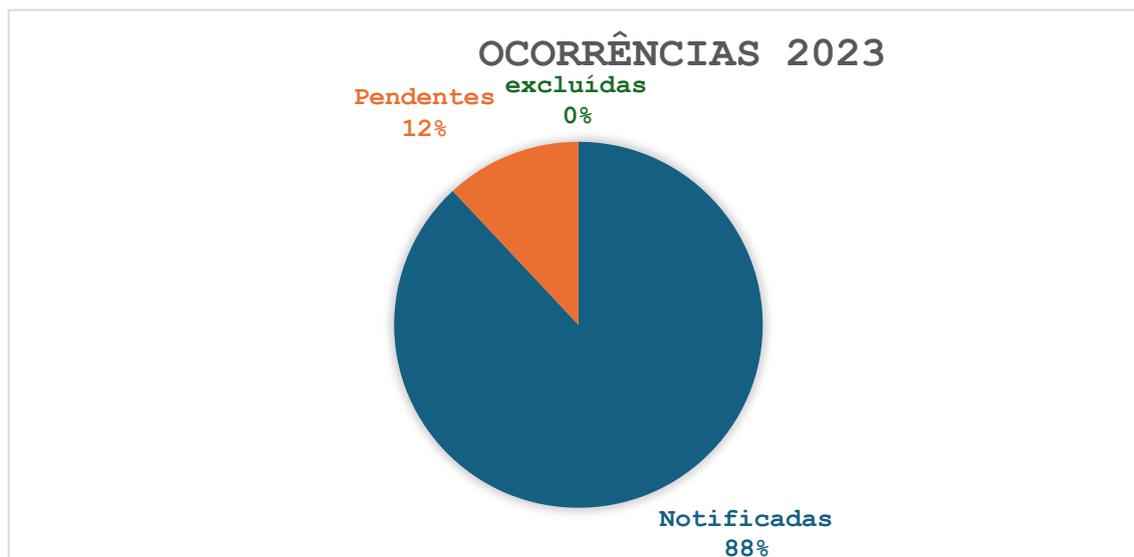
Figura 10 - Ocorrências registradas na PLACON 2022



Fonte: própria autora.

Para 2023, foram encontradas 134 ocorrências no total, sendo 118 notificadas, 16 pendentes e nenhuma excluída (Figura 11).

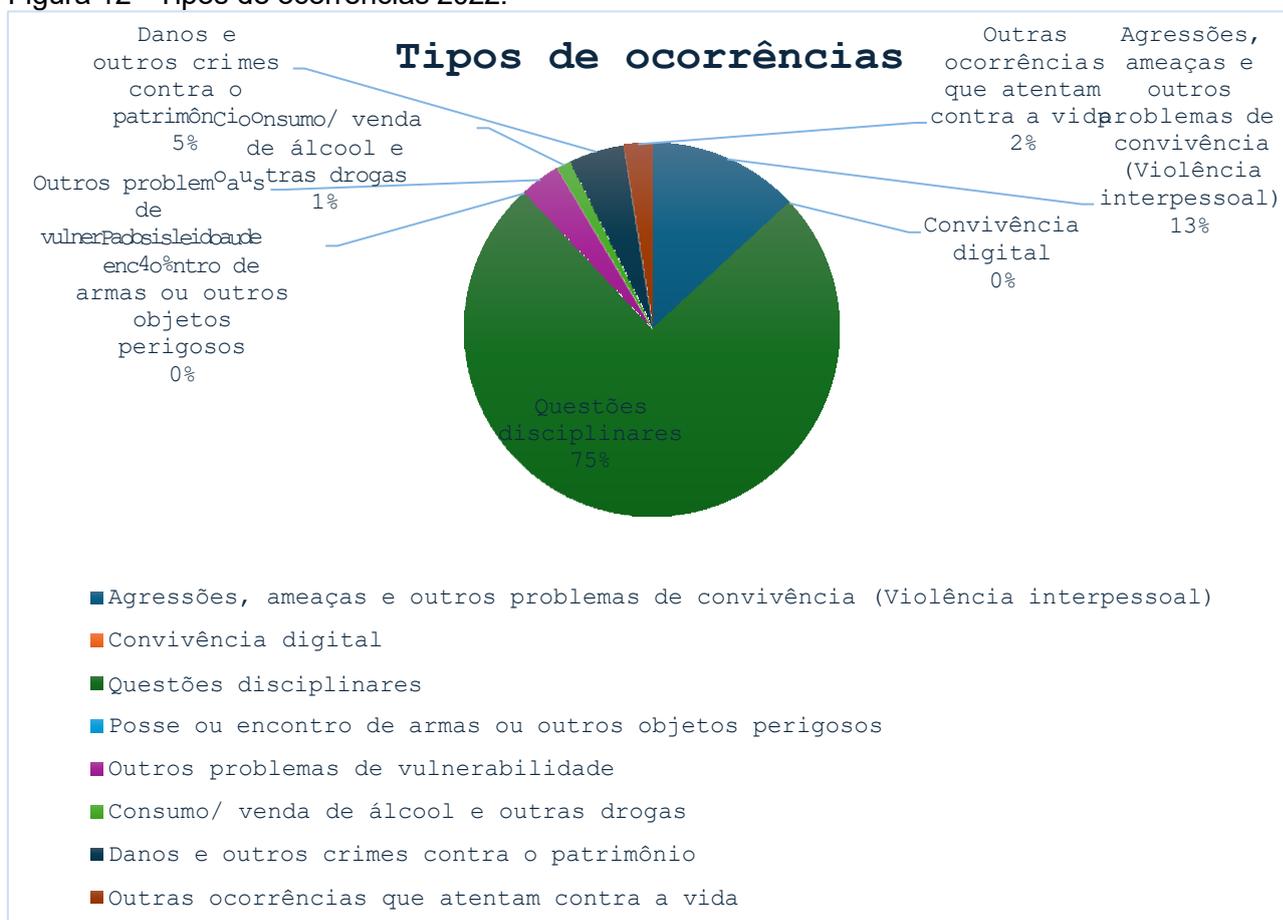
Figura 11 - Ocorrências registradas na PLACON 2023.



Fonte: própria autora.

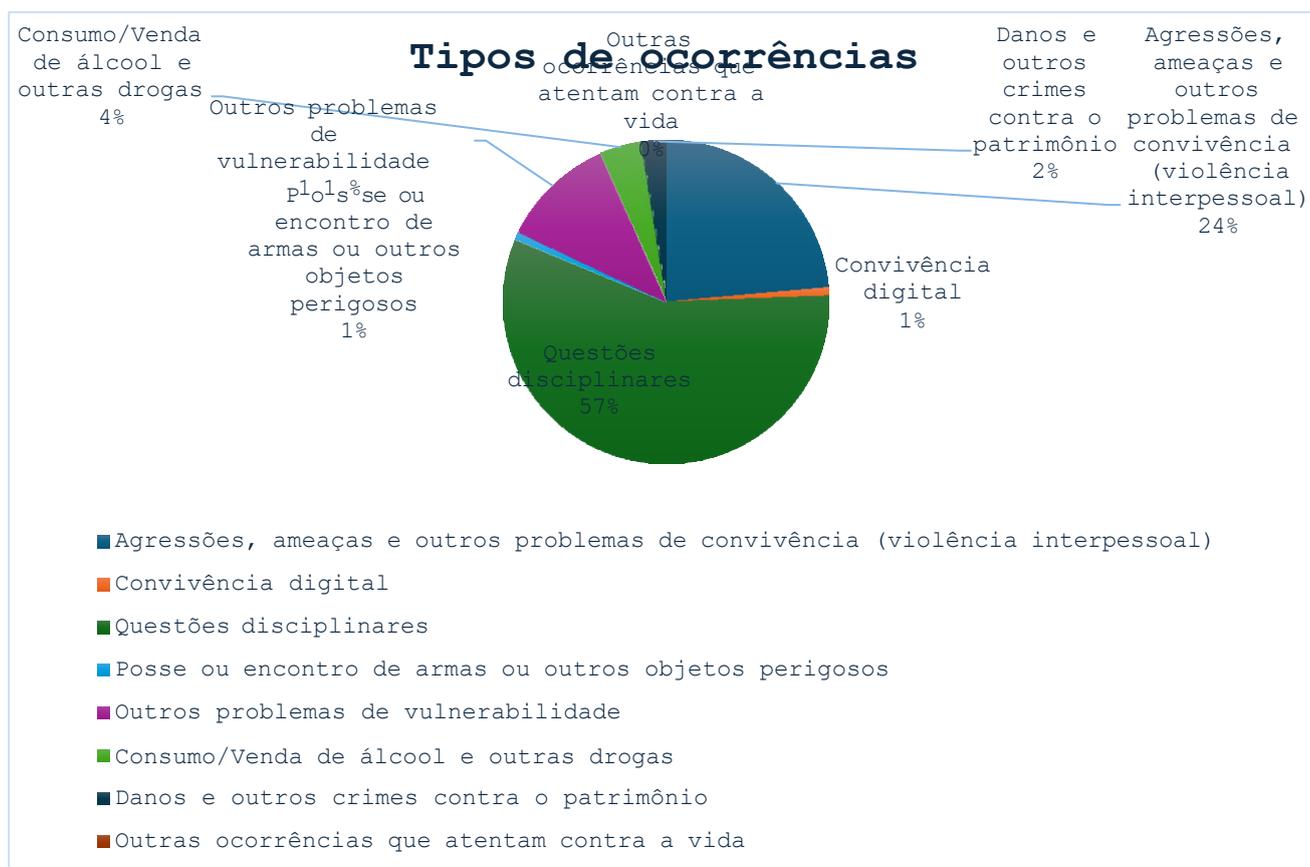
De acordo com relatório extraído da SED, as ocorrências registradas no ano de 2022 e 2023 na escola estão divididas de acordo com a Figura 12.

Figura 12 - Tipos de ocorrências 2022.



Fonte: própria autora.

Figura 13 - Tipos de ocorrências 2023.



Fonte: própria autora.

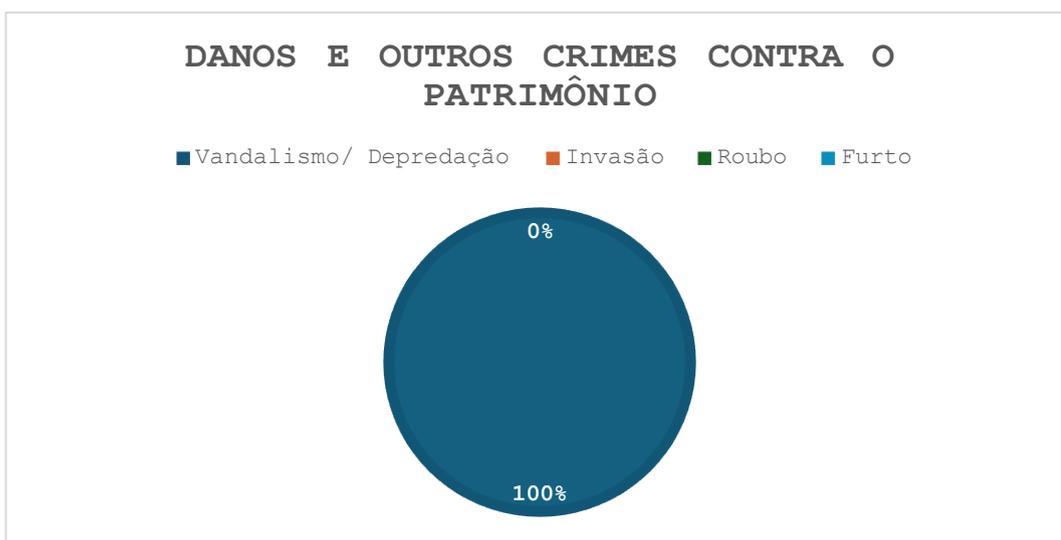
De acordo com os tipos de ocorrências existentes na plataforma, deveria ser possível ter o cenário geral dos conflitos que aconteceram na escola no ano de 2022 e 2023. Nos gráficos acima, não temos o panorama específico por natureza dos conflitos, mas um apanhado geral das ocorrências registradas na plataforma PLACON por tipo de conflito. Configurando o seguinte cenário, respectivamente para os anos de 2022 e 2023.

Desta forma, é possível reconhecer que na EE Pedro Brandão dos Reis, o maior ponto de preocupação foram as questões disciplinares concentrando altos números das ocorrências para os dois anos de análise. O problema é compreender o que são classificadas questões disciplinares para os gestores desta UE e quais tipos de ocorrências foram classificadas como disciplinares?

O cardápio de ocorrência fornecido pela plataforma para preenchimento da ocorrência se torna genérico e de difícil representação dos conflitos, pois os dados são restritos e insuficientes. Assim, torna-se inviável realizar intervenções da diretoria de ensino ou escola a partir do relatório expedido pela plataforma. Neste relatório,

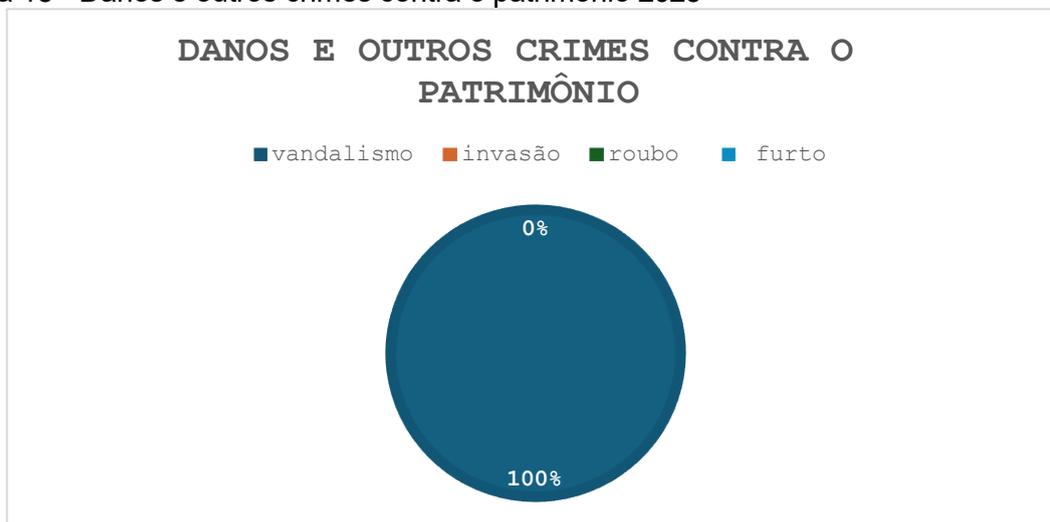
constam como informações: código da ocorrência, data do registro, data da ocorrência, tipo de ocorrência e natureza da ocorrência. Para uma melhor reflexão seguem o gráfico com a distribuição das ocorrências a partir de cada natureza que se desdobram dos tipos de ocorrências na Figura 14.

Figura 14 – Danos e outros crimes contra o patrimônio 2022



Fonte: Própria autora.

Figura 15 - Danos e outros crimes contra o patrimônio 2023

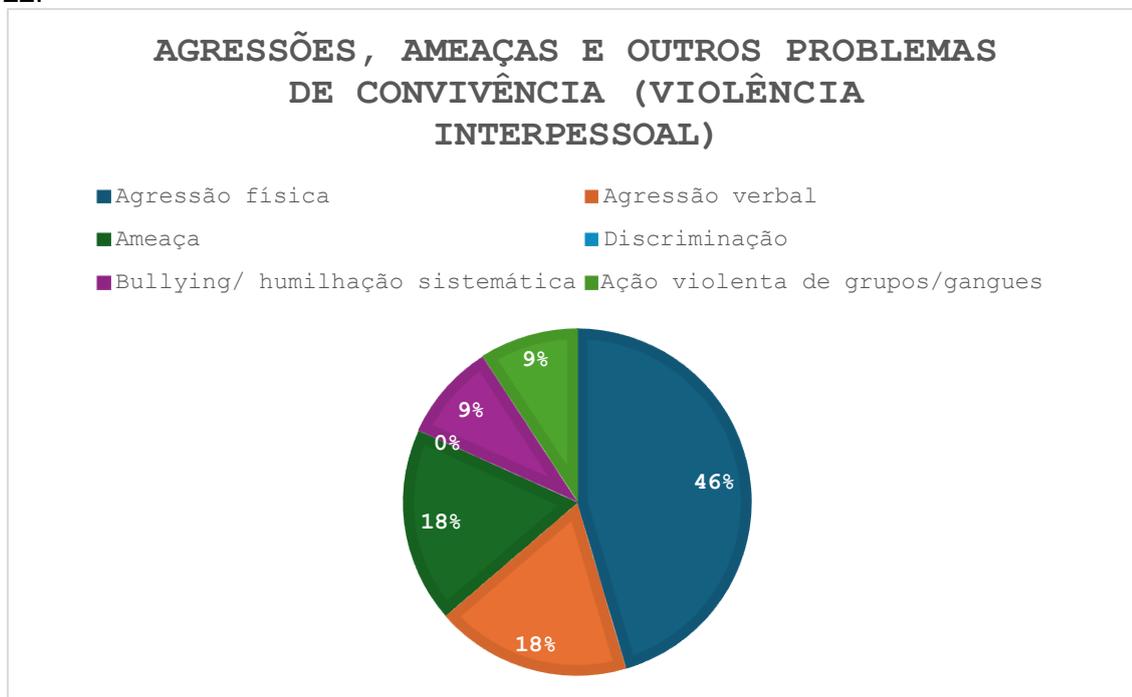


Fonte: própria autora.

A partir dos dados expostos no gráfico acima, constata-se que houve apenas ocorrências para - Danos e outros crimes contra o patrimônio- sendo a única

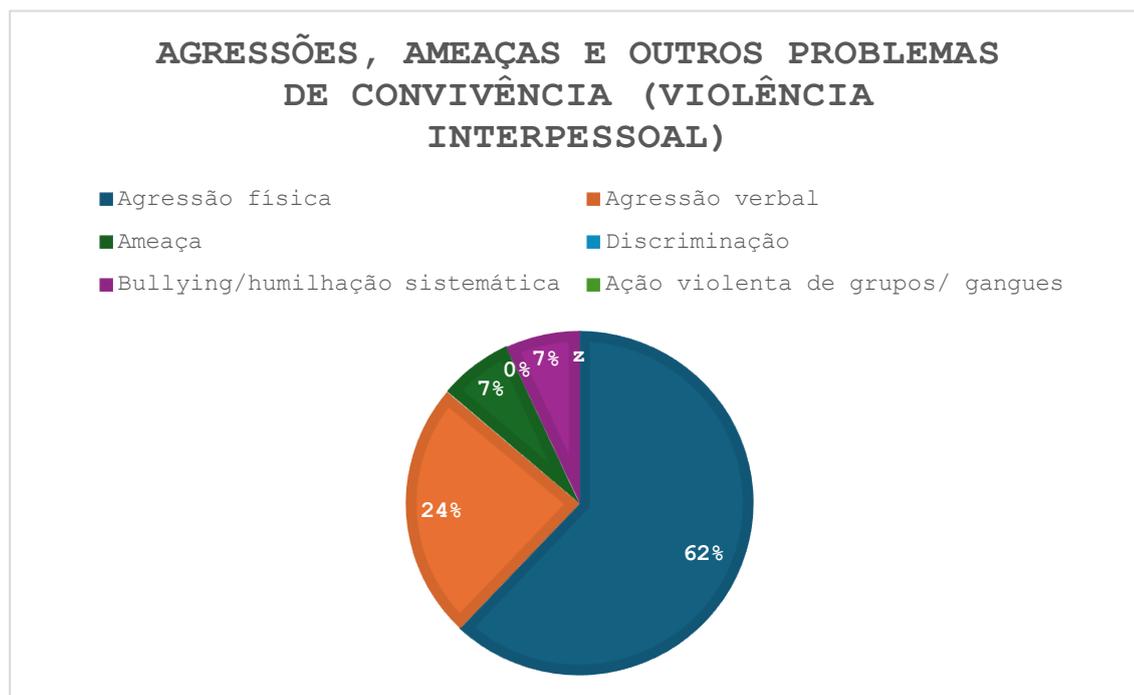
ocorrência deste tipo tanto para 2022, como para 2023. Nada consta para invasão, roubo ou furto.

Figura 16 - Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal) 2022.



Fonte: própria autora.

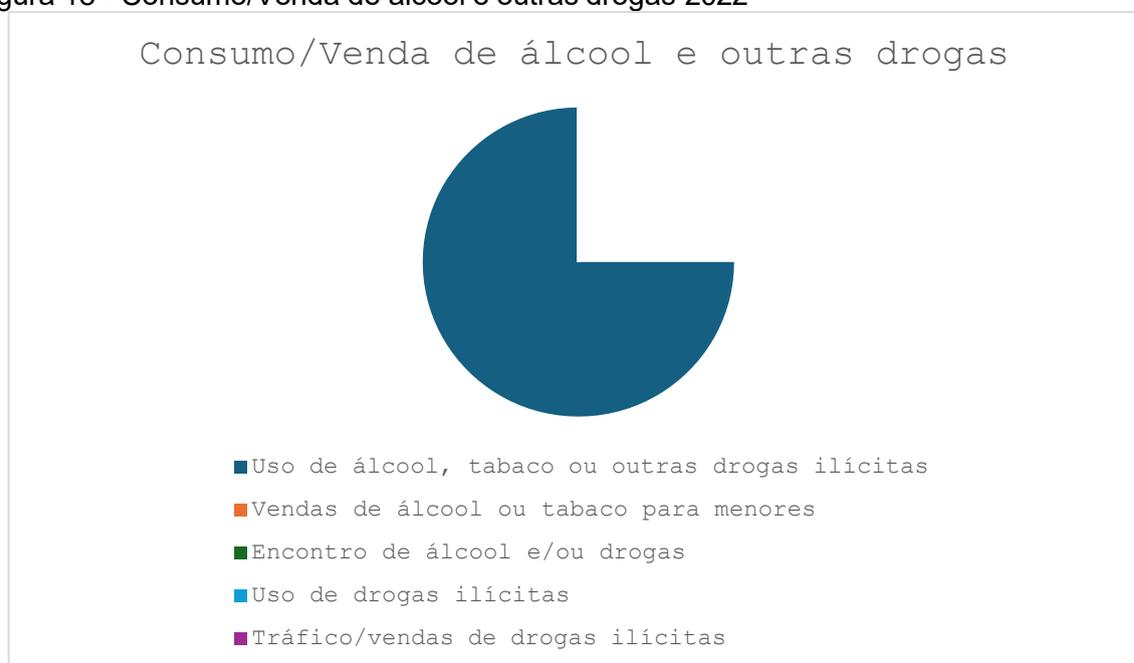
Figura 17 - Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal) 2023.



Fonte: própria autora.

Para o desdobramento natureza da ocorrência - Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal) – Os casos de agressões foram mais presentes na escola no ano de estudo 2023. Ao realizar análise dos dados é possível reconhecer que essa natureza concentra 26% das ocorrências do ano de 2023, ficando apenas atrás de *Questões disciplinares*, fato este que nos leva a refletir que as questões disciplinares não gerenciadas podem estar contribuindo para o desenvolvimento de um ambiente violento e agressivo. Onde desentendimentos que não são resolvidos, debatidos e refletidos podem desencadear reações como agressões físicas e verbais.

Figura 18 - Consumo/Venda de álcool e outras drogas 2022



Fonte: própria autora.

Figura 19 - Consumo/Venda de álcool e outras drogas 2022.



Fonte: própria autora.

No caso do item - Consumo/Venda de álcool e outras drogas – Os desdobramentos deste tipo de ocorrência, são repetitivos. Este fato gera confusão tanto para quem realiza o registro da ocorrência, quanto para quem faz a leitura do relatório de ocorrências. Não havia necessidade de colocar a opção de tantos itens praticamente com a mesma finalidade, neste caso faltou clareza.

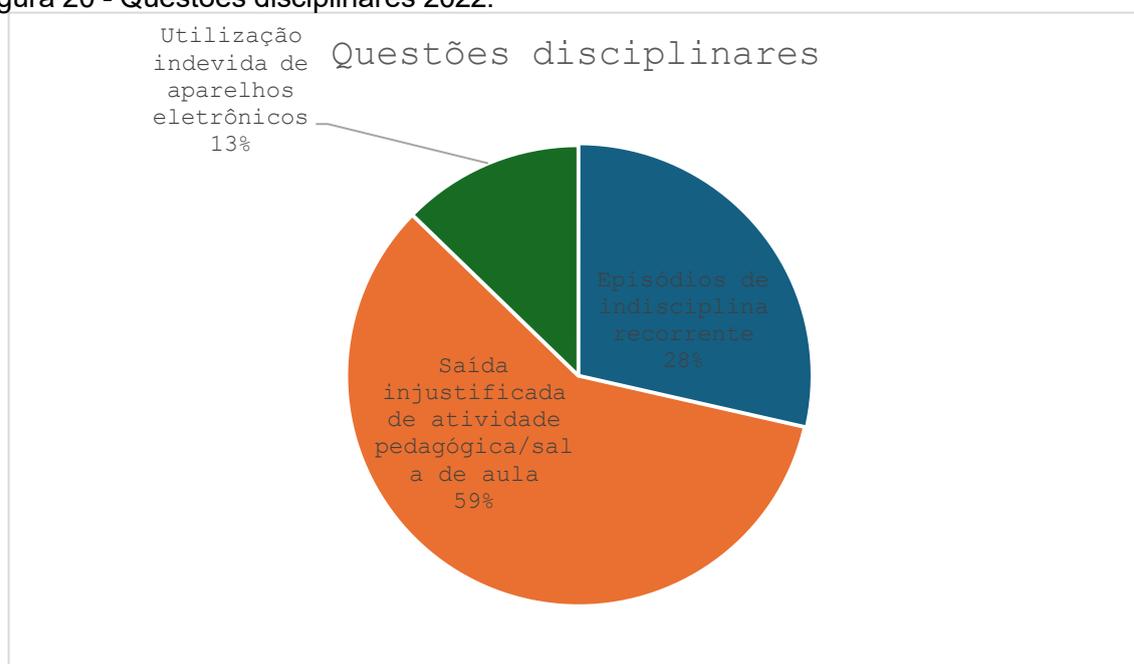
No entanto, foram encontradas 5 ocorrências para o uso de álcool, tabaco ou outras drogas ilícitas. É preciso ressaltar que esses indicadores geram dados sensíveis se for levado em consideração a existência de duas realidades escolares diferentes para a mesma escola, temos funcionado durando o período diurno a escola de regime integral e, durante o período noturno a escola regular.

O ponto a ser refletido é que algumas ocorrências são características de um período específico, não excluindo a possibilidade de acontecimentos no outro período. A questão é que os registros eram realizados todos na mesma plataforma como se a escola não possuísse diferenças entre os dois períodos, isso gerava entraves para o desenvolvimento de ações conscientizadoras e preventivas, pois não era possível ter uma visão das diferentes versões da mesma escola. Não foram encontrados registros de ocorrências do tipo – Assédio e/ ou abuso sexual – que possuía como desdobramento desta natureza: Assédio e/ ou abuso e Violência sexual e/ ou estupro.

O fato não exclui a possibilidade de existir violência de gênero no ambiente escolar e esta condição encontrar-se subnotificada ou totalmente negligenciada. Certos tipos de ocorrências, conforme citado acima, configuram como criminais sendo necessário o reportamento à autoridade local, esta pode ser uma justificativa para ausência total deste tipo de ocorrências.

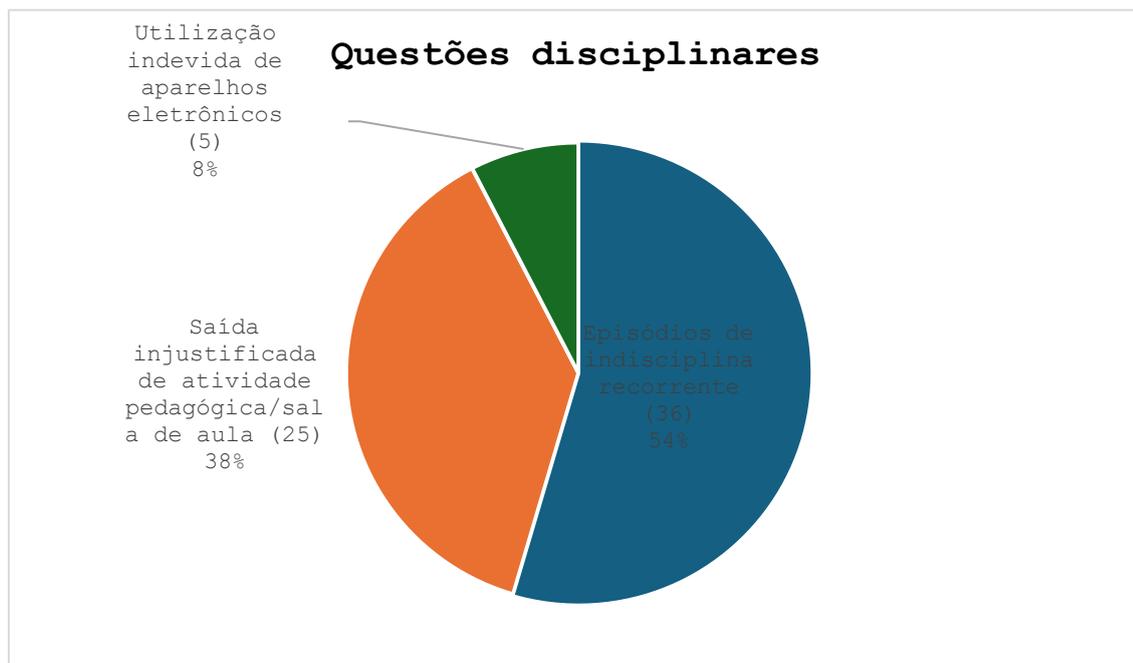
De acordo com Segato (2003), a organização hierárquica das relações de gênero “convencionais” oculta diversas formas de violências e desigualdades presentes no dia a dia. A estrutura social de nossa sociedade que possui herança patriarcal, normaliza e encobre diversas formas de violências e desigualdades presentes no cotidiano, tornando-as pouco perceptíveis ou até mesmo aceitáveis dentro do contexto social. Fato que segundo Bourdieu (1992) reverbera na escola, pois esta desempenha um papel fundamental na manutenção das hierarquias sociais, ao converter desigualdades preexistentes na sociedade em diferenças escolares, conferindo-lhes uma aparência de legitimidade e naturalização.

Figura 20 - Questões disciplinares 2022.



Fonte: própria autora.

Figura 21- Questões disciplinares 2023



Fonte: própria autora.

O indicador relacionado ao tipo de ocorrência – Questões disciplinares – revela que este foi o tipo de ocorrência com o maior número de registros em 2022 e 2023, foram 63 registros divididos em 3 naturezas diferentes, este número concentra 75% das ocorrências notificadas, em 2022 e 70 registros divididos em 3 naturezas diferentes, concentrando 57% das ocorrências da escola para 2023. Este resultado corrobora com a hipótese da pesquisa, que sugere as desigualdades sociais e as diversidades como facilitadoras de ambiente favorável ao surgimento de conflitos. Contudo, ideias acerca de indisciplinas estão longe de possuírem um consenso, desta forma temos várias definições e interpretações para o termo.

Segundo Aquino (1996), a indisciplina escolar não é um fenômeno fixo ou imutável; pelo contrário, está associada a um conjunto de valores e expectativas que se transformam ao longo do tempo, variando conforme o contexto histórico e cultural de cada sociedade. Segundo o autor, a indisciplina deve ser analisada dentro do contexto das relações sociais e institucionais, sendo esta influenciada por fatores históricos, culturais e educacionais. Contudo, atos de violência nos ambientes escolares servem de alerta para a reflexões de como os sujeitos estão se sentindo atravessados pela dinâmica escolar:

Atos de violência na escola são normalmente identificados, por professores, políticos ou pelos meios de comunicação, como atos de criminalidade ou de "vandalismo". Parece-nos que as explicações precisam ser um pouco mais complexas, pois se alguns atos delituosos certamente existem e podem visar

os bens das escolas e das pessoas, há outros cuja significação pode ser diversa. Conseguimos identificar atos de depredação, muito frequentes, sem furto de bens, mas tão-somente sua dilapidação, no próprio espaço escolar, como atos de violência enquanto reação social contra a escola (Santos, 2001, p. 113).

Nesse sentido, recomenda-se uma análise sobre os fatores que contribuíram para o alto número de ocorrências relacionadas à indisciplina na escola. É fundamental e urgente refletir sobre as questões sociais subjacentes que favorecem a consolidação desse cenário de violência.

Torna-se importante destacar que não é possível revisar os casos, uma vez que o acesso às informações se limita aos números e classificações das ocorrências, sem disponibilidade do conteúdo detalhado. Assim, torna-se inviável retomar a descrição dos acontecimentos para uma análise mais aprofundada, dificultando a identificação dos fatores sociais que contribuíram para os conflitos vivenciados pela U.E.

Para os tipos de ocorrências - Outros problemas de vulnerabilidade – houve uma nova configuração dos itens, sendo incluído como item natureza da ocorrência: Sinais de alerta comportamentais (demandam cuidado). A partir dos dados analisados na Placon, foram encontrados registros de 14 ocorrências para o item *Sinais de alerta comportamentais (demandam cuidado)*. Este item passou por mudanças a partir da reformulação do comunicado Placon 179, mais conhecido como 2ª edição do comunicado publicado em 01/12/2023.

Assim, a partir deste panorama fica evidente a importância de estratégias eficazes para a gestão de conflitos no ambiente escolar. É indispensável que seja realizada abordagens reflexivas e construtivas para contribuir com a resolução dessas situações e favorecer o desenvolvimento de um ambiente mais harmonioso e inclusivo nos ambientes escolares. Contudo, é necessário ressaltar, que se faz fundamental um estudo que consiga realizar o levantamento de quais questões sociais se encontram por trás dos conflitos elencados, assim como quais ações foram desenvolvidas a partir dos registros da plataforma PLACON.

Compreender os fatores que geram os conflitos e aplicar metodologias adequadas para sua resolução permite minimizar impactos negativos e transformar essas experiências em oportunidades de aprendizado. Aplicar ações sob uma perspectiva sociológica para a mediação desses desafios vai além da simples solução de disputas, pois desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das

competências sociais e emocionais dos estudantes. Dessa forma, fortalece-se a convivência escolar e promove-se uma educação mais justa e humanizada.

Os dados analisados revelam um paradoxo central: enquanto a PLACON se propõe a mapear conflitos para promover mediação, sua estrutura rígida de categorização aprofunda a invisibilização das dinâmicas sociais reais que permeiam os conflitos escolares. A predominância de registros genéricos como questões disciplinares e a subnotificação de casos como violência de gênero e outras minorias evidenciam que a plataforma opera mais como instrumento de controle burocrático que como ferramenta de transformação social. É precisamente essa contradição que exige, como próximo passo, uma análise crítica das raízes sociológicas desses conflitos – tarefa a ser desenvolvida no Capítulo 3.

No próximo capítulo, “Conflitos Escolares sob a Lente Sociológica”, abandonaremos a esfera dos dados brutos para adentrar o terreno das significações. A partir das teorias de Bourdieu (1992) sobre violência simbólica e Tognetta (2022) e seu estudo sobre o Programa Conviva SP. A análise evidenciará que, por trás dos 134 registros contabilizados em 2023, existem narrativas silenciadas — experiências que os menus suspensos da plataforma não são capazes de captar em sua complexidade.

3 CONFLITOS ESCOLARES SOB A LENTE SOCIOLÓGICA

Este capítulo tem como objetivo discutir os registros de ocorrências escolares extraídos da plataforma PLACON, referentes aos anos de 2022 e 2023. Por meio de uma abordagem sociológica, pretende-se comparar os dados e compreender de que maneira a análise desses dados podem contribuir para a reflexão e avaliação do Programa Conviva. Desta forma, busca-se ampliar a compreensão sobre sua efetividade e impacto no ambiente escolar, fornecendo subsídios para aprimorar as estratégias voltadas à promoção da convivência harmoniosa e à resolução de conflitos nas escolas.

Segundo Abramovay (2006), há muito tempo os conflitos e seus desmembramentos no ambiente escolar são temas de reflexões. Hoje, existe o reconhecimento de que a escola está organizada como um espaço sociocultural Dayreel (2007), pois abarca pluralidade de pessoas e, essas estão imersas em diferentes redes sociais com interesses e percepções distintas de realidade. Isso acontece, de acordo com Dayreel (*ibid*), após a democratização do acesso à educação. Esse ambiente de intensa diversidade tem como consequência a divergência e convergência de opiniões, fator que proporciona o aparecimento de conflitos no interior do ambiente escolar.

Conceituar conflitos não se faz uma tarefa tão simples, muitos documentos, inclusive dicionários, assimilam o termo a um viés negativo. Segundo Ferreira (2009), o conflito refere-se a um embate entre diferentes interesses, ideias ou sentimentos, caracterizando-se por oposição, disputa ou incerteza diante de determinada situação. No entanto, é fundamental o distanciamento de tal concepção negativa para conflitos fazendo-se necessário o enfrentamento desse fenômeno como elemento intrínseco à vida social. Simmel (1983), entende os conflitos como fenômenos sociais presentes nas relações sociais, e os consideram fundamentais para gerar reflexões e promoção de mudanças.

Sendo assim, Simmel (1983), assegura que os conflitos devem ser considerados como benéficos para a vida social, pois os conflitos não devem ser vistos apenas como problemas, mas como fator dinâmico que contribui para a evolução da vida social. Além disso, ao desafiar normas e estruturas estabelecidas, os conflitos

impulsionam mudanças sociais e contribuem para a transformação das relações de poder.

É fato que a escola tem sido historicamente reconhecida como um espaço privilegiado para o desenvolvimento da convivência social, segundo Tognetta (2022). No entanto, é nesse mesmo ambiente que surgem atos de indisciplina, violações de normas e diferentes expressões de violência, revelando a necessidade urgente de se aprofundar o debate sobre a convivência escolar. Essa abordagem deve orientar a produção de leis e diretrizes, bem como propor metodologias e ações efetivas voltadas à prevenção desses conflitos — especialmente daqueles que permanecem ocultos nas relações entre os próprios alunos.

Para pensar esse contexto escolar contemporâneo, faz-se urgente reconhecer a escola como ambiente de convergências e divergências de ideias, elementos que podem gerar desajustes de comportamento. Casassus (2001) e Tognetta (2022) afirmam que não há dúvidas de que as questões de convivência escolar afetam a qualidade das dinâmicas de ensino-aprendizagem. Sendo assim, reforçam que pesquisadores e governos já incluíram em suas agendas a criação e o fomento de políticas públicas voltadas à promoção de uma convivência harmoniosa e respeitosa no ambiente escolar, com o intuito de promover cada vez mais possibilidades de aprendizagem e formas assertivas de resolução de problemas de viés interpessoal.

No entanto, a pesquisa tem como objetivo analisar criticamente as ações do Programa Conviva SP. Mas é importante ressaltar, contudo, que, apesar dos desafios enfrentados, o programa representa uma iniciativa voltada ao reconhecimento de que os conflitos escolares precisam ser abordados com um viés inclusivo e respeitoso, visando à construção de ambientes verdadeiramente democráticos. Abaixo, apresenta-se um trecho que corrobora essa afirmação:

Da mesma forma, estivemos convencidos até aqui das dificuldades que enfrentam os profissionais de uma rede de ensino, quando não se tem estabelecida uma política pública que reitere e equacione o trabalho em rede para determinado tema. É certo que o passo dado pela Secretaria de Educação de São Paulo na transformação do SPEC em CONVIVA já denotou o esforço de gestores públicos (ainda que poucos) por transformar em resolução, a construção de um programa com a temática da convivência que integre, para além das ações de proteção e superação das formas criminalizantes de tratamento dos problemas de convivência nas escolas, a promoção da convivência positiva entre aqueles que ali pertencem (Tognetta, 2022, p.11).

A seguir, apresentaremos os achados mais relevantes da pesquisa, articulando a análise dos dados brutos - expostos no Capítulo 2 - com reflexões sociológicas sobre

o programa Conviva SP e suas dinâmicas de atuação. A organização dos itens de análise mantém a estrutura da plataforma PLACON, preservando: A categorização por *tipos de ocorrências* e seus desdobramentos em *naturezas específicas*. Dessa forma, os resultados serão discutidos seguindo a mesma lógica de classificação adotada pelo sistema.

3.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Quando se pensa em ambiente escolar, não se pode deixar de reconhecer que, o espaço escolar configura-se como um dos contextos privilegiados para a manifestação da violência simbólica Bourdieu (1992), pois atua como um dos mecanismos mais eficazes na legitimação e perpetuação das estruturas sociais vigentes. Conforme o autor, a instituição escolar organiza suas práticas pedagógicas de forma a favorecer os indivíduos oriundos das classes dominantes, reforçando, assim, os valores e normas que asseguram a manutenção da ordem social estabelecida.

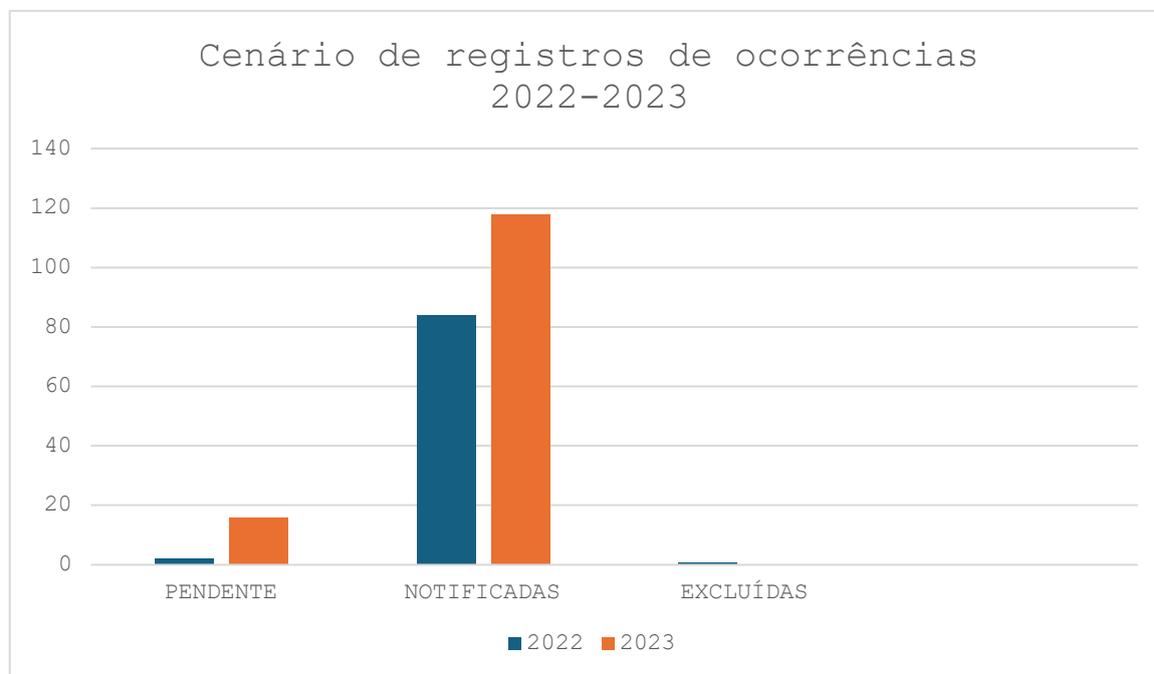
Atrelada à problemática explorada por Bourdieu (1992), existe o agravante que, como descreve Crispino (2007), é possível analisar a escola como um ambiente propício ao surgimento de conflitos, os quais acontecem no espaço escolar de forma espontânea e nas situações menos esperadas. O problema, Abramovay (2015), reside no fato de que se torna fundamental o tratamento adequado desses conflitos, pois, uma vez subnotificados ou não tratados de forma intersubjetiva, podem transformar-se em situações violentas de cunho negativo.

Faz-se necessário destacar que os dados disponibilizados na plataforma apresentam caráter genérico e não contemplam recortes específicos de gênero, raça, classe social, entre outros marcadores sociais. Contudo, tais elementos podem ser percebidos nas dinâmicas e relações estabelecidas no cotidiano escolar, ainda que não estejam explicitamente identificados nos registros da referida plataforma.

De acordo com os achados no 'Panorama geral das ocorrências nos anos de 2022 e 2023', apresentados no segundo capítulo (p. 63-64) por meio das Figuras 8, 9, 10 e 11, percebe-se que existem divergências nas informações da plataforma PLACON. Conforme a denominação das ocorrências notificadas, não ficam claros os critérios utilizados para: (1) classificar as ocorrências como notificadas e (2) diferenciar

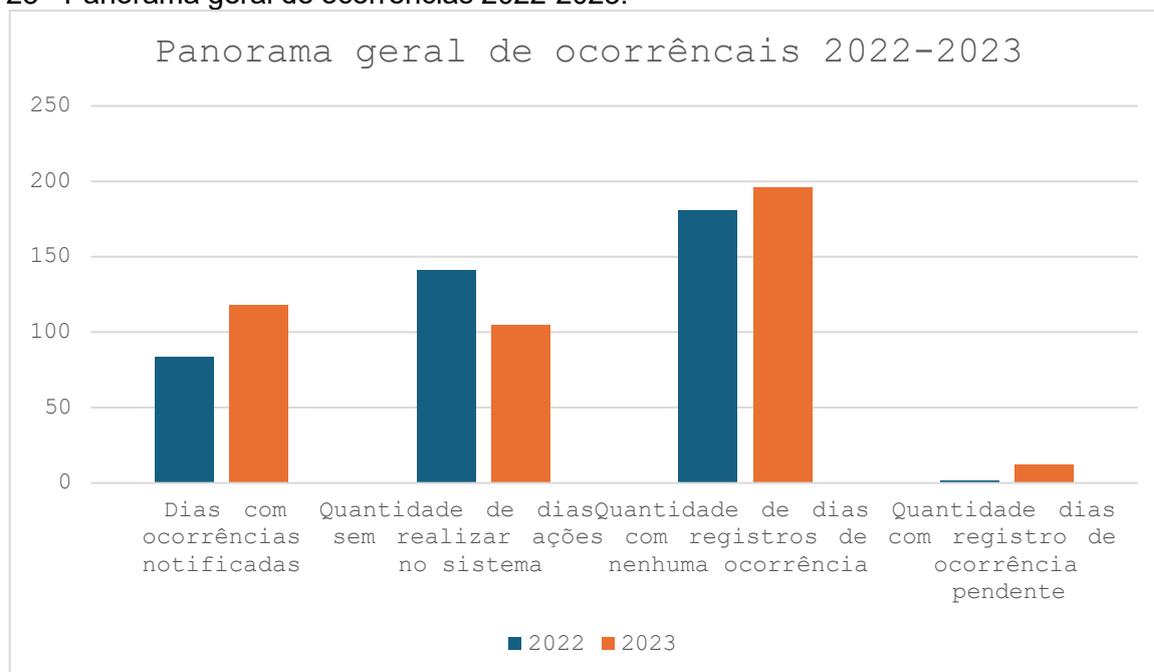
entre dias com registro de ocorrências e o número real de ocorrências ocorridas na escola.

Figura 22 - Cenário comparativo das ocorrências de 2022-2023 quanto a notificação.



Fonte: Própria autora.

Figura 23 - Panorama geral de ocorrências 2022-2023.



Fonte: Própria autora

A partir dos gráficos acima é possível observar que o sistema apresenta as ocorrências como notificações vinculadas a dias específicos, e não como uma contagem total de casos. A análise mostrou que, em alguns dias, há mais de uma ocorrência registrada. No entanto, o sistema contabiliza apenas o número de dias com notificações, fazendo com que o total apresentado corresponda ao número de dias com registros — e não ao número real de ocorrências, o que distorce a interpretação dos dados. É possível observar na figura 22, em notificadas. Que o número é exatamente o mesmo do item dias com ocorrências notificadas, na Figura 23.

Porém, conforme observado na imagem abaixo existem dias com registros de mais de uma ocorrência:

Figura 24 - Relatório de registro de ocorrências para status.



Dados

Código da Ocorrência	Nome da Diretoria	Nome da Escola	Status	Data da Ocorrência	Data de Registro
1499036	JOSE BONIFACIO	PEDRO BRANDAO DOS REIS	Notificada	15/02/2022	16/02/2022
1505106	JOSE BONIFACIO	PEDRO BRANDAO DOS REIS	Notificada	24/02/2022	02/03/2022
1510455	JOSE BONIFACIO	PEDRO BRANDAO DOS REIS	Notificada	10/03/2022	11/03/2022
1510480	JOSE BONIFACIO	PEDRO BRANDAO DOS REIS	Notificada	10/03/2022	11/03/2022
1510489	JOSE BONIFACIO	PEDRO BRANDAO DOS REIS	Notificada	11/03/2022	11/03/2022
1510502	JOSE BONIFACIO	PEDRO BRANDAO DOS REIS	Notificada	10/03/2022	11/03/2022
1513551	JOSE BONIFACIO	PEDRO BRANDAO DOS REIS	Notificada	15/03/2022	16/03/2022
1513647	JOSE BONIFACIO	PEDRO BRANDAO DOS REIS	Pendente	15/03/2022	16/03/2022
1514785	JOSE BONIFACIO	PEDRO BRANDAO DOS REIS	Notificada	17/03/2022	17/03/2022
1514795	JOSE BONIFACIO	PEDRO BRANDAO DOS REIS	Notificada	15/03/2022	17/03/2022
1520804	JOSE BONIFACIO	PEDRO BRANDAO DOS REIS	Notificada	23/03/2022	24/03/2022
1520850	JOSE BONIFACIO	PEDRO BRANDAO DOS REIS	Notificada	24/03/2022	24/03/2022
1520881	JOSE BONIFACIO	PEDRO BRANDAO DOS REIS	Notificada	24/03/2022	24/03/2022
1520898	JOSE BONIFACIO	PEDRO BRANDAO DOS REIS	Notificada	24/03/2022	24/03/2022
1520902	JOSE BONIFACIO	PEDRO BRANDAO DOS REIS	Notificada	24/03/2022	24/03/2022
1554444	JOSE BONIFACIO	PEDRO BRANDAO DOS REIS	Notificada	28/04/2022	29/04/2022
1748356	JOSE BONIFACIO	PEDRO BRANDAO DOS REIS	Notificada	01/08/2022	01/08/2022

Fonte: SED

Outro aspecto relevante identificado na análise dos registros refere-se à frequência de dias sem ações no sistema e sem registros de ocorrências, conforme demonstrado na Figura 23. O primeiro caso diz respeito aos dias em que a escola não

realizou nenhum registro - prática que contraria as diretrizes do Conviva, já que, segundo os manuais oficiais, é obrigatório acessar diariamente a plataforma PLACON para registrar inclusive a ausência de ocorrências.

Observa-se ainda uma inconsistência terminológica nos documentos analisados quanto à denominação da plataforma: em alguns materiais, como na Resolução SE nº 48/2019 (São Paulo, 2019), ela aparece como "Plataforma de Convivência Escolar (PLACON)", enquanto em outros, como no Protocolo 179 (São Paulo, 2024), é referida como "Plataforma CONVIVA SP". Essa divergência terminológica merece atenção, pois pode gerar ambiguidades na implementação das políticas.

A seguir, um trecho extraído do Comunicado 179 (2ª versão) que corrobora essas constatações:

Quando houver uma ocorrência na unidade escolar, nas suas proximidades, ou que tenha relação com a convivência escolar, esta deverá ser registrada na Plataforma CONVIVA SP (PLACON), sistema utilizado para acompanhamento de registro de ocorrências escolares na rede estadual de ensino, ou em plataforma equivalente, que tenha sido orientado o registro pelo Órgão Central da SEDUC. O responsável na Unidade Escolar deve acessar o Sistema, seja para o registro das ocorrências diárias, seja para a informação da inexistência de ocorrências, inclusive em dias não letivos. Lembrando que o acesso é feito pelo Portalnet, podendo ser acessado de maneira remota (São Paulo, 2024, p. 11)

Neste sentido, é válido lançar um olhar crítico a respeito da imagem 24, pois nota-se que várias ocorrências são registradas até dias depois do ocorrido, aspecto que corrobora a afirmação de Tognetta (2022), quando os registros institucionais de ocorrências escolares são tratados apenas como ferramentas burocráticas de classificação, acabam se tornando instrumentos de controle que ocultam a complexidade inerente às relações educativas. Os sistemas de registro analisados, ao adotarem categorias padronizadas, desconsideram a dimensão processual dos conflitos, reduzindo dinâmicas sociais multifacetadas a simples "casos" destinados ao arquivamento.

Sendo assim, o fato de a escola não registrar a informação de não ocorrência diariamente leva, sobretudo, ao comprometimento das informações. Considera-se que os dados não são fidedignos, e muitas situações conflituosas passam a ser ocultadas aos olhos da gestão da unidade escolar. Isso porque, tanto em 2022 quanto em 2023, os números de dias sem ações registradas no sistema são elevados, conforme ilustra a Figura 23: 35% dos dias sem registros em 2022 e 27% em 2023.

Ou seja, quase um terço dos dias letivos desses dois anos não teve registros de ocorrências na plataforma.

Ao analisar os dias com registros de *nenhuma ocorrência*, é essencial refletir sobre esses dados, pois a quantidade é significativamente mais expressiva. Em 2022, 44% dos dias do ano tiveram registros indicando que a escola não possuía ocorrências a lançar na plataforma. Em 2023, esse número, já elevado, aumentou para 45% dos dias sem ocorrências. Ao somar os dois indicadores — dias sem ações no sistema e dias sem registros de ocorrências —, percebe-se claramente que poucos dias tiveram ocorrências efetivamente notificadas na PLACON. Nesse contexto, apenas 21% dos dias em 2022 e 27% em 2023 contaram com registros de ocorrências.

Dessa forma, constata-se que os indicadores de registros de ocorrências não apresentavam condições de subsidiar ações efetivas nessa unidade escolar, uma vez que não refletiam nem a real quantidade de ocorrências nem os fatores determinantes das situações que demandavam intervenção pedagógica. Diante desse cenário, surgem questionamentos fundamentais: quais fatores determinavam a não realização dos registros na plataforma por parte da gestão escolar? Quais eram as causas estruturais dos conflitos identificados nesse ambiente educacional? E, por fim, em que medida esses conflitos constituíam objeto de reflexão sistemática pela equipe escolar? É preciso trazer à tona, contudo, os motivos subjacentes aos conflitos no ambiente escolar, a fim de compreender seu contexto e direcionar adequadamente ações que promovam tanto medidas preventivas quanto intervenções mais complexas quando necessárias - além de reflexões capazes de gerar aprendizados significativos.

Como afirma Bourdieu (1989), a própria infraestrutura da organização escolar constitui uma forma de violência simbólica. Conforme discutido anteriormente, o autor apresenta diversos elementos que corroboram essa afirmação, tais como: a rotina escolar padronizada, o arranjo físico das salas de aula e a incorporação inconsciente de significados por parte dos atores educacionais. Essa análise conjunta sugere que a prevenção efetiva requer: (a) diagnóstico situacional que identifique tanto os mecanismos estruturais quanto as demandas singulares; (b) formação docente para desnaturalizar práticas reprodutoras Freire (1996); e (c) protocolos que traduzam essa dupla perspectiva em ações concretas, como propõe o próprio Conviva SP em suas diretrizes mais recentes São Paulo (2023).

De acordo com Rayo (2004), o conflito é inerente à condição humana, sendo essencial para o progresso e a evolução tanto dos indivíduos quanto das sociedades. No entanto, reforça que quando mal gerenciados podem instigar comportamentos violentos. O autor alerta sobre a importância de se realizar abordagem adequada dos conflitos, principalmente no contexto educacional, pois essa ação pode desempenhar papel fundamental no fortalecimento de um ambiente de respeito mútuo e cooperação. Mas para que isso ocorra, é fundamental que a unidade escolar conheça o real panorama de ocorrências que possui, para poder pensar quais são os motivos que se consolidam como pano de fundo dos conflitos que acontecem em seu contexto:

Compreender o conflito ajuda a regular as relações sociais; ensina a ver o mundo pela perspectiva do outro; permite o reconhecimento das diferenças, que não são ameaça, mas resultado natural de uma situação em que há recursos escassos; ajuda a definir as identidades das partes que defendem suas posições; permite perceber que o outro possui uma percepção diferente; racionaliza as estratégias de competência e de cooperação; ensina que a controvérsia é uma oportunidade de crescimento e de amadurecimento social (Crispino 2007, p. 48).

A partir de um banco de dados fidedigno às situações conflituosas, é possível traçar estratégias e intervenções inclusive no campo pedagógico com o uso de disciplinas, como a Sociologia, que possam refletir sobre questões sociais e mais profundas neste cenário. Quando o foco de análise desta pesquisa é em relação aos *tipos de ocorrências*, conforme apresentado nas figuras 11 e 12, percebe-se que as opções oferecidas pelo sistema não são suficientes para abarcar questões de cunho social, são enquadramentos genéricos que não levam em consideração as tensões geradas pela presença de intensa diversidade. Desta forma, é como se partissem do pressuposto que todos os jovens daquela faixa etária, presentes naquele ambiente, vivessem em uma realidade uniforme.

Em Bourdieu (1992), é evidenciado o caráter arbitrário do poder presente nas práticas escolares, responsável por transmitir e impor determinados valores culturais, conteúdos curriculares, metodologias de ensino e critérios de avaliação. Esse processo pedagógico contribui para acentuar ainda mais as desigualdades existentes no ambiente escolar, levando os indivíduos socialmente desfavorecidos a aceitar, em grande parte de forma implícita, as normas e diretrizes estabelecidas pela instituição:

Os dominados contribuem, com frequência à sua revelia, outras vezes contra sua vontade, para sua própria dominação, aceitando tacitamente, como que por antecipação, os limites impostos; tal reconhecimento prático assume, muitas vezes, a forma da emoção corporal (vergonha, timidez, ansiedade, culpabilidade), em geral associada à impressão de uma regressão a relações arcaicas, aquelas características da infância e do universo familiar. Tal

emoção se revela por meio de manifestações visíveis, como enrubescer, o embaraço verbal, o desajeitamento, o tremor, diversas maneiras de se submeter, mesmo contra a vontade e a contragosto, ao juízo dominante, ou de sentir, por vezes em pleno conflito interior e na "fratura do eu", a cumplicidade subterrânea mantida entre um corpo capaz de desguiar das diretrizes da consciência e da vontade e a violência das censuras inerentes às estruturas sociais. (Bourdieu, 1997. p. 206)

Torna-se fundamental o desenvolvimento de sensibilidade para olhar as situações conflituosas e refletir se não são manifestações de enfrentamento das imposições dos dominantes. Em algumas situações, é preciso reconhecer que os conflitos são causados pelas contradições impostas, sendo assim, os conflitos podem estar sendo gerados a partir de mecanismos de defesa e enfrentamento das condições de desigualdade e discriminação que podem estar presentes no ambiente escolar.

Segundo Bourdieu (1992), é contumaz que quando a instituição escolar adota um planejamento pedagógico rígido e uniforme, limita-se a possibilidade de reconhecer e valorizar as diferenças como elementos complementares no processo educativo. Com isso, a diversidade cultural e social dos estudantes é reduzida a um modelo único de referência, desconsiderando as especificidades de cada sujeito. Esse cenário favorece o surgimento de múltiplas formas de discriminação, seja em função da raça, cor, sexo ou gênero. Curiosamente, é esse próprio modelo que fundamenta a noção de equidade, também compreendida como meritocracia, frequentemente reiterada pelo discurso institucional das escolas.

3.2 QUESTÕES DISCIPLINARES

Para abordagem do tipo de ocorrência com desdobramento em questões disciplinares, surge a necessidade de reflexão sobre o que são. O fenômeno da indisciplina escolar tem sido analisado por diferentes referenciais teóricos no campo da educação, os quais oferecem interpretações distintas acerca de suas causas, significados e estratégias de enfrentamento. Nesta seção, propõe-se uma análise comparativa entre três importantes autores contemporâneos: Charlot (2000), Saviani (1991) e Candau (2012). Embora fundamentados em perspectivas distintas - respectivamente, subjetivo-experiencial, estrutural-histórico e cultural-política -, esses autores convergem na rejeição a abordagens moralizantes da indisciplina, propondo leituras críticas e emancipatórias do fenômeno.

Charlot (2005) desenvolve o conceito de relação com o saber como chave para compreender os processos de escolarização. Para o autor, aprender envolve a construção subjetiva de sentido e o reconhecimento simbólico do saber como algo que vale a pena ser apropriado. Quando essa relação é rompida — por experiências escolares negativas, currículos descontextualizados ou ausência de vínculo afetivo e cultural com a escola —, emerge a indisciplina como forma simbólica de resistência. Charlot (2002), afirma que a indisciplina pode ser compreendida como uma forma de resistência simbólica às práticas de dominação simbólica exercidas pela escola.

Nessa lógica, os comportamentos indisciplinados devem ser escutados como linguagem de sujeitos que não se veem representados na instituição escolar, que não reconhecem no conteúdo ensinado uma possibilidade de emancipação. Deve-se, portanto, conceder uma grande atenção à questão da relação com o saber quando se trabalha (como pesquisador ou como professor) sobre a questão da violência na escola. “Mas é também uma questão que está ligada às práticas de ensino quotidianas que, em último caso, constituem o coração do reator escolar: é bem raro encontrar alunos violentos entre os que acham sentido e prazer na escola” (Charlot, 2002, p. 441-442)

Sob a perspectiva histórico-crítica, Saviani (1991) insere a indisciplina no âmbito das contradições estruturais da escola capitalista. Para ele, a escola apresenta uma promessa de democratização do saber, mas opera, na prática, como instrumento de reprodução das desigualdades sociais. Essa contradição gera reações — como o fracasso escolar, a evasão e a indisciplina — que não podem ser compreendidas fora do contexto da luta de classes. Afirma, “O fracasso escolar, a evasão e a indisciplina são manifestações da inadequação da escola às necessidades objetivas das classes populares” (Saviani, 1991, p. 48).

Dessa forma, a indisciplina para o autor, revela-se como resistência de sujeitos excluídos à imposição de um saber formal que lhes é alheio. Sua superação, portanto, exige não apenas práticas pedagógicas mais inclusivas, mas a redefinição da função social da escola, garantindo acesso real ao saber sistematizado.

Para Candau (2012) a indisciplina escolar deve ser analisada sob a ótica da diversidade cultural e das relações de poder que atravessam a escola. A autora denuncia o caráter monocultural e autoritário de muitas práticas escolares, que impõem uma normatividade que silencia as vozes juvenis, nega identidades e

deslegitima experiências. Nesse contexto, a indisciplina vem à tona como contestação cultural e política à negação da pluralidade. Candau (2012), destaca que com frequência, os comportamentos indisciplinados representam formas de resistência por parte dos estudantes diante de práticas pedagógicas autoritárias, desconectadas da realidade e que desconsideram suas identidades e histórias de vida. A autora propõe uma educação intercultural crítica, baseada na escuta ativa, na valorização das identidades e na construção democrática do currículo e da convivência escolar.

Tabela 1 – Resumo comparativo entre os autores.

Autor	Categoria central	Causa da indisciplina	Leitura sociopolítica	Propostas de superação
Bernard Charlot	Relação com o saber	Ruptura entre o aluno e o saber escolar; ausência de sentido no aprender.	Indisciplina como resistência simbólica à exclusão cultural e curricular.	Escuta ativa; reconstrução da relação com o saber; valorização da experiência estudantil.
Dermeval Saviani	Contradição estrutural da escola capitalista	Reação à escola que promete igualdade, mas reproduz a exclusão e o fracasso.	Indisciplina como expressão da contradição entre inclusão formal e exclusão real.	Acesso real ao saber; redefinição da função social da escola; superação da desigualdade estrutural.
Vera Maria Candau	Diversidade cultural e reconhecimento	Silenciamento de identidades; currículo monocultural; gestão autoritária.	Indisciplina como contestação política à exclusão cultural.	Currículo intercultural; gestão democrática; práticas pedagógicas inclusivas e dialógicas.

Fonte: Própria autora

As análises de Charlot (2005), Saviani (1991) e Candau (2000) oferecem diferentes lentes para compreender a indisciplina escolar, mas convergem em um ponto essencial: a indisciplina é um fenômeno social, político e simbólico, e não um simples problema comportamental. Enquanto Charlot (2005) destaca a subjetividade e o rompimento com o saber, Saviani (1991) enfoca as contradições estruturais da escola capitalista, e Candau (2000) evidencia o apagamento das identidades e a luta por reconhecimento cultural.

Essas perspectivas são complementares e permitem afirmar que a superação da indisciplina passa necessariamente por uma reconstrução crítica da escola pública:

suas finalidades, seus métodos, seus conteúdos e suas relações. Somente ao escutar os sujeitos, garantir o acesso ao conhecimento e reconhecer a diversidade será possível transformar a indisciplina em diálogo e a escola em espaço de emancipação

Nesse sentido, ainda em *tipos de ocorrências* a discrepância nos registros de ocorrências pelos tipos disponíveis no sistema, é algo que atrai atenção. Pois dentre as sete opções fornecidas pelo sistema, o item *Questões disciplinares* concentrou 75% das ocorrências notificadas em 2022 e 57% para o ano de 2023. É preciso refletir o que se encaixa em *questões disciplinares*, segundo informações do manual PLACON 179. Existem três "*Natureza da Ocorrência*" para este "*Tipo de Ocorrência*", são elas *utilização indevida de celular*, *episódios de indisciplina recorrente* e *saída injustificada de atividade pedagógica/ sala de aula*.

Em 2022, *saída injustificada de atividade pedagógica/ sala de aula* liderava o número de ocorrência dentro desta natureza, 59% das ocorrências seguida por *episódios de indisciplina recorrente* com 28%. Os dados se inverteram em 2023, *episódios de indisciplina recorrente* ficou em primeiro lugar dentro desta natureza de ocorrência com 54% dos registros, seguida por *saída injustificada de atividade pedagógica/ sala de aula* com 38%. Em ambos os anos a natureza de ocorrência *utilização indevida de celular*, foi o elemento com menos registros. Isso pode se justificar pela falta de necessidade de realizar registro para tal ocorrência, levando em consideração que existiam outras situações para preocupação.

3.3 AGRESSÕES, AMEAÇAS E OUTROS PROBLEMAS DE CONVIVÊNCIA (VIOLÊNCIA INTERPESSOAL)

Outro achado que merece análise mais aprofundada refere-se ao tipo de ocorrência denominado *agressões, ameaças e outros problemas de convivência* (violência interpessoal). A frequência com que esse tipo de conflito aparece — ocupando o segundo lugar no ranking de registros em ambos os anos analisados — revela não apenas tensões nas relações escolares, mas também mecanismos de reprodução da violência simbólica que atravessam o espaço educativo, reforçando desigualdades e posições de poder já estabelecidas socialmente, de acordo com Bourdieu (1992).

Segundo Abramovay (2006), atitudes incoerentes que reforçam as injustiças entre os estudantes, bem como, a maneira como os gestores enfrentam os problemas

e reivindicações por eles apresentadas, comprometem a qualidade das relações no espaço escolar. Esse desgaste pode fazer com que desentendimentos que poderiam ser solucionados de forma não violenta evoluam para situações de violência efetiva. Além disso, tal postura contribui significativamente para a perda de confiança dos alunos na equipe gestora e nos professores, o que repercute de forma negativa no cotidiano da escola.

Este tipo de ocorrência *agressões, ameaças e outros problemas de convivência* (violência interpessoal), agrupa em seu desdobramento de natureza agressões, ameaças, discriminação, bullying, ação de gangues. Se a análise for a partir do panorama geral, em *tipos de ocorrências*, como representados os dados nas figuras 11 e 12. É possível perceber que este tipo de ocorrência foi o segundo mais registrado, porém o número é bem inferior quando comparado à quantidade de ocorrências para *Questões disciplinares*. Tem-se um percentual de 13% das ocorrências notificadas para *agressões, ameaças e outros problemas de convivência* (violência interpessoal) em 2022. Ao passo que, em 2023, foram registradas 24% das ocorrências notificadas para este *tipo de ocorrência*.

Quando os desdobramentos são observados, os episódios em que os conflitos evoluíram para agressões físicas é alto para os dois anos de análises, em 2022 temos 46% das ocorrências registradas para este tipo de ocorrências que evoluíram para agressões físicas, seguida por agressão verbal com 18% e ameaça com 18%. Para o ano de 2023, temos 62% das ocorrências deste *tipo de ocorrência* para agressão física, seguida de 24% de agressão verbal e 7% ameaça.

Convém compreender que o espaço escolar, é atravessado por controvérsias e por relações sociais complexas, reflete as violências presentes no contexto social mais amplo, ao mesmo tempo em que produz dinâmicas próprias de violência. Essas manifestações ocorrem de formas variadas no cotidiano da escola, conforme aponta Abramovay (2012, p. 9), “a violência escolar é um fenômeno com muitas facetas que assume determinados contornos em consequência das práticas que acontecem”. Tal reflexão permite analisar por que diversos conflitos, que poderiam ser mediados, acabaram evoluindo para agressões de diferentes naturezas.

Quando os desentendimentos e desavenças não são levados em consideração sendo tratados como parte da dinâmica escolar, estes são agravados por falta de diálogo, podem resultar, contudo, em estreitamento das relações e desencadear

expressões de cunho violentas. “Os desentendimentos no ambiente escolar, agravados pela ausência de espaço adequado para a resolução dos conflitos e, até mesmo, pela eventual naturalização dos problemas cotidianos das escolas, podem acarretar situações de extrema violência” (Idem, 2012, p.36). No entanto, é preciso não confundir conflitos com violência. De acordo com Freitas (2003), trata-se de um conceito subjetivo, sendo impossível classificá-la a partir de uma única visão.

Sousa e Vieira (2003) afirmam que a escola, enquanto espaço atravessado por relações de poder, tende a reproduzir práticas autoritárias e excludentes, as quais podem mascarar manifestações de violência simbólica no cotidiano escolar. Essa dinâmica se intensifica quando a instituição não se mostra aberta ao diálogo e ao reconhecimento das percepções e demandas dos sujeitos que nela convivem. Nesse contexto, os conflitos, ao invés de serem compreendidos como oportunidades de reflexão e transformação, são negligenciados, o que contribui para que adquiram contornos de violência.

Essa constatação torna-se evidente diante da ausência de iniciativas, por parte da unidade escolar em análise, que utilizassem os dados registrados na plataforma PLACON como subsídios para a elaboração de atividades voltadas à promoção de ações de conscientização e à construção de planos estratégicos para ressignificar os conflitos escolares antes que estes se manifestassem sob a forma de violências.

Observa-se que agressões físicas e verbais, devidamente registradas na plataforma, poderiam ter sido evitadas de um ano para o outro, caso houvesse um planejamento estruturado que considerasse tais informações como elementos relevantes para análise e intervenção. No entanto, o aumento progressivo dos casos de violência, sobretudo das agressões físicas, indica que essa não era uma preocupação efetiva da gestão escolar.

Nesse sentido, é possível concluir que a plataforma apresenta dados genéricos, sem registros intensos e fidedignos. Ao generalizar as ocorrências, contudo, a partir de nossa análise, é possível afirmar que as relações estabelecidas no ambiente escolar, bem como os conflitos nelas envolvidos, são atravessados por questões raciais, de gênero e outros marcadores sociais que nem sempre se tornam visíveis. Muitas vezes, tais situações são invisibilizadas e negligenciadas no interior da escola. Sendo assim, o ensino de Sociologia, com suas diversas temáticas, configura-se

como uma ferramenta importante e potencializadora para a construção de relações escolares que façam dos conflitos pontes para o diálogo.

3.4 O PAPEL DA SOCIOLOGIA

A Sociologia enquanto disciplina vem sofrendo abalos incalculáveis nos últimos anos, suas aulas sofreram diminuição na grade e a quantidade de aulas foi consideravelmente reduzida, agora, em 2025, conta com apenas duas aulas por semana na 2ª série do Ensino Médio. No entanto, a disciplina é fundamental para jovens pois é capaz de ensiná-los a entender o contexto social em que estão inseridos. Fernandes, afirma que:

O ensino das ciências sociais no curso secundário seria uma condição natural para a formação de atitudes capazes de orientar o comportamento humano no sentido de aumentar a eficiência e a harmonia de atividades baseadas em uma compreensão racional das relações entre os meios e os fins, em qualquer setor da vida social (Fernandes, 1956, p.90)

Silva (2007) destaca que a trajetória da Sociologia no Brasil foi marcada por disputas entre modelos curriculares. Enquanto currículos tecnicistas e baseados em competências priorizam habilidades fragmentadas e alinhadas ao mercado, modelos científicos, como o defendido pela autora, valorizam a formação integrada, ancorada nas ciências de referência. É nesse último contexto que a Sociologia ganha relevância, ao permitir aos estudantes compreenderem as relações sociais históricas e estruturais que perpetuam desigualdades. Silva (2007), destaca que a Sociologia não é apenas um conjunto de conteúdos, mas uma ferramenta intelectual para compreensão e intervenção na realidade social.

Nesse sentido, a análise dos desafios institucionais e epistemológicos da disciplina, apresentada por Silva (2007), e as propostas didáticas embasadas na Teoria Histórico-Cultural, desenvolvidas por Souza (2017), convergem para demonstrar que a Sociologia, quando integrada a currículos críticos e mediada por práticas pedagógicas intencionais, pode transformar a sala de aula em um espaço de emancipação.

Conflitos ou tensões permeados por questões de ordem social poderiam ser abordados de forma construtiva no ambiente escolar por intermédio da Sociologia.

Conforme argumenta Fernandes (1956), um dos objetivos centrais da Sociologia enquanto disciplina escolar consiste em atenuar os conflitos interpessoais, ao incentivar a reflexão crítica sobre as estruturas sociais que os originam:

“Tendo como seu objetivo permanente, a natureza humana, a ciência do social traz uma contribuição importante às relações humanas, facilitando a compreensão e a tolerância, polindo as arestas, suavizando os conflitos entre os indivíduos, por isso mesmo que lhes abre os olhos para suas causas. A Sociologia concorre para uma racionalização do comportamento humano – na medida em que este pode ser racionalizado” (Fernandes, 1956, p.90).

De acordo com Mendonça (2011), a disciplina de Sociologia deve se ocupar da escolha de conteúdos culturais próprios de seu campo, por meio dos quais os estudantes possam intervir, apropriando-se de saberes e desenvolvendo habilidades que os capacitem a entender a realidade em que estão inseridos e a atuar de forma participativa.

Acrescenta que a Sociologia possui o potencial de revelar as contradições inerentes à sociedade capitalista, possibilitando uma análise crítica tanto da instituição escolar quanto do contexto social ao seu entorno. Ressalta, ainda, que problematizar as relações cotidianas no ambiente escolar pode se constituir em conteúdo significativo para os estudantes e em instrumento pedagógico relevante para o docente de Sociologia:

A escola é o espaço singular para as mediações, que visam à socialização dos conhecimentos, a partir de atividades pedagógicas organizadas para esse fim, em cuja condução o professor tem um papel fundamental de fazer a articulação entre esses conhecimentos (significados sociais) e os conhecimentos dos estudantes (sujeitos que atribuirão sentido pessoal a essas práticas sociais consolidadas). (Mendonça, 2011, p.349).

É imprescindível reconhecer o papel de elucidação da Sociologia enquanto disciplina escolar, por meio dela pode-se abordar assuntos que ainda hoje são pautas de movimentos sociais e luta para conquista ou garantia de direitos. Segundo Mendonça (2011), o ensino de Sociologia tem relevância na abordagem da construção da subjetividade humana por meio de atividades e reflexões que tenham a desnaturalização como respaldo. No entanto, destaca que as atividades precisam ser construídas visando atingir esta intencionalidade e atravessar os indivíduos para que se sintam envolvidos, finaliza afirmando que sem a ação não há produção de sentidos.

Desse modo, adentrar a escola, visando a enfrentar a complexidade do real, exige ir além do pedagógico e do sociológico/político. Na crise atual, a restrição a um dos aspectos impede a possibilidade de superação dos problemas. Somente uma articulação entre essas duas diferentes dimensões – inseparáveis, porém com suas especificidades – poderá fazer avançar o processo da construção do novo na escola. Um caminho possível, por um

lado, é a análise sociológica dessa instituição. Por outro, é o trabalho direto com estudantes em sala de aula, buscando articular na prática o sociológico e o pedagógico, por meio de atividades com possibilidades de novos significados e sentidos (Mendonça, 2011, p. 354-355).

Conclui-se que o ensino de Sociologia pode levar a escola a desenvolver sua função social, capaz de produzir a elaboração de sentidos que rompa com os valores impostos pelo capital. Porém, a escola ainda é uma instituição que precisa ser ressignificar para oferecer uma educação humanizada que tenha como principal objetivo a emancipação dos estudantes nos aspectos políticos, social e econômica. “O ensino de Sociologia, considerando seu objetivo de desnaturalizar as relações sociais e a natureza de seus conteúdos, pode contribuir para esse processo” (Mendonça, 2011, p. 356).

Sendo assim, é possível afirmar que a disciplina de Sociologia, a partir de seu arcabouço teórico e metodológico, pode abordar de maneira crítica e reflexiva temas como racismo, machismo, intolerância religiosa, entre outros, contribuindo para a formação de estudantes mais conscientes, capazes de reconhecer e questionar as desigualdades estruturais presentes na sociedade, bem como para prevenir ou minimizar conflitos de origem social no ambiente escolar. Porém, fica a sugestão para outras pesquisas a serem realizadas no campo da Sociologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou o mapeamento dos conflitos registrados na Escola Estadual Pedro Brandão dos Reis durante os anos de 2022 e 2023, bem como a comparação das ocorrências documentadas na plataforma Placon ao longo desse período. A análise dos dados revelou que as questões disciplinares concentraram a maior parte das notificações, representando 75% dos registros em 2022 e 57% em 2023. No entanto, esse diagnóstico não permite compreender com precisão os determinantes sociais que motivaram tais ocorrências. A plataforma Placon apresenta limitações significativas quanto à contextualização dos dados, carecendo de informações mais detalhadas que possibilitem uma apuração adequada dos fatores subjacentes aos episódios registrados.

Apesar dessas limitações, ao examinar especificamente os registros relacionados a *agressões, ameaças e outros problemas de convivência — agrupados sob o termo violência interpessoal* —, observou-se um preocupante crescimento dessas ocorrências, que passaram de 13% em 2022 para 24% em 2023. Tal aumento evidencia um potencial cenário de intolerância dentro da unidade escolar, exigindo atenção especial por parte da comunidade educativa.

Diante desse panorama, os dados analisados reforçam a necessidade urgente de abordagens que considerem os contextos sociais nos quais os conflitos escolares estão inseridos. Torna-se imperativo repensar o sistema de registros escolares, de modo que aspectos como racismo, machismo, intolerância religiosa e outras formas de discriminação possam ser, ao menos, identificados e categorizados para fins de investigação e intervenção futura.

Os dados analisados nesta pesquisa evidenciam a importância de que os conflitos no ambiente escolar sejam tratados de maneira reflexiva e não por meio de práticas punitivistas ou repressivas. É essencial que a escola reconheça tais situações como indicadores relevantes da dinâmica social escolar — verdadeiros termômetros das relações interpessoais — que, quando abordados de forma pedagógica e consciente, podem se converter em valiosas ferramentas de aprendizagem e desenvolvimento coletivo.

Adicionalmente, é essencial que a gestão escolar disponha de ferramentas capazes de qualificar e aprofundar a análise desses registros, promovendo uma

compreensão mais completa das questões sociais envolvidas. Esse aprimoramento não apenas favorece o reconhecimento de demandas emergentes, como também contribui para o planejamento de ações educativas e estratégias preventivas mais eficazes, voltadas à construção de uma cultura escolar baseada no respeito, na inclusão e na equidade.

Por fim, um dos principais desafios identificados por esta pesquisa refere-se à inconsistência nos registros de ocorrências. Os dados analisados não contemplam todos os dias do ano, tampouco refletem a totalidade dos eventos ocorridos na escola. Além disso, o sistema apresenta uma falha estrutural importante: contabiliza as ocorrências com base nas datas, e não no número real de eventos registrados. Isso significa que dias com múltiplos registros são contabilizados como uma única ocorrência, distorcendo a real dimensão dos conflitos ao longo do tempo. Tal limitação compromete a precisão da análise e reforça a necessidade de melhorias no processo de registro e acompanhamento das ocorrências escolares.

É importante destacar que os dados registrados na plataforma PLACON estão subnotificados. Como mencionado anteriormente, há registros referentes a apenas um terço do ano letivo: em 2022, apenas 21% dos dias letivos tiveram ocorrências notificadas, e em 2023, esse número foi de 27%. A maioria dos dias não apresenta registros, o que pode ser resultado da ausência de lançamentos no sistema ou da inexistência de ocorrências notificadas nessas datas, fato que não foi possível aferir se é verídico.

Apesar das limitações, a pesquisa oferece subsídios para reflexão sobre políticas públicas voltadas à convivência e à manutenção da segurança nos ambientes escolares, o objetivo foi parcialmente alcançado. Pois não foi possível aferir como os conflitos de cunho sociais atravessam os estudantes da EE. Pedro Brandão dos Reis, mas foi possível apontar para inconsistências significativas no que se refere ao trato dos conflitos no ambiente escolar, na classificação e registros dos casos de ocorrências na plataforma PLACON, bem como, fragilidades nas orientações vindas do Conviva central.

A sugestão é que novas pesquisas sejam realizadas na tentativa de buscar respostas para os impactos dos conflitos de origem sociais no ambiente escolar, nesse sentido a ideia é que a pesquisa possa ser realizada com a integração entre dados quantitativos e pesquisas etnográficas surge como caminho indispensável para

desvendar a complexidade dos conflitos escolares, transcendendo a superficialidade de estatísticas genéricas.

Enquanto registros como os da PLACON mapeiam padrões – como o aumento de "agressões verbais" –, a etnografia revela as narrativas ocultas por trás dos números: estudantes negros alvo de insultos racializados, professores que naturalizam piadas homofóbicas como "brincadeiras", ou a ausência de protocolos contra a transfobia. Essa abordagem mista não apenas expõe como desigualdades estruturais se reproduzem no cotidiano escolar, mas amplifica vozes historicamente silenciadas – de alunos periféricos a funcionários terceirizados –, transformando-os em agentes ativos enfrentamento dos problemas.

Logo, ao cruzar o "quantos" com o "como" e o "porquê", é possível redirecionar políticas públicas: formar professores em práticas antirracistas, criar comissões de mediação lideradas por estudantes e reformar currículos para incluir debates sobre justiça social. Assim, a pesquisa deixa de ser um fim em si mesma e se torna ferramenta viva de transformação, onde dados ganham rosto, voz e urgência política.

Os conflitos escolares não são meros desvios de conduta, mas sintomas de uma sociedade marcada por injustiças. A Sociologia, ao desvendar as raízes dessas tensões, oferece caminhos para transformar a escola em um ambiente inclusivo e emancipatório. O desafio é romper com lógicas punitivistas e investir em políticas que reconheçam a educação como direito humano e instrumento de justiça social. Assim, mais do que gerenciar conflitos, a escola poderá ser um espaço onde a diversidade é celebrada e a democracia, vivida diariamente.

Desse modo, evidencia-se que ainda há um percurso significativo a ser trilhado na formulação de diretrizes que efetivamente consolidem a escola como um espaço de promoção e vivência da democracia. Assim, reafirma-se o papel da escola como um espaço privilegiado de transformação social, no qual os conflitos, quando adequadamente mediados, podem se converter em oportunidades significativas de aprendizagem, diálogo e fortalecimento da convivência democrática.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam. *Violências nas Escolas: Programa de Prevenção à Violência nas Escolas*. 2. ed. Brasília: FLACSO, 2015.
- ABRAMOVAY, Miriam. *Violência nas escolas: um guia para pais e professores*. Brasília: UNESCO, 2015.
- ABRAMOVAY, Mirian; CASTRO, Mary Garcia. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília, DF: UNESCO, 2006.
- ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. *Violências nas escolas*. Brasília: UNESCO, 2002.
- APPLE, Michael W. *Educação e poder*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989
- AQUINO, Júlio Groppa. *Indisciplina: Problemas e Soluções*. São Paulo: Summus, 1996.
- ARTES, Amélia Cristina Abreu; UNBEHAUM, Sandra. (Orgs.). *Escritos de Fúlvia Rosemberg*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2004.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs). *Escritos de educação*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *O esboço de uma teoria da prática*. Trad. Rita de Cássia de Oliveira. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. 2018. Disponível em: (Introdução e Estrutura da BNCC, p. 5-34; A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 561-579).
- BRASIL DE FATO. Como estão as vítimas do massacre de Suzano, um ano após o ataque. Brasil de Fato, 13 mar. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/13/como-estao-as-vitimas-do-massacre-de-suzano-um-ano-apos-o-ataque/>. Acesso em: 22 mar 2025
- BRASIL. *Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013* (Estatuto da Juventude). Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 ago. 2013. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12852-5-agosto-2013-776713-norma-pl.html>. Acesso em: 22 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. *Saúde Brasil 2010: uma análise da situação de saúde e de evidências selecionadas de impacto de ações de vigilância em saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Resolução nº 738, de 1º de fevereiro de 2024. Dispõe sobre o uso de bancos de dados com finalidade de pesquisa científica envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 fev. 2024.

CANDAU, Vera Maria. A didática hoje: uma agenda de trabalho. In: CANDAU, Vera Maria (org.). *Didática, currículo e saberes escolares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 23–41.

CANDAU, V. M. *Didática crítica intercultural: aproximações*. Petrópolis: Vozes, 2012.

CARNEIRO, Sueli. "Mulher Negra: Política Governamental e a Mulher." In *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*, organizado por Sueli Carneiro e Thereza Santos, 2001.

CARVALHO, Patrícia Cristina Amorim de. *O professor mediador escolar e comunitário: desafios à violência escolar*. 2013, 235 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2013.

CASASSUS, J. A escola e a desigualdade. Brasília: Plano Editora, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAUÍ, Marilena. *Entre o Mundo Público e o Privado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHAUÍ, Marilena. *O que é violência*. São Paulo: Brasiliense, 2011. (Coleção Primeiros Passos).

CHARLOT, Bernard. *A relação com o saber e a escola: um olhar renovado sobre a escola e a aprendizagem*. Campinas: Papyrus, 2005.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 432–443, jul./dez. 2002.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Tradução de Bruno Magne. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CHRISPINO, A.; CHRISPINO, R. S. P. Políticas educacionais de redução da violência: mediação do conflito escolar. São Paulo: Editora Biruta, 2002.

CHRISPINO, A. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. São Paulo: Editora Renovar, 2007.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. Juventude popular urbana: educação, cultura, trabalho. São Paulo: Cortez, 2007.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Mediação de conflitos na escola. 2019. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105- 1128, out. 2007.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40–52, set./dez. 2003.

DEBARBIEUX, Didier. *La violence à l'école*. Paris: Éditions ESF, 2001.

FERNANDES, Florestan. *A condição do sociólogo*. São Paulo: Editora Pioneira, 1970.

FERNANDES, Florestan. *O ensino da sociologia na escola secundária brasileira*. *Educação e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 95–112, 1956.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FREIRE, P. Conscientização, teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Luiz Carlos de (Org.). *Ecos da violência na escola*. Campinas: Autores Associados, 2003.

GALTUNG, Johan. *Estudos de paz: paz e guerra, violência e não-violência*. São Paulo: Editora, 1985.

GALDINO, Luiza. *Gestão de conflitos em ambientes educativos*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 4. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GODOY, Arilda Schmidt. *Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa*

qualitativa. Gestão.Org, Recife, v. 3, n. 2, p. 86–97, mai./ago. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/gestaoorg/article/view/21573>. Acesso em: 22 jun. 2025.

GODOY, Arilda Schmidt. Estudo de caso: conceitos e métodos. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 65–71, maio/jun. 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300008>. Acesso em: 22 jun. 2025.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Preconceito e discriminação: queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil urbano*. São Paulo: Editora 34, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional de Saúde 2019: Percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101748.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – 2019*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101852.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2025.

INSTITUTO AYRTON SENNA, *Mapeamento aponta que 70% dos estudantes de SP relatam sintomas de depressão e ansiedade*, São Paulo, 2022. Disponível em <https://institutoayrtonsenna.org.br/noticias/mapeamento-aponta-que-70-dos-estudantes-de-sp-relatam-sintomas-de-depressao-e-ansiedade/>

LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan (Orgs.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979.

LDB 9394/96 (atualização referente a Educação Básica Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

MANACORDA, Mario Alighiero. *Marx e a pedagogia moderna*. Tradução de Gaetano Lo Monaco. Campinas: Autores Associados, 1991.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

Marx, Karl; Engels, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. *A crise de sentidos e significados na escola*:

a contribuição do olhar sociológico. Cad. Cedes, Campinas, v. 31, n. 85, p. 343, set./dez.2011.

OLIVEIRA, Sidmar da Silva. Gestão escolar democrática: entre o promulgado e a prática. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 25, n. 3, p. 2147–2162, set./dez. 2021.

MOORE, Christopher W. *O processo de mediação: estratégias práticas para a resolução de conflitos*. Tradução de Cláudia Maria Freire de Oliveira. Porto Alegre: Artmed, 1996.

NOVAES, Regina. Juventudes, educação, política e violência: uma entrevista com Regina Novaes. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, e71209, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.71209>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PISTRAK, Moisey M. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

RAYO, José Tuvilla. *Educação em Direitos Humanos*. Tradução de Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; São Paulo: Justificando, 2017. (Coleção Feminismos Plurais).

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *A violência na escola: conflitualidade social e ações civilizatórias*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.27, n.1, p. 105-122, jan./jun.2001.

SÃO PAULO (Estado). Resolução SE nº 19, de 12 de fevereiro de 2010. Institui o Sistema de Proteção Escolar (SPEC) na rede estadual de ensino. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 fev. 2010.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Comunicado CONVIVA SP, de 24 de outubro de 2019. Assunto: Plataforma CONVIVA SP – PLACON.

SÃO PAULO (Estado). *PLACON - Plataforma Conviva SP: Manual do Usuário (Perfil Diretoria de Ensino e Escola)*. São Paulo: SEDUC, 2019. Atualizado em 04 nov. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. *Relatório sobre o ataque na EE Raul Brasil*. São Paulo: SEDUC, 2019.

SÃO PAULO (Estado). Resolução SE nº 19, de 12 de fevereiro de 2010. Institui o Sistema de Proteção Escolar no âmbito da rede estadual de ensino. *Diário Oficial do Estado de São Paulo: Poder Executivo*, São Paulo, 15 fev. 2010. Seção 1, p. 10.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Resolução SE nº 48, de 1º de outubro de 2019. Institui o Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar – CONVIVA SP no âmbito da rede estadual de educação e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Executivo, Seção I, São Paulo, 2 out. 2019.

SÃO PAULO (Estado), *Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Escola de Formação dos Profissionais da Educação (EPAFE)-CONVIASP*, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/convivasp/#:~:text=O%20Programa%20de%20Melhori a%20da,busca%20da%20melhoria%20da%20aprendizagem> acesso 06/01/2023.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. *Resolução SEDUC-50, de 7 de maio de 2020. Dispõe sobre as atribuições do Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico – PCNP de Convivência*. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, SP, 9 maio 2020. Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/convivasp/wp-content/uploads/2020/07/RESOLUÇÃO-SE-50-de-07.05.20-1.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. *Comunicado Externo Conjunto Subsecretaria / Conviva – nº 179, de 29 de junho de 2022*. Dispõe sobre a instituição do Programa Conviva SP e detalha suas diretrizes, com ênfase na dimensão Segurança Escolar. São Paulo: SEDUC, 2022.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Resolução SE nº 36, de 25 de maio de 2016. *Institui, no âmbito dos sistemas informatizados da Secretaria da Educação, a plataforma “Secretaria Escolar Digital” – SED*, e dá providências correlatas. *Diário Oficial do Estado de São Paulo: Poder Executivo*, São Paulo, SP, 26 maio 2016. Seção I, p. 32.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: teorias da educação, curvaturas da vara*. 16. ed. Campinas: Autores Associados, 1991.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SCHINCARIOL, Miguel. *Rosa branca em homenagem às vítimas do massacre na Escola Raul Brasil*. Agência France-Presse (AFP). Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2019/03/16/escola-raul-brasil-abre-as-portas-na-proxima-semana.html>. Acesso em: 9 jul. 2024.

SEGATO, Rita Laura. *As estruturas elementares da violência: ensaios sobre gênero entre a antropologia, o psicanalítico e os direitos humanos*. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2003.

SENKEVICS, Adriano Souza; CARVALHO, Marília Pinto. *Novas e velhas barreiras à escolarização da juventude*. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 141–156,

2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/YH3QVGqFqJGQb9PwMwGfpTc/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

SILVA, Ileizi Fiorelli. *A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina*. *Revista Cronos*, Natal, v. 8, n. 2, p. 403-427, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/1844>. Acesso em: 9 abr. 2025.

SIMMEL, Georg. *A natureza sociológica do conflito*. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.). *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983.

SOUZA, C.; PAIVA, I. L. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 17, n. 3, p. 353–360, set./dez. 2012.

SOUZA, Jessé. *A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUSA, Suely de; VIEIRA, Naura Syria Carapeto Paulino. *Narrativas e relações de poder no Nordeste canavieiro*. In: FREITAS, Luiz Carlos de (Org.). *Ecos da violência na escola*. Campinas: Autores Associados, 2003. p. 133–152.

SPOSITO, Marília Pontes. *Conflitos na escola e a questão do espaço público*. *Revista Brasileira de Educação*, n. 17, p. 40–52, jan./abr. 2001.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1950.

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino. *A temática da convivência ética em contextos escolares*. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 26, n. esp. 3, e022089, jul. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22633/rpge.v26iesp.3.16949>. Acesso em: 29 abr. 2025.

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino; ABDALLA, Maria de Fátima Barbosa. A implementação de um programa de convivência para escolas: bases e desafios de ponta a ponta. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 26, n. esp. 3, e022091, jul. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/16951>. Acesso em: 23 mar. 2025.

TONELLA, Celene; DOURADO, Simone. Juventude, políticas públicas e contestação no Brasil. *Pilquen. Sección Ciencias Sociales*, v. 24, n. 5, p. 61–75, out./dez. 2021. Disponível em: <https://revele.uncoma.edu.ar/index.php/Sociales/article/view/3559>. Acesso em: 22 mar. 2025.

UNICEF. *COVID-19 ainda impacta educação no Brasil* [estudo sobre educação e pandemia]. Rio de Janeiro: Agência Brasil com dados do UNICEF, 16 jan. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2025-01/na-educacao-brasil-ainda-nao-se-recuperou-da-pandemia>. Acesso em: 25 mar. 2025.

VENTURA, Magda Maria Ventura. *O estudo de caso como modalidade de pesquisa*. *Revista SOCERJ*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out. 2007.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes (org.). *Pesquisa qualitativa em administração*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 13–28.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

BRASIL. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Comunicado CONVIVA SP, 24 out. 2019. Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/convivasp/wpcontent/uploads/2020/04/Comunicado-02.19-PLACON.pdf>. Acesso em: 31/12/2024

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ZEHR, Howard. *Justiça restaurativa*. São Paulo: Palas Athena, 2012.

ANEXOS

A- RELATÓRIO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS 2022

Dados

Código da Ocorrência	Data do Registro	Data da Ocorrência	Tipo de Ocorrência	Natureza da Ocorrência
1499036	16/02/2022	15/02/2022	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
1505106	02/03/2022	24/02/2022	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão física
1510455	11/03/2022	10/03/2022	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão física
1510480	11/03/2022	10/03/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1510489	11/03/2022	11/03/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1510502	11/03/2022	10/03/2022	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
1513551	16/03/2022	15/03/2022	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Ação violenta de grupos/gangues
1514785	17/03/2022	17/03/2022	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
1514795	17/03/2022	15/03/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1520804	24/03/2022	23/03/2022	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
1520850	24/03/2022	24/03/2022	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Ameaça
1520881	24/03/2022	24/03/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1520898	24/03/2022	24/03/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1520902	24/03/2022	24/03/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1554444	29/04/2022	28/04/2022	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Ameaça
1748356	01/08/2022	01/08/2022	Outras Ocorrências que atentam Contra a Vida	Tentativa de suicídio
1760327	03/08/2022	02/08/2022	Danos e outros crimes contra o patrimônio	Vandalismo/Depredação

Código da Ocorrência	Data do Registro	Data da Ocorrência	Tipo de Ocorrência	Natureza da Ocorrência
1760481	03/08/2022	02/08/2022	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
1760493	03/08/2022	02/08/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1766071	09/08/2022	08/08/2022	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
1766089	09/08/2022	09/08/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1767423	10/08/2022	10/08/2022	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
1772254	15/08/2022	15/08/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1772454	15/08/2022	15/08/2022	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão verbal
1774003	16/08/2022	16/08/2022	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
1775546	17/08/2022	16/08/2022	Consumo/Venda de álcool e outras drogas	Uso de álcool, tabaco ou outras drogas lícitas
1775562	17/08/2022	16/08/2022	Outros problemas de vulnerabilidade	Sinais de alerta comportamentais (Demandam cuidado)
1775591	17/08/2022	16/08/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1775601	17/08/2022	17/08/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1791464	22/08/2022	22/08/2022	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
1792920	23/08/2022	16/08/2022	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
1792928	23/08/2022	19/08/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1793066	23/08/2022	22/08/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1793074	23/08/2022	23/08/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1802330	30/08/2022	29/08/2022	Outros problemas de vulnerabilidade	Sinais de alerta comportamentais (Demandam cuidado)
1802359	30/08/2022	25/08/2022	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão física

Código da Ocorrência	Data do Registro	Data da Ocorrência	Tipo de Ocorrência	Natureza da Ocorrência
1802376	30/08/2022	29/08/2022	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Bullying/humilhação sistemática
1802412	30/08/2022	29/08/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1802420	30/08/2022	29/08/2022	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
1811123	05/09/2022	05/09/2022	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão verbal
1818859	12/09/2022	12/09/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1822227	14/09/2022	14/09/2022	Questões disciplinares	Utilização indevida de aparelhos eletrônicos
1822298	14/09/2022	08/09/2022	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão física
1822439	14/09/2022	08/09/2022	Outras Ocorrências que Atentam Contra a Vida	Tentativa de suicídio
1822447	14/09/2022	09/09/2022	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
1822505	14/09/2022	13/09/2022	Questões disciplinares	Utilização indevida de aparelhos eletrônicos
1822518	14/09/2022	13/09/2022	Questões disciplinares	Utilização indevida de aparelhos eletrônicos
1822524	14/09/2022	09/09/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1822532	14/09/2022	09/09/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1822555	14/09/2022	08/09/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1822564	14/09/2022	13/09/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1822592	14/09/2022	14/09/2022	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
1832237	21/09/2022	19/09/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1832244	21/09/2022	20/09/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1839654	27/09/2022	26/09/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula

Código da Ocorrência	Data do Registro	Data da Ocorrência	Tipo de Ocorrência	Natureza da Ocorrência
1839699	27/09/2022	22/09/2022	Outros problemas de vulnerabilidade	Sinais de alerta comportamentais (Demandam cuidado)
1839727	27/09/2022	20/09/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1839734	27/09/2022	20/09/2022	Danos e outros crimes contra o patrimônio	Vandalismo/Depredação
1839740	27/09/2022	20/09/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1839750	27/09/2022	27/09/2022	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
1842706	29/09/2022	23/09/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1842715	29/09/2022	23/09/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1842723	29/09/2022	29/09/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1842730	29/09/2022	29/09/2022	Questões disciplinares	Utilização indevida de aparelhos eletrônicos
1842741	29/09/2022	29/09/2022	Questões disciplinares	Utilização indevida de aparelhos eletrônicos
1842753	29/09/2022	29/09/2022	Questões disciplinares	Utilização indevida de aparelhos eletrônicos
1849449	18/10/2022	17/10/2022	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
1849457	18/10/2022	17/10/2022	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
1855571	25/10/2022	25/10/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1855581	25/10/2022	25/10/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1855589	25/10/2022	25/10/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1859620	31/10/2022	27/10/2022	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão física
1859639	31/10/2022	27/10/2022	Danos e outros crimes contra o patrimônio	Vandalismo/Depredação
1859656	31/10/2022	27/10/2022	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente

Código da Ocorrência	Data do Registro	Data da Ocorrência	Tipo de Ocorrência	Natureza da Ocorrência
1859666	31/10/2022	27/10/2022	Questões disciplinares	Utilização indevida de aparelhos eletrônicos
1860819	01/11/2022	31/10/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1860825	01/11/2022	31/10/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1860830	01/11/2022	31/10/2022	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
1865897	08/11/2022	07/11/2022	Danos e outros crimes contra o patrimônio	Vandalismo/Depredação
1865929	08/11/2022	08/11/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1865935	08/11/2022	08/11/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1872987	17/11/2022	17/11/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1872997	17/11/2022	17/11/2022	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1876875	22/11/2022	21/11/2022	Questões disciplinares	Utilização indevida de aparelhos eletrônicos

B- RELATÓRIO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS 2023

Código da Ocorrência	Data do Registro	Data da Ocorrência	Tipo de Ocorrência	Natureza da Ocorrência
1960409	12/04/2023	05/04/2023	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Ameaça
1971629	19/04/2023	19/04/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
1971636	19/04/2023	19/04/2023	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Bullying/humilhação sistemática
1971653	19/04/2023	19/04/2023	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão física
1978361	28/04/2023	27/04/2023	Questões disciplinares	Utilização indevida de aparelhos eletrônicos
1986343	05/05/2023	04/05/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
1986356	05/05/2023	04/05/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
1989656	09/05/2023	08/05/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
1991571	10/05/2023	09/05/2023	Outros problemas de vulnerabilidade	Sinais de alerta comportamentais (Demandam cuidado)
1996188	15/05/2023	10/05/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
1996273	15/05/2023	09/05/2023	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1996701	15/05/2023	10/05/2023	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1996707	15/05/2023	11/05/2023	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1996724	15/05/2023	12/05/2023	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1996731	15/05/2023	12/05/2023	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
2002582	18/05/2023	17/05/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
2002596	18/05/2023	17/05/2023	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão verbal
2010228	24/05/2023	23/05/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
2010239	24/05/2023	24/05/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente

Dados

Código da Ocorrência	Data do Registro	Data da Ocorrência	Tipo de Ocorrência	Natureza da Ocorrência
1896612	16/02/2023	09/02/2023	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão verbal
1896999	16/02/2023	14/02/2023	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão verbal
1900570	24/02/2023	23/02/2023	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1908678	06/03/2023	01/03/2023	Posse ou encontro de armas ou outros objetos perigosos	Posse ou encontro de armas ou outros objetos perigosos
1908691	06/03/2023	06/03/2023	Questões disciplinares	Utilização indevida de aparelhos eletrônicos
1908697	06/03/2023	02/03/2023	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão física
1908718	06/03/2023	02/03/2023	Convivência digital	Cyberbullying
1908900	06/03/2023	03/03/2023	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão verbal
1926982	20/03/2023	20/03/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
1927000	20/03/2023	20/03/2023	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão verbal
1927016	20/03/2023	20/03/2023	Consumo/Venda de álcool e outras drogas	Uso de álcool, tabaco ou outras drogas lícitas
1950065	04/04/2023	04/04/2023	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1950103	04/04/2023	29/03/2023	Outros problemas de vulnerabilidade	Sinais de alerta comportamentais (Demandam cuidado)
1950115	04/04/2023	29/03/2023	Outros problemas de vulnerabilidade	Sinais de alerta comportamentais (Demandam cuidado)
1952001	05/04/2023	04/04/2023	Outros problemas de vulnerabilidade	Sinais de alerta comportamentais (Demandam cuidado)
1952023	05/04/2023	05/04/2023	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
1957026	10/04/2023	10/04/2023	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula

Código da Ocorrência	Data do Registro	Data da Ocorrência	Tipo de Ocorrência	Natureza da Ocorrência
2010254	24/05/2023	24/05/2023	Outros problemas de vulnerabilidade	Sinais de alerta comportamentais (Demandam cuidado)
2016571	29/05/2023	26/05/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
2024548	05/06/2023	30/05/2023	Outros problemas de vulnerabilidade	Sinais de alerta comportamentais (Demandam cuidado)
2024575	05/06/2023	31/05/2023	Outros problemas de vulnerabilidade	Sinais de alerta comportamentais (Demandam cuidado)
2024618	05/06/2023	31/05/2023	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão física
2024695	05/06/2023	31/05/2023	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão física
2025315	05/06/2023	05/06/2023	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
2025328	05/06/2023	05/06/2023	Outros problemas de vulnerabilidade	Sinais de alerta comportamentais (Demandam cuidado)
2031336	13/06/2023	12/06/2023	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão física
2032172	13/06/2023	13/06/2023	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão física
2033280	14/06/2023	14/06/2023	Outros problemas de vulnerabilidade	Sinais de alerta comportamentais (Demandam cuidado)
2033285	14/06/2023	14/06/2023	Outros problemas de vulnerabilidade	Sinais de alerta comportamentais (Demandam cuidado)
2035567	16/06/2023	15/06/2023	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão física
2040684	21/06/2023	21/06/2023	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão física
2074994	12/08/2023	09/08/2023	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão verbal
2076895	15/08/2023	14/08/2023	Consumo/Venda de álcool e outras drogas	Uso de álcool, tabaco ou outras drogas lícitas
2076905	15/08/2023	14/08/2023	Consumo/Venda de álcool e outras drogas	Uso de álcool, tabaco ou outras drogas lícitas
2083033	18/08/2023	16/08/2023	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Bullying/humilhação sistemática
2083053	18/08/2023	16/08/2023	Consumo/Venda de álcool e outras drogas	Uso de álcool, tabaco ou outras drogas lícitas

Código da Ocorrência	Data do Registro	Data da Ocorrência	Tipo de Ocorrência	Natureza da Ocorrência
2083065	18/08/2023	16/08/2023	Consumo/Venda de álcool e outras drogas	Uso de álcool, tabaco ou outras drogas lícitas
2086603	22/08/2023	22/08/2023	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão física
2089852	24/08/2023	24/08/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
2089861	24/08/2023	24/08/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
2089875	24/08/2023	24/08/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
2089953	24/08/2023	23/08/2023	Questões disciplinares	Utilização indevida de aparelhos eletrônicos
2089964	24/08/2023	23/08/2023	Questões disciplinares	Utilização indevida de aparelhos eletrônicos
2094622	28/08/2023	28/08/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
2094628	28/08/2023	28/08/2023	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão física
2094640	28/08/2023	28/08/2023	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão física
2096123	29/08/2023	29/08/2023	Outros problemas de vulnerabilidade	Sinais de alerta comportamentais (Demandam cuidado)
2099709	31/08/2023	29/08/2023	Danos e outros crimes contra o patrimônio	Vandalismo/Depredação
2103507	04/09/2023	01/09/2023	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão verbal
2103550	04/09/2023	01/09/2023	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão física
2103577	04/09/2023	30/08/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
2111131	13/09/2023	12/09/2023	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
2111140	13/09/2023	12/09/2023	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
2111160	13/09/2023	12/09/2023	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
2111162	13/09/2023	12/09/2023	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula

Código da Ocorrência	Data do Registro	Data da Ocorrência	Tipo de Ocorrência	Natureza da Ocorrência
2111168	13/09/2023	12/09/2023	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
2111173	13/09/2023	12/09/2023	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
2111175	13/09/2023	12/09/2023	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
2111237	13/09/2023	12/09/2023	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
2111243	13/09/2023	12/09/2023	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
2111248	13/09/2023	12/09/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
2111252	13/09/2023	12/09/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
2111258	13/09/2023	12/09/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
2115370	18/09/2023	14/09/2023	Questões disciplinares	Utilização indevida de aparelhos eletrônicos
2116213	18/09/2023	18/09/2023	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão física
2117852	19/09/2023	18/09/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
2117861	19/09/2023	18/09/2023	Danos e outros crimes contra o patrimônio	Vandalismo/Depredação
2122809	22/09/2023	21/09/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
2122812	22/09/2023	21/09/2023	Outros problemas de vulnerabilidade	Sinais de alerta comportamentais (Demandam cuidado)
2122819	22/09/2023	21/09/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
2129607	28/09/2023	27/09/2023	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão física
2134559	04/10/2023	02/10/2023	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Ameaça
2134857	04/10/2023	28/09/2023	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão física
2136154	05/10/2023	05/10/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente

Código da Ocorrência	Data do Registro	Data da Ocorrência	Tipo de Ocorrência	Natureza da Ocorrência
2136169	05/10/2023	05/10/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
2136176	05/10/2023	05/10/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
2136194	05/10/2023	05/10/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
2136212	05/10/2023	05/10/2023	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
2137460	06/10/2023	06/10/2023	Outros problemas de vulnerabilidade	Sinais de alerta comportamentais (Demandam cuidado)
2138767	10/10/2023	06/10/2023	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão física
2165174	09/11/2023	09/11/2023	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
2165197	09/11/2023	09/11/2023	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
2165218	09/11/2023	09/11/2023	Danos e outros crimes contra o patrimônio	Vandalismo/Depredação
2166830	10/11/2023	10/11/2023	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
2166841	10/11/2023	10/11/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
2169142	14/11/2023	13/11/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
2169246	14/11/2023	13/11/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
2173327	17/11/2023	17/11/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
2178738	24/11/2023	23/11/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
2178787	24/11/2023	23/11/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
2178790	24/11/2023	23/11/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
2178833	24/11/2023	23/11/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
2178840	24/11/2023	22/11/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente

Código da Ocorrência	Data do Registro	Data da Ocorrência	Tipo de Ocorrência	Natureza da Ocorrência
2178845	24/11/2023	21/11/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
2178853	24/11/2023	21/11/2023	Outros problemas de vulnerabilidade	Sinais de alerta comportamentais (Demandam cuidado)
2178868	24/11/2023	22/11/2023	Questões disciplinares	Episódios de indisciplina recorrente
2178892	24/11/2023	23/11/2023	Questões disciplinares	Saída injustificada de atividade pedagógica/sala de aula
2186247	08/12/2023	08/12/2023	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão física
2186253	08/12/2023	08/12/2023	Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal)	Agressão física

C- RESOLUÇÃO QUE INSTITUI O PROGRAMA CONVIVA SP

Resolução 48, de 1-10-2019 Institui o CONVIVA SP - Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar no âmbito da rede estadual de educação e dá outras providências* O Secretário de Estado da Educação, considerando que: - a escola é uma das principais instituições sociais e que por isso o sistema escolar tem sido desafiado a conciliar o conteúdo trabalhado em sala de aula com o contexto social de seu educando e de seu entorno; - o cotidiano escolar é permeado por uma diversidade de desafios que envolvem questões sociais para as quais o conhecimento pedagógico não é suficiente; - a necessidade de posicionamento ativo a favor da equidade e justiça social também no que se refere ao processo de aprendizagem; - os significativos indicadores de desequilíbrio ainda presentes no ambiente escolar e requerem a implementação de uma cultura de paz e evidenciam a necessidade de expansão da ação educacional por meio de articulação com as redes de proteção à criança e ao adolescente.

Resolve: Artigo 1º - Fica instituído o CONVIVA SP - Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar, no âmbito da Rede Pública Estadual de Educação de São Paulo, cujos objetivos são: I - Oferecer política estruturada de atendimento multiprofissional aos estudantes da rede de ensino estadual, com vistas à melhoria da aprendizagem; II - Estabelecer estratégias de apoio e acompanhamento às equipes docentes e dirigentes no processo ensino-aprendizagem, priorizando os educandos que apresentem dificuldades no processo de escolarização; III - Contribuir para um clima escolar positivo por meio de ambiente de aprendizagem colaborativo, solidário e acolhedor; IV - Contribuir para a melhoria de indicadores de permanência de aproveitamento escolar; V - Promover e articular a participação ativa da família na vida escolar dos estudantes da rede de ensino estadual; VI - Articular e fortalecer a rede de proteção social no entorno da comunidade escolar, com aproximação entre os serviços de assistência e saúde mental.

Artigo 2º - O CONVIVA SP - Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar será composto de projetos e ações articuladas e interdependentes, considerando as seguintes dimensões: I - Convivência e Colaboração: projetos e ações que promovam um ambiente escolar positivo, solidário, integrador e acolhedor por meio do desenvolvimento de habilidades relacionais que prezem pela resolução consensual de conflitos e pelo respeito às diferenças e à diversidade; II - Articulação Pedagógica e Psicossocial: projetos e ações que possibilitem o mapeamento e mitigação de fatores que prejudiquem o processo educacional fazendo uso das ciências e saberes aderentes, considerando o contexto social, as condições de vida dos educandos, indicadores de risco social e vulnerabilidade; III - Proteção e Saúde: projetos e ações que possibilitem e promovam fomento, mobilização e articulação com rede referenciada de saúde, de proteção social e de apoio psicossocial, conselhos tutelares e demais equipamentos locais de atendimento; IV - Segurança Escolar: projetos e ações que prioritariamente zelem pela integridade física dos alunos, servidores da rede

estadual de ensino e da comunidade escolar, bem como pela conservação e proteção do patrimônio escolar.

Artigo 3º - A estrutura de governança para gestão e execução do CONVIVA SP - Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar terá a seguinte composição: I - Gestor do CONVIVA, responsável pela articulação com os demais órgãos e por gerir as atividades e resultados apresentados ao Comitê Gestor; II - Comitê Gestor, responsável por apoiar a implementação do programa em nível estratégico, de forma a analisar e monitorar sistematicamente o andamento dos projetos e ações, e propor ajustes com vistas à sua melhoria contínua; III - Equipe Executora Central, responsável por: a) elaborar as diretrizes do programa, projetos e ações no nível macro, orientar, acompanhar e monitorar sua implementação e execução pelas equipes regionais e locais, propondo ajustes com vistas à sua melhoria contínua; b) articular com as áreas internas da SEDUC aderentes ao programa, bem como por apresentar ao Comitê Gestor indicadores de resultados e avanços; IV - Equipe Executora Regional, responsável por: a) elaborar, propor, orientar e acompanhar projetos e ações no âmbito da Diretoria de Ensino e respectivas unidades escolares; b) monitorar sua implementação e execução propondo ajustes com vistas à sua melhoria contínua; c) articular com as redes, instituições e órgãos de apoio ao programa, bem como por apresentar à Equipe Executora Central indicadores de resultados e avanços no âmbito de sua jurisdição; V - Equipe Executora Local, responsável por: a) elaborar e executar o Plano Anual de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar estabelecendo objetivos específicos, ações de atendimento/intervenção local bem como metas de curto, médio e longo prazo, com vistas à melhoria e adequação do processo educacional em conformidade com o Método de Melhoria da Convivência Escolar, com a implementação e execução de projetos e ações no âmbito da unidade escolar, e mapeamento as necessidades específicas de intervenção propondo novas ações e/ou ajustes; c) coletar e manusear dados e informações pertinentes ao ambiente escolar e aderentes ao programa; d) mapear fatores que prejudiquem o processo educacional no âmbito da unidade escolar considerando o contexto social, as condições de vida dos educandos e indicadores de riscos sociais e vulnerabilidade; e) fomentar, articular e garantir a participação da comunidade escolar, alunos, família, servidores, instituições e órgãos de apoio ao programa na elaboração e execução dos projetos e ações que compõem o Plano Anual de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar; f) apresentar à Equipe Executora Regional os resultados e avanços obtidos. Parágrafo único. Além da estrutura acima descrita, o Programa poderá contar com a atuação de organizações e instituições no desenvolvimento de metodologia, transmissão de conhecimento, suporte e orientação aos projetos e ações.

Artigo 4º - O Comitê Gestor do CONVIVA SP será composto pelo gestor do programa; pelo Secretário de Estado da Educação, Secretário Executivo da Pasta; por 1 (um) representante da Coordenadoria Pedagógica - COPED; 1 (um)

representante da Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos - CGRH; e 1 (um) representante da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação - EFAPE;

Artigo 5º - As Equipes Executoras Central e Regional serão compostas, prioritariamente, por servidores do quadro efetivo do magistério estadual, com formação em Psicologia, Serviço Social, Psicopedagogia, Neuroeducação, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional e áreas afins. § 1º - A composição das equipes, de que trata o caput deste artigo, se dará exclusivamente por meio de processo seletivo próprio sob responsabilidade da Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Educação - CGRH. § 2º - As Equipes Executoras Regionais contarão, minimamente, com 1 (um) Supervisor e 2 (dois) Professores Coordenadores de Núcleo Pedagógico.

Artigo 6º - São atribuições essenciais da Equipe Executora Central e das Equipes Executoras Regionais: I - Mapear fatores que prejudiquem o processo educacional por meio de avaliação multidisciplinar e multiprofissional; II - Elaborar diretrizes gerais e específicas de atendimento e/ ou intervenção com vistas à melhoria e adequação do processo educacional; III - Monitorar e avaliar a execução de projetos e ações garantindo a efetividade do Programa; IV - Desenvolver plano contínuo de formação para os profissionais da educação em específico para aqueles em atuação direta no Programa.

Artigo 7º - As Equipes Executoras Locais serão compostas pela equipe gestora da Unidade Escolar, determinada por legislação específica. Artigo 8º - Os profissionais que comporão as Equipes Executoras Central ou Regional poderão atuar, excepcionalmente, em ações formativas ou de assessoria aos programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Educação voltados para a sua área de atuação. Parágrafo único - A atuação do profissional em atividades descritas no caput deste artigo se dará no período de sua jornada semanal e não deverá oferecer ônus adicional para os cofres públicos.

Artigo 9º - A atuação e permanência nas equipes que compõem o CONVIVA SP - Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar estarão condicionadas a processo avaliativo de desempenho a ser instituído por normativo próprio e poderão ser suspensas a qualquer momento por interesse da administração pública, sem garantia de nenhuma natureza de indenização.

Artigo 10 - Ficam absorvidas pelo CONVIVA SP - Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar projetos e ações aderentes ao programa em andamento, em especial as afetadas ao Sistema de Proteção Escolar - SPEC, ficando garantida sua execução até o fim do ano letivo em curso. Artigo 11 - Ficam revogadas: I - a Resolução SE 19, de 12-2-2010; II - a Resolução SE 8, de 31-1-2018. Artigo 12 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.